

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

nº 29

Goiânia-GO
Kelps, 2018

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Revisão

Victor Marques

Programação visual

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 29 (2018) – Goiânia: Kelps,
2018.

174 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2018

IHGG – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul – CEP: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

Site: www.ihgg.org

DIRETORIA DO IHGG
Gestão: 2017-2021

Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**
1º Vice-Presidente: **Hélio Moreira**
2ª Vice-Presidente: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**
3º Vice-Presidente: **Bento A. A. Jayme Fleury Curado**

Secretária Geral: **Eleuzenira Maria de Menezes**
1º Secretário: **Orlando Ferreira de Castro**
2ª Secretária: **Jacira Rosa Pires**

Tesoureiro: **Nelson Lopes Figueiredo**
1º Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**
2º Tesoureiro: **Aparecida T. de Fátima Paraguassú**

1º Orador Oficial: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**
2º Orador Oficial: **Rogério Arédio Ferreira**

1º Bibliotecário: **Francisco Itami Campos**
2º Bibliotecário: **Iuri Rincon Godinho**

Diretoria de Museu: **Maria Terezinha Campos Santana**
Diretoria de Arquivo: **Antônio César Caldas Pinheiro**
Diretoria de Revista: **Lena Castello Branco F. de Freitas**
Diretoria de Boletim: **José Ubirajara Galli**

Assessoria de História: **Juarez Costa Barbosa**
Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

DISCURSOS

Discurso em Homenagem a Toniquinho JK	13
---	----

Luiz Augusto Paranhos Sampaio

Discurso de agradecimento do Dr. Antônio Soares Neto, lido pelo seu filho Roosevelt Vilela Soares	17
--	----

Antônio Soares Neto

Discurso de posse como Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) Cadeira N° 6	20
--	----

Nilson Jaime

ARTIGOS

O Sistema Judiciário na Província de Goiás	37
--	----

Itaney F. Campos

Goiânia na Literatura: breve ensaio	53
---	----

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Os primeiros Procuradores de Justiça de Goiás (1955-1968)	72
---	----

Jales Guedes Coelho Mendonça

Homenagem ao centenário de nascimento do escritor Humberto Crispim Borges (1918-2017).....	83
---	----

Geraldo Coelho Vaz

O centenário de Lúcio Batista Arantes, trindadense e pioneiro da
justiça em Brasília..... 91

Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado

O principado da poesia no Brasil e em Goiás 103

Elizabeth Abreu Caldeira Brito

A fé de gerações se tornou cartão postal 119

Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz

CRÔNICAS

Tempo risonho e franco..... 145

Hélio Moreira

A geladeira, os livros e o lixo 149

Martiniano J. Silva

Erico Curado..... 151

Amália Hermano Teixeira

ATIVIDADES DO IHGG 155

SÓCIOS DO IHGG..... 159

GALERIA DE FOTOS 165

APRESENTAÇÃO

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás chega ao seu n. 29, ano 2018, o que, por si mesmo, constitui-se em insigne vitória. Na paisagem sempre carente das agremiações e órgãos devotados à cultura, a publicação de livros e periódicos é permeada de incertezas, de tal forma são aleatórios os apoios e imponderáveis os recursos financeiros de que dispõem tais instituições.

Não obstante, o nosso tradicional e octogenário Instituto Histórico e Geográfico de Goiás vem logrando publicar sua Revista, graças, sobretudo, à tenacidade com que o Presidente Geraldo Coelho Vaz ultrapassa tais obstáculos. A propósito, vale lembrar o dito popular sobre quem é pobre e vence a própria indignação: “Consegue tirar dinheiro da pedra”.

Assim é que o nosso Presidente Coelho Vaz amealha recursos se pre escassos e dificultosos, como se diria antigamente. E os aplica, centavo a centavo, real a real, na administração e no engrandecimento do IHGG. Com idealismo, mas também com pragmatismo; e isso sem perder a fleuma de gentleman e o tom irônico que é peculiar ao goiano autêntico.

O número 29 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás contém matéria rica e diversificada, conforme está registrado no Sumário e assim distribuída:

Discurso de homenagem ao Dr. Antônio Soares Neto, proferido pelo Presidente Geraldo Coelho Vaz, na sessão do IHGG em que foi lembrada a pergunta feita em Jataí (GO) pelo assim conhecido Toniquinho JK ao candidato Juscelino Kubitschek, quando este assumiu como meta síntese de seu futuro governo, a construção de Brasília. O agradecimento do Dr. Antônio Soares Neto fez-se ouvir pela voz de seu filho, Roosevelt Vilela Soares.

* Sócia Emérita do IHGG – Diretora da Revista

A posse do novo sócio titular, escritor, historiador e genealogista Nilson Jaime é assinalada, com a publicação de seu discurso, no qual são celebrados os sócios que o antecederam na cadeira n. 6.

Em ARTIGOS são abordados temas diversificados: o Sistema Judiciário, por Itaney Francisco Campos; a presença de Goiânia na literatura, por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas; os primeiro Promotores de Justiça do Estado, por Jales Guedes Coelho Mendonça; o “principado” da poesia no Brasil e em Goiás, por Elizabeth Abreu Caldeira Brito; a fé como expressão cultural através de gerações, pelo Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz. É lembrado também o centenário do escritor e sócio titular do IHGG, Humberto Crispim Borges, por Geraldo Coelho Vaz, bem como do magistrado Lúcio Batista Arantes, por Bento Araújo Jayme Fleury Curado.

No gênero CRÔNICAS, assinale-se a publicação de “Tempo risonho e franco”, de Hélio Moreira; “As geladeiras, os livros e o lixo”, do combativo Martianino J. Silva.

Regredindo no tempo, resgata-se do esquecimento o primoroso texto da sempre lembrada historiadora, cronista e orquífila Amália Hermano Teixeira, sobre o escritor Erico Curado.

Na sequência, dá-se notícia sobre as atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; e inclui-se a relação dos sócios dessa instituição e a galeria de fotos, como registro da atuação do IHGG em 1978. À oportunidade, registra-se o falecimento e reverencia-se a memória dos prezados sócios que nos deixaram no corrente ano.

Na esperança de que dias melhores e de maior reconhecimento do IHGG se materializem, sob a forma de efetivas condições de trabalho dessa consagrada instituição, agradecemos a todos quanto contribuíram para que se tornasse viável a publicação deste número n. 29 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

DISCURSOS

Discurso em Homenagem a Toniquinho JK

*Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Senhoras e Senhores

Cabe-me, como orador oficial deste Instituto, saudar o Dr. Antônio Soares Neto, amavelmente, também chamado TONQUINHO JK, antes porém, Toniquinho da Farmácia, na desenvolvida e bela Jataí.

E o faço com grande satisfação e inusitado orgulho.

Senhoras e Senhores.

A História, segundo Cícero, grande escritor e orador romano, é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, comunicadora dos tempos passados.

Torna-se oportuno dizer também que a História como ciência, que trata de estudar o ser humano e suas ações no tempo e no espaço, significa, além de seus inúmeros objetivos, o de analisar os atos, os processos e eventos ocorridos no passado, bem assim os atos e fatos mais recentes, que hajam marcado para a posteridade acontecimentos notáveis; estes, então, meritórios e altamente relevantes para a historiografia de uma nação.

* Luiz Augusto Paranhos Sampaio é Sócio Titular do IHGG, cadeira, nº 15

Há, no entanto, examinando-se a História, sob o pálio da *concepção providencialista*, uma teoria segundo a qual existem atos e fatos históricos que estão ligados à determinação do Ser Supremo.

Posso afirmar, sem medo de errar, que o que ocorreu em Jataí, em 4 de abril de 1955, portanto, há 63 anos, foi, indubitavelmente, um ato profético e emanado da providência divina, numa prova incontestável de que Deus, lá do alto, conduz todas as coisas terrenas.

E esta Casa octogenária – Dr. Antônio Soares Neto – não representa para a cultura goiana só uma guardiã de textos antigos, de alfarrábios, de jornais que marcaram época, de documentos históricos importantes, mas, também, no seu acervo há manifestações de regozijo dos atos históricos e fatos, que sejam objetos de homenagens.

Agora – permitam-me – render um sincero preito de louvor a esse cidadão ilustre, de alto coturno, Dr. Antônio Soares Neto, que, num ímpeto de coragem e ousadia, indagou ao grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, então candidato à Presidência da República, se cumpriria o que rezava a Constituição de 1946 e transferiria a Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro.

Desfazendo-me, agora, de peculiaridades políticas e ocasionais, que tomariam muito tempo, desejo dizer a todos os presentes que as influências políticas e outros interesses de ordem pessoal, que tão frequentemente e, às vezes, por injunção de circunstâncias atuam sobre a vida política brasileira, por anos seguidos, impediam, vou repetir, dificultavam, que fosse subtraída, de repente, da bela e hoje violenta – Rio de Janeiro, a “cidade maravilhosa”, a Capital da República.

Cabe-me, no entanto, por justiça, acentuar que vários de nossos representantes no Congresso Nacional lutaram, com denodo, para a mudança da Capital para o interior brasileiro e entre outros, destaco Pedro Ludovico, João D’Abreu, Diógenes Magalhães, Emival Caiado e outros dos quais não me recordo agora, cujas tentativas louváveis foram infrutíferas, embora a ideia fosse um antigo sonho desde os tempos da Inconfidência Mineira, que desejavam transferir a sede do Governo Federal, na época do Império para São João del Rei, em Minas Gerais.

Este cidadão, que agora estamos homenageando, inspirado por Deus, fez uma pergunta intemorata, valente, que, não me custa repetir.

Acrescente-se que o comício, que ocorreu no dia 4 de abril de 1955 e, por causa de uma forte chuva que caiu nessa data, precisou ser, de improviso, no barracão de uma oficina mecânica, onde Juscelino usou, como palanque, a carroceria de um caminhão quebrado, e afirmou durante o discurso que cumpriria a Constituição Federal na íntegra, caso fosse eleito.

E, de alto e bom som, vou dizer a todos que me ouvem que a pergunta histórica foi a seguinte:

“Já que Vossa Excelência está anunciando o propósito de cumprir integralmente a Constituição, queria saber se, eleito fosse, construiria a Capital do Brasil no Planalto Central, conforme nela consta”.

E lá, no meio da multidão, ante essa indagação profética, Juscelino Kubitschek falou em resposta: *“Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão porque esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a Nova Capital e farei a mudança da sede do Governo”.* Essa afirmação de JK provocou um delírio de aplausos.

Peço vênia para não relacionar aqui, nesta manhã invernal, os dados da biografia de Antônio Soares Neto, o Toninho JK, toda ela repleta de memoráveis feitos e considerável atuação nessas nove (09) décadas de sua profícua e laboriosa existência.

Por derradeiro, senhoras e senhores, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Presidente Dr. Geraldo Coelho Vaz, grande escritor, poeta e memorialista, em meu próprio nome, peço que você, Dr. Antônio Soares Neto, aceite nossas homenagens, recebendo o título de Sócio Correspondente.

A ideia, concebida em boa hora, com aquiescência de nossa Diretoria, nada mais representa do que o momento adequado para o coroamento de uma vida enriquecida de episódios marcantes, que já mereceu e ainda merece inúmeras homenagens que lhe foram prestadas, por vários expoentes, inclusive Juscelino Kubitschek de Oliveira, todos, indistintamente, reconhecendo sua importância para a história brasileira, como sendo o “Pai de Brasília”.

Dr. Antônio Soares Neto, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se vê enriquecido com sua nobre presença.

Muito obrigado.

Discurso de agradecimento do Dr. Antônio Soares Neto, lido pelo seu filho Roosevelt Vilela Soares

*Antônio Soares Neto**

Bom dia a todos e todas!

Em outubro de 1932, graças a José Honorato da Silva e Souza, que participava do governo do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, tem início a primeira e histórica reunião que, no ano seguinte, em abril de 1933, ter aprovado seu estatuto, adaptado aos moldes do estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e assim, eleita a primeira diretora efetiva. Neste momento, no salão nobre do Lyceu de Goiás, com a presença de Pedro Ludovico Teixeira, deu-se a instalação solene do Instituto Histórico de Goiás, presidida por Colemar Natal e Silva.

Sua primeira sede foi inaugurada no dia 5 de outubro de 1939, e o Instituto foi considerado entidade de utilidade pública.

O novo prédio administrativo foi construído ao lado da sede antiga, na confluência das ruas 82 e 85, no setor Sul, com 700 metros quadrados de área, em três pavimentos, possui auditório com ar condicionado e 136 poltronas, salas para a guarda de documentos, de pesquisas e ampla biblioteca. Na sede antiga, encontra-se a “Sala Colemar Natal e Silva”.

* Antônio Soares Neto, também conhecido por Toniquinho JK.

Mesmo que de forma rasa, não poderia deixar de fazer menção, ao registro desta instituição que nasceu para resgatar, preservar e divulgar, de forma crítica, como é próprio das ciências sociais, os aspectos físicos e históricos da presença humana na geografia de Goiás.

Na casa de José Mendonça Teles, Agnelo Arlington Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Dario Délio Cardoso, Alfredo de Faria Castro, Augusto da Paixão Fleury Curado, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Albartênio de Godói, Alcide Celso Ramos Jubé, Vasco de Sousa, Gustavo Gonzaga, Waldomiro Bariani Ortencio, Basileu Toledo França, Binômio da Costa Lima, Marilda Godoi de Carvalho, Pedro Ludovico Teixeira, Ubirajara Galli, Geraldo Coelho Vaz, atual presidente do IHGG, entre tantas e tantos outros membros.

Presidindo uma das primeiras reuniões, José Honorato falou sobre a necessidade de se criar a instituição, salientando “o abandono a que se achava o estudo da história e da geografia no Estado”, e sugeriu que se elege-se uma diretoria provisória que se encarregasse de assentar as bases para a fundação do Instituto.

O IHGG, prestando uma homenagem ao seu próprio sentimento histórico, ao convidar Antônio Soares Neto para fazer parte do seu quadro de associados, quero fazer referência à coincidência.

Sendo assim não posso deixar de mencionar o nome de Dario Délio Cardoso, senador na constituinte de 46, jornalista, escritor e advogado, citado acima como co-fundador desta instituição.

Teria sido, como reza a lenda “Sugestão” de Dario Délio, numa reunião de programação de campanha presidencial de JK, a indicação para o primeiro comício a ser feito em Jataí-GO, maior reduto pessedista proporcional do Brasil?

O Dr. Serafim de Carvalho teria confidenciado isso ao seu cunhado, que viria a ser o primeiro jataiense a governar Goiás, José Feliciano.

Nesse instante quero agradecer ao diretor do documentário que será exibido em seguida e seu quadro técnico:

Edson Luiz de Almeida, jornalista, cineasta, produtor, idealizador do filme;

Produção executiva: Lúcia Camilher – GRUA E CIA;

Montagem: Diego Muniz;

Pesquisa: Sophia Araújo;

Assistente de produção: Yasmim Lopes e Selma França;

Trilha sonora original: André Luiz Machado e Hans Hess.

Para finalizar, agradeço a todos presentes, meus familiares, amigos, conterrâneos, políticos, historiadores e em especial ao presidente do IHGG, escritor Geraldo Coelho Vaz e afirmo que serei sempre grato a esta honrosa homenagem à minha pessoa.

Goiânia, 12 de junho de 2018.

Discurso de posse como Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) Cadeira N° 6 *

*Nilson Jaime***

Ao permear os umbrais dessa vetusta casa de cultura – o IHGG – faço-o com a reverência de quem irrompe um panteão. Sim, um panteão! Porque as estrelas que já se foram são em maior número do que os que aqui ostentam seu fulgor, bruxuleiam seu fogo, ou dão ainda lampejo de seu lume. Essa é a dinâmica da vida. A fagulha acende a chama, que após aquecer e dar luz, transforma-se em braseiro e, por fim, se extingue. Todos nós vivemos essas etapas e é mister que em cada uma delas deixemos boas obras.

Para o escritor, de preferência obras que marquem a existência dos leitores. Melhor dos mundos, que não encahem e que sejam lidas, relidas e pesquisadas. Para o historiador, obras que testemunhem o tempo e a sociedade em que viveu; ou que interprete tempos longínquos, que não vivenciou.

Para Oliveira Vianna (1883-1951) os historiadores devem ser os intérpretes do Brasil¹. É preciso que o historiador – conforme preconizou Von Martius, em seu clássico *Como se deve*

* Posse ocorrida às 9 horas do dia 11/09/2018.

** Mestre e Doutor em Agronomia, Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Palmeirense de Letras e Artes (Apla) e da Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (Aplam).

escrever a História do Brasil – “*traduza com precisão o passado, para que os erros possam ser evitados não só no presente, mas também no futuro*”.

Vivemos dias sombrios. Nos tristes tempos desses *Tristes Trópicos*, quando a sociedade brasileira, entorpecida, busca salvadores da pátria que apregoam censitar afrodescendentes *por arroba* e retirar aos índios seus mais sagrados e elementares direitos de viver no pouco de terra que lhes restou, é preciso que se ouça Gilberto Freyre (1900-1987):

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do Negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (p. 367)³.

É preciso que Pedro Taques de Almeida Paes Leme⁴ lembre a uma sociedade que no momento presente dá ouvidos a pregações arianas e racistas que, nas 20 gerações que nos antecederam desde Cabral, todos nós temos dois pais, quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, 32 tetravós, 64 pentavós, 128 hexavós, 256 heptavós, 512 octavós, 1024 enevós, 2048 decavós, enfim, temos somados – nos 500 anos de existência da civilização luso-brasileira – 300 mil avós e, dentre eles, incontáveis filhos da selva brasileira e da mãe África.

É mister que Câmara Cascudo (1898-1986) informe-nos que, dentre os 50 alimentos que chegam hoje à mesa do brasileiro, 40 foram domesticados por nossos ancestrais indígenas, milhares de anos antes do surgimento da Embrapa.

Ou que Gilberto Freyre nos dê ciência de que o saudável hábito de tomar banho todos os dias, foi um legado das “cunhãs” indígenas, hábito ainda desconhecido em Versailles e nas Casa de Orleans e Bragança, mesmo duzentos anos depois.

Gilberto Freyre (2013) ensina que a influência do negro nas gentes da casa grande manifesta-se:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhana que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (p. 367)³.

Houvesse na civilizada Alemanha da década de 1930, mais historiadores e intelectuais com coragem para denunciar nas academias e universidades, e que não estivessem entorpecidos pelo mito do salvador da nação germânica; que se contrapusessem à queima de livros e ao armamentismo, a figura de Adolf Hitler não teria se imposto a uma nação que se julgava ilustrada, trazendo tantas máculas ao mundo, até nos dias de hoje. E talvez não surgisse o totalitarismo socialista de Josef Stálin, Mao Tsé Tung e Pol Pot, com seus expurgos, prisões medievais, torturas e o Arquipelágo Gulag.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) foi fundado em 1738, com o mister de guardião da história escrita e da memória. Seu congênere na terra legada pelos índios Goyá, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), surgiu cem anos depois, em 1933.

O Panteão deste IHGG, composto por dezenas de personalidades que contribuem para a História e a Geografia goiana e brasileira é morada perpétua: do estadista intelectual José Martins Alencastre; dos viajantes Emmanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire e Francis Castelnau; dos militares Cunha Mattos, Cândido Rondon e Couto de Magalhães; dos profícuos jornalistas Honestino Guimarães, Moisés Santana, Henrique Silva e Jarbas Jayme; de mulheres vanguardistas como Cora Coralina, Amália Hermano Teixeira, Rosarita Fleury, Maria Barbosa Reis e Regina Lacerda; de visionários como Luís Cruls, Pedro Ludovico Teixeira, Americano do Brasil e Sebastião Pompeu de Pina; de missionários da cultura em seu sentido *lato*, como o fundador do IHGG, Colemar Natal e Silva, e um de seus mais longevos presidentes, José Mendonça Teles.

Este Panteão é morada perpétua de várias outras importantes personalidades da cultura goiana, a exemplo de Zoroastro Artiaga, patrono da cadeira nº 6, na qual sou hoje empossado.

Faço votos para que o presidente Geraldo Coelho Vaz – a quem agradeço pela minha indicação a este Instituto – e todos os demais confrades e confreriras possam contribuir muito (e por muitos anos) com a Cultura do Estado de Goiás, antes de se juntar à Plêiade desse Panteão.

O Patrono

Em toda eleição para acolhimento de membros para a Academia Goiana de Letras (AGL), o escrutínio se dá com a aposição dos votos em um chapéu, à guisa de urna. Essa é a tradição daquela vetusta agremiação cultural há muitos anos.

Dessa forma a AGL presta homenagem a um de seus mais insignes membros: o ex-titular da Cadeira 16, Zoroastro Artiaga, patronímico de Henrique Silva, instituição para a qual foi eleito em 31/01/1955 e da qual foi presidente, em 1957.

Zoroastro Artiaga é natural de Currálinho (atual Itaberaí)⁵, onde nasceu em 29 de maio de 1891, filho de Virgílio Pereira Artiaga e de Jovita Inocência Furtado de Lima Artiaga. Dotado de cultura enciclopédica, era um polímata, vivenciando intensa atividade científica e cultural até seu falecimento em Goiânia, no dia 26 de fevereiro de 1972, aos 81 anos.

Segundo Mário Ribeiro Martins⁶ Zoroastro Artiaga era advogado, professor, jornalista, escritor, ensaísta, pesquisador, historiador, memorialista, polemista, geógrafo, indigenista, ativista, produtor cultural, literato, cronista, contista, administrador, educador, ficcionista, conferencista, orador, poeta e funcionário público.

Mostrou pendor para o jornalismo desde tenra idade, pois aos 14 anos fundou o jornal *O Repórter*, em Currálinho. Foi telegrafista dos correios a partir de 1913, trabalhando em Catalão (1916)⁷, Santa Luzia (1917), Uberabinha (Uberlândia, 1918), Rio Verde e Araguari (1920) onde foi chefe da estação telegráfica local⁶.

Em 1926⁶ fundou em Catalão *O Novo Horizonte*, “jornal político e combativo” que “teve duração de oito anos”⁵. Nessa

cidade foi nomeado Escrivão da Delegacia Regional^{5,6}. “Teve que mudar-se de Catalão por perseguição política e empastelamento de seu jornal”⁵.

Coelho Vaz⁵ informa que Zoroastro Artiaga casou-se com a escritora Araci Monteiro Artiaga, filha do jornalista Benedito Monteiro Guimarães.

Ingressou na Faculdade de Direito de Vila Boa em 1929, sendo nomeado em 1933 – antes de se formar – professor interino de Direito Civil da faculdade em que estudava⁶.

Dentre outros, Zoroastro Artiaga ocupou os seguintes cargos públicos na antiga capital goiana⁵: tabelião do segundo ofício; oficial de gabinete da Chefia de Polícia (atual Secretaria de Segurança Pública); diretor do Departamento de Prefeituras; diretor da Imprensa Oficial do Estado; diretor do Departamento de Propaganda; diretor do Departamento de Divulgação de Goiás; membro do Conselho Penitenciário do Estado; membro da Junta de Estatística; membro do Conselho Técnico da Economia e Finanças do Estado; diretor do Departamento Estadual de Cultura; titular da Secretaria Regional de Geografia e presidente da Comissão de Limites de Goiás.

Ativista de entidades culturais, foi um dos fundadores da Associação Goiana de Imprensa (AGI); da União Brasileira de Escritores (UBE), seção de Goiás; presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e da Academia Goiana de Letras (AGL).

Em 3 de abril de 2018, *O Popular* publicou o suplemento *80 vidas nas páginas de O Popular*, que relata oitenta personalidades que “têm a cara de Goiás”, nos últimos 80 anos. Nele, o jornalista Rogério Borges⁸ retrata Zoroastro Artiaga, em verbete:

[...]

É até difícil imaginar como ele poderia ter feito mais, uma vez que Zoroastro Artiaga, em variados campos de conhecimento, foi um pioneiro em terras goianas.

“Ele foi o primeiro a escrever sobre geociências em Goiás”, enfatiza a professora Giovana Galvão Tavares, professora do Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica, de Anápolis, e que defendeu uma tese de doutorado na Unicamp sobre esse personagem importante no desenvolvimento goiano. “Seus trabalhos falam bastante da geologia econômica de Goiás, tratando de minérios, vegetação”, cita.

Esse conhecimento foi adquirido nos anos que Zoroastro serviu ao que é hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse ofício, ele foi um dos responsáveis, por exemplo, por percorrer todo o Estado mapeando seus detalhes geográficos, suas regiões mais desconhecidas. “O governo Getúlio Vargas determinou que os municípios brasileiros só poderiam ser reconhecidos como tais se definissem seus limites. Houve um esforço nacional para fazer essas delimitações. Em Goiás, parte dessa tarefa coube a Zoroastro”, explica Giovana.

Segundo a pesquisadora, uma das estratégias de Zoroastro era colocar em voga os temas com que lidava. “Ele foi um pioneiro no jornalismo. Suscitava discussões e envolvia personalidades conhecidas. Sabia fazer barulho”, relata a professora.

Em dois momentos, esse talento de Zoroastro fica evidente. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele levanta um debate sobre a existência de urânio em Goiás. “Em um texto na revista Oeste, ele avisa que havia estrangeiros vindo a Goiás e levando riquezas minerais usadas na fabricação de armas, como urânio e quartzo”, pontua Giovana.

Em outro momento, quando é decidido que a capital federal deixaria de ser o Rio de Janeiro e que uma nova sede seria instalada no interior do Brasil, Zoroastro defende com veemência que o novo Distrito Federal fique em terras goianas. “Minas Gerais estava pleiteando que a capital fosse para o Triângulo Mineiro porque o lugar delimitado pela Missão Cruls para ser a capital não teria água suficiente. Ele se volta contra isso, provando o contrário”, sublinha a pesquisadora. Ao mesmo tempo em que digladiava com temas públicos, Zoroastro não descuidava de seus estudos (p. 62).

Na entrevista a *O Popular*, o professor revela sua metodologia:

“Todos os meus pequenos conhecimentos sobre Geografia se baseiam em pesquisas realizadas in loco”. Esses “pequenos conhecimentos” incluem uma série de publicações que deram norte aos estudos da área na região. Um legado que ele repassou a vários aprendizes que o tiveram como professor de Geografia e Física na então Universidade de Goiás. A História também lhe despertava grande interesse. Zoroastro fez amplas pesquisas nessa disciplina, falando de povos indígenas, do papel da Igreja e de tradições folclóricas (p. 62).

Como jornalista, Zoroastro Artiaga fundou vários jornais, por onde passou. Escreveu para os periódicos goianos *Folha de Goyaz*, *O Popular* e *Cinco de Março*, além de outros do Triângulo Mineiro. Escreveu as seguintes obras: *Geologia Econômica de Goiás* (1939); *Riqueza Vegetal do Planalto Central e do Vale do Tocantins* (1939); *Contribuição para a História de Goiás* (1948); *Monografia histórica e corografia da nova capital de Goiás* (1948);

Geografia Econômica, histórica e descritiva do Estado de Goiás (1951); *Dos minérios de Rádium de Goiás*; *História de Goiás I* (1959); *Síntese da Geografia e da história de Goiás* (1960); *História de Goiás II* (1961); *Riquezas de Goiás* (1961); *Revolução de 1909*; *Etnologia Goiana*; e, *Rios Araguaia e Tocantins*.

Deixou inéditas diversas obras⁹: *História de Goiás* (Volumes 3, 4 e 5); *Origem dos Índios do Brasil Central*; *Caçadas e pescarias*; *Usos e Costumes de Goiás*; *Fauna Ictiológica de Goiás*; *Fauna Ornitológica de Goiás*; *Riquezas botânicas de Goiás*; *Minérios e minerais de Goiás*; *Valor e heroísmo do soldado goiano*; *A vida de Dom Eduardo Duarte da Silva em Goiás*; e *Influência civilizadora do clero e da Igreja Católica nos primórdios de Goiás*.

Zoroastro Artiaga foi o idealizador, em 1946, e diretor do Museu Estadual de Goiás, criado para abrigar o acervo da Exposição Permanente de Goiás, realizada em 1942, durante o Batismo Cultural de Goiânia. Esse museu seria nominado mais tarde Museu Estadual Zoroastro Artiaga, em homenagem ao estudioso que entrou para a história como “O divulgador do sertão”.

Os primeiros patronos

A cadeira número 6 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi ocupada, sucessivamente, pelos professores Waldir do Espírito Santo Castro Quinta (n. 04/06/1920; f. 01/02/2006), primeiro patrono, e por Ruy Rodrigues da Silva (n. 28/10/1927 – f. 27/10/2016), segundo ocupante.

Waldir Castro Quinta¹⁰, natural de Caldas Novas, Goiás, foi professor, jornalista, escritor, ensaísta, pesquisador, orador, ativista, conferencista, poeta, político, administrador, cronista e

contista. Deputado estadual por duas legislaturas (1955-59; 1959-63), renunciou em 1962, a fim de assumir cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Membro da Academia Goiana de Letras, cadeira número 9, patrocinada por Guimarães Natal, Castro Quinta publicou seis livros de crônicas¹¹: *Encontro*; *O major e seus bigodes*; *O fantasma sem cabeça*; *Algebeira de menino*; *Um galinho em seu terreiro*; e *De como um bondoso irmão acabou passando a noites*.

O goiano Ruy Rodrigues da Silva nasceu em Porto Nacional, hoje estado do Tocantins, graduando-se em Filosofia pelo Seminário Central dos Dominicanos de Belo Horizonte (1949) e tornando-se bacharel em Teologia pelo Seminário Maior dos Dominicanos (1953)¹², do Rio de Janeiro, razão de sua alcunha “Padre Ruy”.

Especialista em Línguas clássicas e em Administração Escolar pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (1954), retornou ao Tocantins em 1955, já ordenado padre. Lecionou em Porto Nacional e em Pedro Afonso, no Norte Goiano, onde foi diretor do Colégio Cristo Rei, criando e fomentando ali o escotismo¹².

Deixou os hábitos religiosos e transferiu-se para Goiânia, tornando-se professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e secretário da Educação do Governo Mauro Borges (1961-64), sendo um dos pivôs da deposição do governador goiano¹².

Fez parte da lista do general Riograndino Kruehl – em 12/11/1964, 14 dias após a deposição de Mauro Borges – responsável pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em Goiás. Com seus direitos políticos cassados por 10 anos, “por atividades subversivas”, exilou-se em Paris, onde morou por 25 anos,

especializou-se em Sociologia (1969) pela École Pratique Des Hautés Études VI - Sorbonne. Retornou ao Brasil somente dez anos após a Lei da Anistia de 1979¹².

O jornalista Euler Belém¹³ assim o definiu na edição 2155 do Jornal Opção:

Homem culto, de grande preparo intelectual, mas jamais um nefelibata. Era dos intelectuais que sabiam que era preciso colocar as ideias em prática, até para gerar novas ideias sobre como mudar o mundo para melhor. Por isso, no lugar de circunscrever-se à academia, se tornou secretário da Educação do governo de Mauro Borges, na primeira metade da década de 1960, e mais tarde, além de secretário da Educação do governo do Tocantins, assumiu a Reitoria da Universidade do Tocantins (Unitins).

[...]

Era um homem brilhante, vivaz, reverberante. Na ditadura, perseguido por suas ideias e práticas — era, na verdade, integrante de uma esquerda moderada, democrática, mas ditaduras, mesmo quando parcialmente dita brandas, não toleram a divergência, ainda que dentro da legalidade —, exilou-se na África e na França. Lá, como aqui, ensinou, e de várias maneiras — seja como professor, seja como secretário da Educação.

[...]

Ruy era um intelectual múltiplo, universalista. Por isso é difícil rotulá-lo apenas como teólogo, filósofo, pedagogo, sociólogo, escritor, professor. Era isto tudo, sim. Mas era muito mais. Era um humanista clássico, hoje cada vez mais raro, com as formações intelectuais fragmentadas, altamente especializadas. Deve ser pensado como um homem do Renascimento e do Iluminismo. Sempre crente nas potencialidades do homem, acreditando que,

por debaixo de certa barbárie, há luzes salvadoras. O que “salva” não é o mercado, o crescimento puro e simples, e sim a educação.

Nos seus mais de 20 anos de exílio político, Ruy militou pela educação na Europa, na África (Guiné-Bissau) e na Ásia. Com a Abertura e a Anistia, no fim dos governos militares, voltou ao Brasil. Para ficar.

Em 1991, convidado por Moisés Avelino (o Henrique Santillo do Tocantins) — o grande democrata que havia sido eleito governador —, Ruy aceitou a incumbência de ser secretário da Educação do Tocantins. Certamente ficará na história do Estado como um de seus melhores secretários da Educação. A cultura local sempre faz parte de outra cultura, mas seu cosmopolitismo era semelhante ao de Pushkin e Tolstói, que diziam que, se o indivíduo quer conhecer o universo, antes precisa conhecer sua aldeia. As culturas locais, ainda que contaminadas pelas culturas em geral, precisam ser descritas, lembradas e emuladas. Educação e cultura, para Ruy, caminhavam juntas, integradas.

No governo de Siqueira Campos, Ruy assumiu a Reitoria da Universidade do Tocantins (Unitins). Poderia ter declinado o convite, dado o fato de Siqueira Campos ser porta-voz da direita mais retrógrada do país — tanto que articulou, junto com o general Sylvio Frota, um golpe contra a distensão e a Abertura propostas pelo presidente Ernesto Geisel. Mas Ruy estava acima de questiúnculas e picuinhas políticas, sempre passageiras. Dava valor às coisas permanentes, que solidificam um país e lhe dão substância. Sabia que, com seu nome — um nome de peso nacional, de prestígio em todos os rincões do país —, poderia consolidar a Unitins como uma grande universidade, o que é hoje, e graças em parte ao seu talento como reitor e educador. Ele foi um abre-portas.

Em 2008, numa homenagem justa, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), concedeu-lhe o título de doutor honoris causa. Com seu talento organizacional e seu caráter agregador de talentos, Ruy foi um dos criadores da UFT.

[...]

Ruy tinha uma formação de elite, das melhores elites, as que não abdicam da mudança e da inclusão, sem jamais deixar de ser um homem do povo. Era um caso raro. Raríssimo.

Padre Ruy Rodrigues escreveu os seguintes livros¹⁴: *La Pédagogie de L'honneur* – A pedagogia da honra (Paris: Édima/Lieu Commum, 1992); *Exercícios de Admiração: Reflexões sobre pessoas, poder, cultura e cidades* (Goiânia: UFG, 2003); *As Áfricas que descobri* (Goiânia: UCG, 2007); *Respirando o pretérito* (Goiânia: UCG, 2008) e *Elementos e dados da História do Tocantins* (Goiânia: 2009) em coautoria com M. C. ANDRADE.

Publicou os seguintes artigos: *Países não-alinhados* (Paris, 1969); *Migrations et développement* – Migrações e Desenvolvimento (Paris, 1970); *La pedagogie de l'honneur* (Paris, 1972); *Eglises et revolution social em Amérique Latine* - Igreja e Revolução Social na América Latina (Paris, 1978) e *Le développement – processus et méthodes* - Desenvolvimento - Subdesenvolvimento (Paris, 1979) e *Interculturalité* – Interculturalidade (Paris, 1980)¹⁴.

Padre Ruy Rodrigues recebeu dezenas de láureas, dentre elas o título de Doutor *Honoris Causa*, de Universidade Federal do Tocantins (2008) e o diploma de Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 2002.

Conclusão

Estou muito feliz por ser acolhido no IHGG, venerável instituição de tantos luminares da historiografia goiana.

Suceder ao professor Ruy Rodrigues da Silva na cadeira nº 6, de Zoroastro Artiaga, antes ocupado por Waldir do Espírito Santo Castro Quinta e pelo padre Ruy Rodrigues da Silva, será uma responsabilidade e um desafio que muito me inspirará e demandará meus maiores esforços.

Farei o possível para honrar a memória desses três vultos goianos e a integridade e tradição do IHGG.

Muito Obrigado.

Notas

¹ Bresciani (2018), p. 139-161

² Von Martius (1844, 2. Ed.)

³ Freyre (2013, p. 367).

⁴ Paes Leme (1980, 3 vol.).

⁵ Coelho Vaz (2008, p. 295-297).

⁶ Martins (2008, p. 53-56).

⁷ Coelho Vaz informa que sua passagem para Catalão se deu em 1915 (e não 1916, conforme datado por Martins) (p. 295).

⁸ Borges (2018, p. 62).

⁹ Teles (2011, p. 639-40).

¹⁰ Coelho Vaz (2011, p. 639-40).

¹¹ Teles (2011, p. 347-348).

¹² Martins (2008, p. 58-60).

¹³ Belém (2016, edição 2155).

¹⁴ Lattes (2018).

Referências

BELÉM, Euler de França. *O humanista Ruy Rodrigues lutou pela educação em Goiás, África, França e Tocantins*. *Jornal Opção*, edição 2155, de 27/10/2016.

BORGES, Rogério. Zoroastro Artiaga. In: *80 vidas nas páginas do Popular*. Suplemento de *O Popular*, Goiânia, 3 de abril de 2018. p. 62.

BRESCIANI, Maria Stella. Oliveira Vianna (1883-1951). In: *Os Historiadores – clássicos da história do Brasil*, v. 4. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; Editora PUC, 2018. 393 p.

COELHO VAZ, Geraldo. *Academia Goiana de Letras – história e antologia*. Goiânia: Kelps, 2008. 621 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52ª edição. São Paulo, 2013. 727 p.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008. 716 p.

PAES LEME, Pedro Taques. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; USP, 3 Volumes.

TELES, José Mendonça. *Dicionário do Escritor Goiano*. 4ª edição. Goiânia: Kelps, 2011. 472 p.

VON MARTIUS, Karl Frierich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1884. 411p.

ARTIGOS

O Sistema Judiciário na Província de Goiás

*Itaney F. Campos**

O processo de colonização das terras goianas, deflagrado por volta de 1730, com as incursões das bandeiras paulistas em busca do ouro e captura de silvícolas, foi marcado de grande turbulência. Não bastassem os problemas decorrentes da atividade minerífera, eixo econômico sobre o qual se formou esse processo de povoamento, os sanguinários conflitos com a gente da terra, vale dizer, os povos indígenas (Caiapós, Carajás, Xavantes, Bororós, Acroás e Xacriabás, entre outros), as intempéries naturais, a extensão territorial, a imposição de pesados tributos pela Coroa e a formação caótica dos aglomerados urbanos determinaram a eclosão de muitos conflitos no curso da ocupação da região.

Os arraiais foram surgindo de forma desordenada, de acordo com as descobertas das minas, em regiões acidentadas, às margens dos ribeirões e nas encostas dos morros. Distanciados entre si e deixados à própria sorte, tornaram-se alguns deles verdadeiros territórios sem lei, também porque o interesse da Coroa portuguesa concentrava-se em arrecadar a sua quota da produção minerífera obtida pelos exploradores do ouro, sem cuidados efetivos voltados à formação de um processo colonizador. A exploração do minério era livre a todos os súditos, mas a quinta parte do

* Itaney Francisco Campos é Sócio Titular do IHGG, cadeira nº 8

produto era reservada à Real Fazenda. Esse controle se faria com a concentração da produção aurífera nas Casas de Fundição, onde o tributo real era separado, e o remanescente fundido em barras, com a marca do selo real, podendo assim circular de forma lícita na colônia e fora dela.

A cobrança *per capita* de escravos utilizados e o sistema de quotas anuais, com fixação de um valor mínimo em arrobas de ouro a ser pago, gerou grandes revoltas nas regiões das minas, destacando-se a conjuração mineira, na Província de Minas Gerais.

Para Caio Prado Junior, referindo-se ao sistema de colonização do Brasil, o maior equívoco da Coroa Portuguesa foi “o de centralizar o poder e concentrar as autoridades; reuni-las nas capitais e sedes, deixando o resto do território praticamente des-governado e a centenas de léguas muitas vezes da autoridade mais próxima.”

Acrescenta que “a extensão do país, a dispersão do povoamento, a deficiência de recursos tornavam difícil a solução do problema de fazer chegar a administração, de forma eficiente, a todos os recantos de tão vasto território.”¹

O mesmo autor adverte para o engano que a designação dos cargos é capaz de causar, pois o juiz colonial, além de exercer as funções de julgador, resolvendo litígios entre as partes desavindas, atuava também como simples agente administrativo, executando providências próprias da administração, promovendo a realização das disposições legais, enfim executando ofícios administrativos, sem distinguir, na prática, a duplicidade das funções exercidas.

Aludindo a estudo de Jônatas L. M. de Paula, a historiadora do direito, Flávia Lages de Castro registra que, mesmo diante

1 Prado Junior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colonia. SP. Brasiliense.p. 316., apud Flavia Lages de Castro. História do Direito. Lumen juris. 2011.

dessa sobreposição de poderes, pode-se esboçar uma visão panorâmica da estrutura judiciária do Brasil colônia, mormente sob a égide das Ordenações Filipinas, cuja vigência se deu a partir do ano de 1603. Podem-se relacionar os seguintes cargos públicos, cujas atribuições principais eram dirimir os conflitos, aplicar as normas legais e administrativas e supervisionar o exercício das funções públicas:

“Ouvidor: Além das funções administrativas cabia-lhe conhecer e julgar, por ação nova ou por avocação a seu juízo, os processos cíveis e criminais em que fossem partes interessadas juizes, alcaides, procuradores, tabeliães, fidalgos, abades, priores ou pessoas gradas; suspeições de juizes e causas em que este se desse por impedido; as causas de competência dos juizes de fora, das cidades e vilas situadas a duas léguas ou menos da sede da comarca: agravos dos juizes ordinários e de fora e as apelações dos juizes ordinários. Juiz ordinário ou da Terra – eleito entre os homens bons, tinha como função processar e julgar processos cíveis e criminais; Onde não houvesse juiz de órfão deveria exercer também as atribuições deste; processar e julgar, sem recurso, juntamente com os vereadores, as injúrias verbais ou, singularmente, mas com recurso quando o caso tratasse de fidalgo ou cavaleiro; julgar as apelações e agravos das decisões dos almotacéis. Juiz de Fora – era nomeado pelo poder central e substituía o juiz ordinário nas causas cíveis cujo valor não ultrapassasse mil réis nos bens móveis e nas localidades de até 200 casas, bem como tinha a competência para causas de bens móveis com valor de até 600 réis e bens imóveis até 400 réis. Juiz de órfãos – eleitos ou nomeados se o município possísse mais de 400 vizinhos e cabia-lhe processar e julgar inventários,

partilhas causas decorrentes deles ou em que fossem parte deles menores ou incapazes assim como as causas envolvendo tutela e curatela.”

A mesma estudiosa ressalta que para o segundo e terceiro graus de jurisdição, o órgão máximo era a Casa de Suplicação, com sede em Lisboa. Outros eram o Desembargo do Paço, a Casa do Porto, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Ultramarino, a Junta de Comércio, o Conselho do Almirantado, o Tribunal da Junta dos Três Estados, o Régio Tribunal ou Fazenda e o Tribunal do Santo Ofício.²

No início do século XVIII, coincidente com a ocupação das terras centrais, expediu o Reino português o Regimento de 1702, que alterou substancialmente os códigos de mineração, e traçou a sistemática que persistiu ao longo do período colonial. Criou-se a Intendência das Minas, para as regiões mineríferas, vinculada ao governo de Lisboa, e o cargo de Superintendente, com atribuições jurídicas extensas, mas cuja função principal era tornar eficiente a cobrança do Quinto.

Renatta Cristina de Oliveira Elias observa que

o conjunto de leis escritas denominado Ordenações Filipinas, embora elaborado em fins do século XVI e iniciada sua vigência em 1603, continuava em pleno vigor e autoridade em fins do século XVIII nos domínios do Império Português e, conseqüentemente, tais leis eram impostas à sua rica Colônia: o Brasil. (Roque, 2007, p. 245).

Sublinha que “sob seus artigos inflexíveis, de linguagem adequada ao Antigo Regime, foram determinados os destinos de

2 Castro, Flavia Lages de. História do Direito. Geral e Brasil. 9a. ed. R.J. Lumen Juris. 2011.

milhares de pessoas, súditos brasileiros do Império Português”.³ Acrescenta que “as riquezas minerais, em especial o ouro e os diamantes, descobertos em abundância no interior da Colônia, constituíram a maravilhosa riqueza do século XVIII.”

Enquanto a monarquia portuguesa expedia novas leis, cada vez mais opressoras, para garantir seu domínio total sobre os territórios ultramarinos, um clima de insatisfação se instalava e se intensificava entre os brasileiros da região das minas de ouro. A esmagadora carga tributária imposta sobre a população dedicada à exploração minerífera, dava ensejo à reação dos mineiros, revoltados com a sede tributária da Coroa. Eclodiram pelas regiões mineríferas atos de insubordinação e desobediência às leis draconianas do Reino português. Na impressão do Conde dos Arcos, o primeiro a governar a capitania, os primeiros povoadores de Goiás eram, em grande parte, fugitivos da Justiça, extraviadores de ouro que vieram “refugiar-se na espessura dos matos e no inculto dos sertões”. (Palacin, p. 35). Embora não estivesse completamente falto de razão, carecia a D. Marcos de Noronha, futuro Conde, a visão de futuro, pois essa gente rude e bravia, com suas incursões pelas regiões hostis e inóspitas, em confrontos sanguinários com os povos indígenas, possibilitou o avanço da colonização e a consolidação do domínio lusitano sobre as terras da região central do Brasil.

Em meados do século XVIII, relata Elias, o tributo anual sobre a exploração de ouro do Brasil passou a ser de 100 arrobas de ouro. Os veios auríferos já apresentavam os primeiros sinais de esgotamento, de sorte que a carga tributária escorchante, além de empobrecer a população, estimulava os atos de sonegação e

3 Elias, Renatta Cristina de Oliveira. O processo penal contra Tomaz Antonio Gonzaga: Inconfidência mineira Final do século XVIII. Goiânia, Kelps, 2012. P. 31.

extravio do minério. A precária estrutura fiscalizatória, a par das longas distâncias e dos espaços territoriais vazios, facilitavam o extravio e o descaminho, inclusive por parte dos próprios agentes do governo português. As autoridades portuguesas encarregadas da arrecadação não se conformavam com o declínio do imposto sobre a mineração, expedindo leis cada vez mais rigorosas e punitivas, contra as quais a elite dominante passou a alimentar uma aversão surda, silenciosa e subreptícia, geradora de grande perturbação social. Por essa quadra, o Ouvidor Sebastião José da Cunha e Vasconcelos observava, com razão: “O Quinto empobreceu Goiás, o dízimo acabou de matá-lo”.

Em relação a esse estado de coisas, o professor e pesquisador goiano Colemar Natal e Silva registrou que “há na história de Goiás, como os fatos comprovam e todos os cronistas asseveram, um largo período, de cerca de 20 anos, em que as mais variadas e complexas coisas concorreram para grandes abusos, irregularidades e crimes, sem punição.”Relata então o erudito escritor goiano alguns dos episódios sangrentos que eclodiram pelo interior da província de Goiás:

“Em Santa Luzia João de Godoy Pinto da Silveira, provocando morte e ferimentos numa sedição contra o juiz ordinário, em dia de festas; em Santa Cruz, José Pereira de Andrade, provedor, expulsou o vigário Diogo Batista Rabello, à frente dos homens armados; em Pontal, o mesmo se dá com o vigário do Norte; depois de promover em Pitanguí, duas revoltas, numa das quais foi assassinado o juiz ordinário Manoel de Figueiredo Mascarenhas, um genro de Bartholomeu Bueno, Domingos Rodrigues do Prado, incitou várias desordens, fazendo que se revoltassem contra o Ouvidor Geral Bernardo Pereira Gusmão, e depois de fugir para Cuiabá, refugiou-se em Goiás, onde praticou toda a

violência, crimes e barulhos, até assassinar, em Catalão, José de Moraes Cabral, capitão da Companhia de Dragões, que retornava para Minas com sua força.”

Depois de anotar a eclosão ocorrida na vila de São Félix, quando se deflagrou uma luta entre as autoridades, registra que “em Meia Ponte, o padre José Caetano Lopes Pereira mandou praticar vários assassinatos, e sempre confiado nas imunidades clericais, praticava arbitrariedades de toda ordem”.⁴

Em 1759, ao empossar-se na presidência da província D. João Manoel incumbiu ao Ouvidor Francisco de Atouguia Bittencourt abrir devassa contra seus antecessores, mas a falta de escrúpulos de Bittencourt provocou sua própria ruína, pois acabou preso e remetido para Lisboa, como registra Natal e Silva. Nesse período foram processados o Conde de São Miguel, que governara a província, 2 provedores da fazenda real, 8 tesoureiros, 12 empregados das provedoria e intendência e muitos outros, consoante registra o mesmo Colemar, reportando-se a Alencastre e Silva e Souza, autores, respectivamente, de “Anais da Província de Goiás” e “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”.

Em 1771, o secretário do Estado, Martinho de Mello e Castro relatava ao governador José de Almeida Vasconcelos a calamitosa situação a que chegara a província, enfatizando que “seria preciso fazer grossos volumes, para substanciar todos os extravios, desordens, descaminhos e violências praticadas naquela capitania, por aqueles mesmos a quem o governo dos povos e a administração da justiça e da fazenda se tinha confiado”.⁵

4 Natal e Silva, Colemar. História de Goiás, Goiânia. IGL. AGEPEL. 2002. P. 185.

5 Natal e Silva, Colemar, idem, ibidem, apud Anais, de Alencastre.

Em meados do século XIX, a decadência da província, decorrente do esgotamento do ouro de aluvião, era visível. Muitos povoados entraram em ruínas, quando não desapareceram por completo. Alencastre ponderou que “ou porque se esgotassem as lavras, ou porque à população fosse chamada a exercer a sua indústria em pontos mais vantajosos, em pouco tempo rareou a população, desabaram as casas, derrocou-se completamente os vestígios de sua existência”.⁶

A maior produção de ouro ocorreu na década de 1750, iniciando-se depois o período de decadência. O declínio se processa paulatinamente, tanto que em vinte e cinco anos a arrecadação do Quinto decaiu de um terço. Nessa época a população estava em torno de 30.000 habitantes, informa Luiz Palacin, em seu “O século do ouro em Goiás”.⁷ Em 1752 foi instalada no Rio de Janeiro a segunda Relação da Colônia, com jurisdição extensiva a São Paulo, Espírito Santo, Ouro Preto, Sabará, Serro Frio, Rio dos Mortos, Rio das Velhas, Paranaguá, Goiás, Cuiabá, Itacazes, Santa Catarina.

Com o traslado da Corte Portuguesa para a América, transformando o Brasil em Reino Unido, o Príncipe-regente transformou o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação, instituindo a terceira instância.

A vinda da família real propiciou profunda modificação nos costumes e instituições da cidade do Rio de Janeiro, porém a região central do Brasil achava-se entregue à própria sorte. O rompimento dos laços com as Cortes portuguesas não foi suficiente para alterar o quadro de estagnação reinante na capitania de Goiás.

6 Idem, *ibidem*, p. 214. Nota 291.

7 PALACIN, Luiz. *O século do ouro em Goiás*. Oriente. S.d.p.

No ano de 1824, o brigadeiro Raimundo da Cunha Matos, governador das armas, sediado na Vila de Traíras, registrava em sua “Corografia Histórica da Província de Goiás” que “os campos encontram-se cheios de taperas ou casas abandonadas e inteiramente demolidas: em conclusão é mui certo que a população geral da comarca de Goiás tem diminuído imensamente no que respeita aos escravos; faz poucos progressos em gente livre e promete pouca duração no caso de não ser socorrida com imigração.”

À febre da exploração do ouro, verificada no decorrer do século XVIII, seguiu-se um período de exaustão que, aos poucos, foi sendo superado pela expansão da atividade agropecuária, nas primeiras décadas do século XIX. A escassez do minério tornou-se tão evidente que, em 1809, no governo de Francisco de Assis Mascarenhas, a preocupação principal do governante foi reduzir as despesas, ocorrendo a extinção da casa de fundição de Cavalcante e até a da capital, Vila Boa, extinguindo-se conjuntamente o cargo de Intendente da fundição, como informa Luiz da Silva e Souza, em seu Memória do Descobrimento da Capitania de Goiás. Nesse período abriram-se devassas contra vários ouvidores e tesoureiros, em razão dos atos abusivos, corrupção e sonegação de tributos devidos à Real Fazenda.

Nesse mesmo ano, criou-se a comarca de São João das Duas Barras, na região norte, abrangendo os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Felix, Cavalcante, Flores e Traíras. A comarca do sul de Goiás era composta dos julgados de Vila Boa, Crixá, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Araxás e Desemboque, como se colhe dos registros procedidos pelo notável Silva e Souza.

Foi designado Ouvidor da Comarca do Norte o desembargador Joaquim Theotonio Segurado, que já fora Ouvidor da capitania, nomeado em 1805.

Segundo informa o Cônego Silva e Souza, a capitania tivera dezesseis ouvidores no período de 1735 a 1808, ano em que a Corte Portuguesa trasladou-se para a colônia brasileira. No governo de D. João Manuel, no período de 1757 a 1770, foi autorizada pela Corte lisboeta a instalação de uma Junta, em Vila Boa, para julgar os crimes e proferir e executar sentenças de morte, como já tinha sido concedido a várias capitanias. D. João Manoel levantou a forca na capital, que passou a funcionar, normalmente, de dois em dois meses. “Seu successor, D. José de Almeida e Vasconcelos, recebeu a confirmação deste privilégio, conforme a carta régia de 12 de Agosto de 1771”.⁸

Os historiadores ressaltam o profundo apego à ordem legal e aos direitos dos indivíduos que se pode inferir da legislação e da praxe da justiça portuguesa, onde nem mesmo um escravo poderia ser condenado sem a instauração de um processo e a produção de provas. Essa sólida tradição jurídica não era capaz, no entanto, de modernizar o aparelho judiciário e, assim, realizar o ideal de justiça proclamado pelos iluministas, ainda que no limites das normas formalistas das Ordenações. Palacin condensa as grandes dificuldades do aparato judiciário e os ingentes obstáculos à realização das funções da justiça: “Entre os vícios da justiça no Brasil, durante a época do ouro, além da fama da venalidade já mencionada, poderíamos enumerar a complexidade legal, o fato de ser administrada, quase em sua totalidade, por leigos, a dificuldade dos recursos, seu alto custo, a lentidão de seus processos”.⁹

8 Palacin, *idem*, p. 119.

9 *Idem*, *ibidem*, p. 117.

O Ouvidor do norte, o português Joaquim Theotonio Segurado, rico proprietário de terras auríferas, foi sucedido pelo ouvidor Jerônimo José da Silva e Castro. Ambos vieram a ser assassinados (consta que o primeiro por motivos passionais) na década de 1830, período de muita turbulência política, com acirramento das rivalidades entre portugueses e brasileiros.

A análise da conjuntura jurídica da Província dos anos sessenta mostra que a divisão judiciária não atendia à sua realidade geopolítica, havendo comarcas com áreas grandes, termos separados por grandes distâncias, alguns situados em locais intransitáveis no tempo das chuvas. Apenas três termos possuíam juízes formados.

Os conflitos afloravam, os crimes se avultavam e a impunidade continuava, na expressão da historiadora Maria Augusta Santana e do cronista Ursulino Leão. Registram os autores de “Presença do Tribunal de Justiça na história de Goiás” que “os conflitos e os crimes, iguais heranças dos tempos do ouro, o orgulho em ser temido, a violência como traço de nobreza, persistiam nos sertões dos Goyazes”.

D. João VI institucionalizou o terceiro tribunal da Relação do Brasil no Maranhão, em 1812, e depois o de Pernambuco. Proclamada a independência do Brasil, em relação a Portugal, e promulgada a Constituição de 1824, previu esse estatuto a criação do Superior Tribunal de Justiça como órgão máximo da Justiça Brasileira, bem como os Tribunais de Relação nas Províncias, com responsabilidade de julgar causas em segunda e última instância.

Em 1832, com o Código Criminal, Goiás foi dividido em quatro Comarcas: a de Goyaz (capital da Província e cinco vilas e

dois julgados); a de Santa Cruz (quatro vilas e um julgado), a de Cavalcante (três vilas e dois julgados) e a da Palma (cinco vilas e um julgado).

O aumento pouco melhorou os serviços da justiça, em face das distâncias consideráveis, a deficiência das estradas e transportes, bem como ausência de juízes nas comarcas, cujas funções eram exercidas em caráter precário pelos juízes municipais.

No ano de 1850, a Lei n. 19 dividiu em sete as quatro Comarcas existentes.

Decorrido um lustro, das nove comarcas existentes cinco estavam desprovidas de juízes em exercício, três se achavam vagas e em duas os titulares estavam em gozo de licença para tratamento de saúde.

Somente trinta anos depois, ou seja, meio século após a vigência da nova ordem constitucional, é que o dispositivo constitucional concernente à estrutura judiciária veio a ser implementado em Goiás.

Em 1874, instalaram-se mais sete Tribunais de Relação, inclusive os de Goiás e de Mato Grosso.¹⁰ Em nosso Estado, o Tribunal da Relação foi instalado em 1º de maio daquele ano, no Governo de Antero Cícero de Assis. Assumiu o cargo de Presidente, em caráter interino, o desembargador José Ascenço da Costa Ferreira, até a posse do Presidente efetivo, Desembargador Adriano Manoel Soares, em 17 de agosto daquele ano.¹¹

10 Lei n. 2342, de 6.8.1873.

11 Além de José Ascenço da C. Ferreira e Adriano Manoel Soares, ocuparam o cargo de presidente, nas primeiras décadas, José Antonio da Rocha (1879/1889); Francisco Manoel Paraíso Cavalcante (1889/1891); Coriolano Augusto de Loyola (1891/1899). Olympio da Silva Costa presidiu o Tribunal de 1899 a 1905. A Constituição Republicana alterou a denominação do Tribunal para Superior Tribunal de Justiça, e o título de seus ocupantes para Ministro.

A Província, por força da Lei Provincial de 29 de julho de 1872, dividia-se em treze Comarcas: Goyaz, Rio da Almas, Rio Verde, Rio Maranhão, Rio Corumbá, Rio Paranahyba, Imperatriz, Cavalcante, Rio Paranã, Posse, Palma, Porto Imperial e Boa Vista.

Quando da instalação do Tribunal de Relação, em 1874, segundo anota Coelho Vaz, já tinham se acrescentado três Comarcas àquelas já nominadas: Santa Cruz, Coxim e Rio Tocantins. A Corte goiana compôs-se de cinco juízes de direito, quais sejam, além daqueles que assumiram como Presidentes (José Ascenção Ferreira, interino, e o efetivo, Adriano Manoel Soares) os desembargadores Luiz José de Medeiros, Joaquim de Azevedo Monteiro e Elias Pinto de Carvalho.¹²

Todos eles vieram de outras Províncias, pois Goiás não contava com juízes com formação jurídica para compor o novo Tribunal da Relação. Na verdade, somente em fevereiro de 1903, no governo do Presidente José Xavier de Almeida, instalou-se na cidade de Goiás, então capital, a Academia de Direito de Goiás, cujos primeiros docentes foram os desembargadores Luiz Gonzaga Jaime, Antônio Pereira de Abreu e Matias da Gama e Silva. No ano seguinte, o corpo docente ampliou-se com a nomeação do des. Coriolano Augusto de Loiola e dos drs. Sebastião Fleuri Curado e Vicente Miguel da Silva Abreu. A primeira turma de bacharéis formados em Goiás, em número de dezesseis acadêmicos, colou grau em dezembro de 1905.^{13/14}

12 Memória do Poder Judiciário de Goiás. Coelho Vaz. 1998. P. 59.

13 O Presidente Miguel da Rocha Lima conferiu o grau de bacharel a Antonio Perilo, Artur Abdon Póvoa, João Cardoso d'Avila, Artur Pereira de Abreu, Mário d'Alencastro Caiado, Odorico Gonzaga de Siqueira, Rodolfo Luz Vieira, José Bernardino R. de Moraes, Saturnino Sebastião de Azeredo, Domingos Ferreira da Silva, Horácio José de Azevedo, João Marimbondo da Trindade, Airosa Alves de Castro, Coriolano Loiola Xavier Brandão, João da Costa e Oliveira e Pedro Pinheiro de Lemos.

14 A lei n. 186, de 13 de Agosto de 1898 criou a Academia de Direito de Goiás.

Em seu ensaio “Centenário da Relação de Goiás”,¹⁵ Clenon de Barros Loyola observa que, para a primeira sessão ordinária da Corte, no dia 5 de maio, foram convocados os Juizes da Capital, Jerônimo José do Campos Curado Fleury, e da Comarca do Rio da Almas, Benedito Felix de Souza, em substituição aos desembargadores Elias Pinto de Carvalho, nomeado Procurador da Coroa, que obtivera prorrogação de prazo para assumir o cargo, e Adriano Manoel, Presidente nomeado, que não comparecera à instalação, por se achar ainda em viagem para a província goiana.¹⁶

Goiás possuía, então, 16 comarcas, das quais oito achavam-se desprovidas de juizes togados.

No Almach da Provincia de Goyas (para o ano de 1886), Costa Brandão informa que a província tem 17 comarcas, entre providas e não providas, sendo duas nesta última situação. A grande extensão territorial das comarcas dificultava o acesso e a realização dos serviços da Justiça. A maioria delas ficava entregue aos juizes municipais, sem formação jurídica adequada ao exercício do cargo, além de comprometidos com a política local. Essa situação era agravada pela precariedade dos meios de comunicação, praticamente inexistentes, e a escassez das estradas, que se tornavam intransitáveis no período das chuvas.

A República não provocou grande alteração nesse estado de coisas, ainda que tenha conferido ao Poder Judiciário atribuições e prerrogativas voltadas à sua autonomia, erigindo o Supremo Tribunal Federal como guardião da ordem constitucional.

15 Revista Goiana de Jurisprudência. Centenário da Relação de Goiás. Ano IV, n. 5. 1974. Clenon de Barros Loyola.

16 Exerceram a presidência do Tribunal da Relação de Goiás, no período que vai de sua instalação aos primeiros anos da República, os desembargadores José Ascenço da Costa Ferreira, Adriano Manoel Soares, Cons. José Antonio da Rocha (1789/1889); Francisco Manoel Paraíso Cavalcante (1889/1891); Coriolano Augusto de Loyola (1891/1899). Apud, Coelho Vaz. Judiciário Goiano, p. 52/53.

Aos estados foi conferida a competência para legislar sobre a sua estrutura judiciária. Os valores do coronelismo que caracterizou a República velha repercutia também na estrutura do Poder judiciário e na sua manifestação funcional, atuando muitos juizes em consonância com os interesses políticos da aristocracia rural, sendo comum a prática do nepotismo, do apadrinhamento e do patrimonialismo que não distinguia o público do particular.

A criação de Goiânia, como a nova capital do Estado, na década de 30, e de Brasília, na década de 60, foram os dois marcos mais importantes na evolução da história social, política e econômica do Estado de Goiás, no século XX, repercutindo com profundidade na estrutura do sistema judiciário do Estado, para torná-lo mais arejado e efetivo. A localização da nova capital em região mais central, plana e salubre, apta aos influxos do desenvolvimento, deu um novo impulso ao desenvolvimento da região, acelerando-se essa onda desenvolvimentista com a transferência da capital federal para o planalto central.

Antecipando-se ao prazo estabelecido pela Constituição Estadual, que estabelecia dois anos para a transferência da Capital, o governador do Estado, através do Decreto no 1.816/37, transferiu em definitivo a sede do governo para Goiânia. Em julho, o Tribunal aprovou por unanimidade a proposta do desembargador Jarbas de Castro de que se encerrassem os trabalhos na antiga capital para que, num prazo de 30 dias, os juizes e funcionários da secretaria pudessem assumir as funções em Goiânia.

Com a transferência para Goiânia em 1937, o Tribunal foi instado no prédio ao lado do Palácio das Esmeraldas (hoje Secretaria Estadual do Planejamento), pelo Desembargador Antonio Perillo. Em 1953 o número de desembargadores passou para nove, quando também o novo Código Judiciário determinou

os critérios de inelegibilidade do desembargador na função de presidente para o mandato seguinte e o critério descendente, na ordem de antiguidade, para a escolha anual do presidente, como forma de garantir oportunidade para todos eles chegarem à presidência.

A nova ordem constitucional instaurada com a Constituição de 1988, que outorgou ao Poder Judiciário prerrogativas de verdadeiro Poder do Estado, inaugurou uma nova era na atuação da justiça brasileira, até então coarctada e submetida ao arbítrio da ditadura militar de 1964. A criação do Estado do Tocantins, formado pela porção territorial norte do Estado de Goiás, deu nova feição geográfica à estrutura do sistema judiciário goiano. Reduziu-se a 127 o número de comarcas do Estado. O Estado do Tocantins conta com hoje com 47 comarcas, classificadas em três categorias.

Os anos 80 trariam a modernização dos procedimentos, com o início da informatização e a construção dos dois edifícios da Avenida Assis Chateaubriand, sediando o Tribunal de Justiça e o Fórum. A inauguração se deu no dia 27 de junho de 1986, sob a presidência do desembargador Geraldo Crispim Borges. O prédio ganhou o nome do desembargador Clenon de Barros Loyola, presidente no biênio 1969/71. A informatização foi iniciada em 1976, com a compra do primeiro computador. A criação do Fundesp – Fundo Especial de Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado de Goiás, por lei do ano de 1996, constituiu-se em evento da maior importância, ao possibilitar ao Poder Judiciário aparelhar e modernizar as comarcas do Estado, inclusive introduzindo o processo eletrônico, adotando procedimentos compatíveis com as exigências da sociedade moderna, ansiosa pela prestação jurisdicional célere e efetiva.

Goiânia na Literatura: breve ensaio

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

A literatura, testemunho do seu tempo, é fonte privilegiada para a história. De acordo com Roger Cartier (2002), ela permite conhecer como, em diferentes lugares e temporalidades distintas, “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A partir de tais premissas, discorrerei brevemente sobre o tema proposto, qual seja: Goiânia na Literatura.

Diversamente das cidades ditas orgânicas, que surgiram sem planejamento e cresceram de forma espontânea, Goiânia foi planejada e, ao seu planejamento, antecedeu-se uma idealização (ABREU, Clarismar Gomes de. II Seminário de Pós-graduação em História, UFG/UCG). A história da cidade reflete a efetividade ou não do planejamento – ou seja, se este prevalece quando a urbe “transcende da prancheta [do urbanista] para a terra vermelha”, na qual se materializa. O que acontece porque “a experiência humana (...) em sua multiplicidade, não coube (não cabe) nos esquadros de uma cidade planejada para ser lócus do moderno e do progresso”(Idem).

A literatura, como fonte para a história, permite a compreensão das relações sociais que se estabeleceram na

* Lena Castello Branco Ferreira de Freitas é Sócia Emérita do IHGG.

cidade, porquanto tece um discurso compartilhado entre o contexto histórico e o gênero literário – conto, romance, poesia ou relato na forma de textos oficiais, bem como de reportagens que refletem o calor dos fatos. Como afirma Pesavento:

“A cidade é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de sentimentos dados pelo viver urbano, e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, com esse habitar em proximidade propícia” (apud ABREU, C. G., , idem).

A propósito, lembremos a poetisa e ensaísta Heloísa de Campos Borges quando afirma que, nas obras literárias, quando estas seguem as ações e os sentimentos das personagens, “o leitor pode acompanhar as peripécias da fundação de uma cidade: o trabalho, as esperanças, as desilusões”.

Ao longo dos 85 anos de Goiânia, aqui muito se escreveu e publicou – e continua sendo publicado. Cidade planejada e moderna, foi inaugurada em 5 de julho de 1942 com eventos que receberam o nome de Batismo Cultural. Tal denominação sugere primazia para a cultura, a partir da função indutora do progresso que se pretende para a nova capital. Afinal, seu próprio nome é o do poema épico - Goyania, de Manuel Lopes de Carvalho Ramos (1865).

Ao longo de uma semana, realizaram-se congressos, houve toques de alvorada e missa campal celebrada por D. Emanuel Gomes de Oliveira, com sermão proferido por D. Aquino Correa,

imortal da Academia Brasileira de Letras. A nova capital também recebeu a visita do presidente Getúlio Vargas, acompanhado de numerosa comitiva.

Ponto alto dos festejos foi a inauguração do Cine Teatro Goiânia, com a encenação da peça “Deus lhe pague” pela Companhia Eva Todor. Obteve enorme sucesso o musical de autoria do intelectual goiano Vasco dos Reis Gonçalves, com a exaltação dos índios Goyá, da saga dos bandeirantes e dos anos de ouro do desbravamento e povoamento da região. Grupos de congada, de reisado e de cavalcadas de Pirenópolis foram apresentados. Acentuando a feição cultural do evento, deu-se o lançamento da Revista Oeste, editada sob os auspícios do governo e tendo como colaboradores a fina flor da intelectualidade goiana.

Ainda como parte da programação do Batismo Cultural, foi promovido concurso literário do qual foi vencedor o “Poema a Goiânia”, de Rosarita Fleury, escritora, idealizadora e uma das fundadoras da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e sua primeira presidente. O poema traduz a idealização dos tempos iniciais da cidade: a exaltação da paisagem quase intocada; o ambiente pioneiro, mas ainda bucólico; a vitalidade da população jovem; os setores centrais da cidade planejada; o Lago das Rosas, o bairro de Campinas, a Vila Militar e, sobretudo a Praça Cívica.

Dirigidos a um visitante imaginário que chega a Goiânia em construção, no ano de 1942, seguem-se excertos da bela composição de Rosarita Fleury, em versos livres e tom elegíaco:

POEMA A GOIÂNIA

Ó visitante amigo (...)

*É para você mesmo, que aqui do meu sertão,
Da cidade mais linda e mais faceira,
De quantas povoaram as terras do oeste brasileiro,
vou cantar o meu poema-canção (...)*

*Uma aragem vadia dança aqui, acolá.
Bole no capinzal cheiroso,
faz cócegas nos enormes buquês de caraíbas,
sacode, num riso miudinho, as folhas das rasteiras guabiobas.
Vai daqui, vai dali, até abrir o leque verde das palmeiras (...)
(...)*

(Ao nascer do dia)

*Goiânia espreguiçou-se inteira...
seu corpo moreno e núbil, requeimado de sol
e cheirando a terra brasileira
espalhado no chão.
Flor perfumada, morena e esquisita
Dessas que só vicejam no sertão (...)*

*numa conquista ousada e donjuanesca
rasgaram-lhe a camisola branca da neblina.
E Goiânia, a cidade que ainda ontem era menina,
nua e formosa, soberba de altivez,
se ergue do chão:
qual moderna Frinéia,
Goiânia vai ser julgada aos olhos da Nação.*

(...)

Há em todas as ruas um vai-e-vem sem parar.

Abrem-se as casas

e dela vem a vida em suas ruas brincar.

(...)

E a gente vai subindo devagar.

A Praça Cívica a esta hora, está silenciosa.

Apenas canta, em surdina, pela boca de sua fonte luminosa.

Até parece que a fonte seduziu o arco íris

e agora se compraz em atirá-lo aos céus em gotinhas de cor.

No Palácio verde escuro e severo

Mãos femininas cerram levemente as cortinas.

Vai repousar aquele que no horror de um cárcere infamante,

sonhou uma pátria forte e independente

onde o povo, descuidado e feliz pudesse pensar

e agir livremente.

A seus pés Goiânia dormirá também.

(...)

Goiânia quer bem a todos e sabe fazer de cada homem,

Um bom e honesto brasileiro.

(...)

Dia virá, talvez mais longe do que supomos,

nossa Goiânia será tal qual sol irradiando vida e calor

aos pontos mais longínquos do sertão.

Dia virá em que teremos conosco a Capital da Nação.

* * *

Dos primeiros tempos de Goiânia há relatos oficiais e oficiais que enfatizam a determinação e a força de vontade dos idealizadores e pioneiros da cidade, liderados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, numa luta que seria a do progresso (os mudancistas) contra o atraso (os antimudancistas). Entretanto, os verdadeiros construtores da cidade que se materializava e trabalharam com a mão na massa – esses são pouco lembrados. Faz exceção o livro “Goiânia. Memória cultural: ensaios da história de um povo”, editado pela Prefeitura Municipal de Goiânia (1985). Ali estão relatos de artífices, artesãos, pequenos empreendedores e operários sobre o sofrido dia-a-dia daqueles anos pioneiros.

Na verdade, duas cidades nasceram em Goiânia: a planejada e a informal. A primeira, de ruas e avenidas abertas segundo o projeto urbanístico de Atílio Correia Lima, comportava edificações erguidas de acordo com padrões avançados de higiene e conforto. A segunda, de casebres e barracões insalubres, abrigava levas de migrantes, vindos de todo o Brasil. A cidade informal e não planejada antecipou-se à cidade formal, cuja edificação dependeria – como de fato dependeu – da mão-de-obra confinada além dos limites do planejamento oficial.

Essa dicotomia revela-se em livros-chaves para entender o desenvolvimento de Goiânia: um, de cunho memorialístico é voltado para o cotidiano dos funcionários do Estado de Goiás, transferidos com suas famílias para a nova capital que se erguia. O outro, na forma de romance, tem por tema os migrantes pobres que vieram para Goiânia em busca de oportunidades.

A dos pioneiros

Vejam os primeiros: “A saga dos pioneiros”, de autoria da escritora Armênia P. de Sousa, que integrou a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, da qual foi uma das sócias fundadoras. Publicado em 1989, com 2ª. edição em 1997, o livro tem por objetivo “resguardar a memória de Goiânia, preservar as raízes dos acontecimentos; lembrar os fatos que constituíram o cotidiano dos primeiros dias da Nova Capital”. De igual modo, pretende falar “das lutas, das dificuldades e da perseverança dos que para aqui vieram, suportaram todos os percalços e cresceram com a cidade”. E mais: registrar “a emoção de haver participado deles”, ou seja, dos primeiros tempos de Goiânia.

De fato: com o esposo, Públio de Sousa, comandante da Polícia Militar do Estado de Goiás, em 4 de maio de 1936, Armênia e a filha Niomar foram dos primeiros a mudar-se da Cidade de Goiás para Goiânia. Segundo relata a autora: “pelos 6 horas da manhã (...) fechamos a casa e entramos no carro”. E acrescenta: “para traz ficava a cidade querida”, ou seja, a Cidade de Goiás. Tinha início para a família “uma caminhada para uma nova vida numa cidade que ainda estava começando a nascer”.

Depois de um dia todo de viagem, chegaram à tardinha a Campinas – a Campininha das Flores, vilarejo que deu suporte à construção de Goiânia. Como integrantes da elite governamental, uma casa lhes fora destinada, mas “(era) tão pequena que os modestos móveis que trouxemos ali não cabiam”. Entretanto – confessa Armênia - “ninguém teria o desprazo de exigir maior conforto, irmanados que estavam todos no espírito de sacrifício (...) [para a] construção de uma nova Capital para Goiás”

A pouco mais de seis quilômetros de distância, em Goiânia erguiam-se as primeiras edificações oficiais, inclusive o Palácio do Governo. Para os funcionários de alto escalão e para moradia provisória do interventor, na Rua 20, haviam sido concluídas 10 casas e outras 10 estavam em construção. Margeando o córrego Botafogo, no lado direito, casas de madeira eram habitadas por funcionários; uma pensão hospedava engenheiros, construtores, funcionários e também viajantes. A primeira loja foi uma farmácia em um rancho de palha; logo outra, mais adequada aos fins foi inaugurada. O primeiro açougue também funcionou em um casebre – e o Mercado Municipal demoraria alguns anos para ser inaugurado.

Como a maior parte dos funcionários morava em Campinas, fazia-se necessário transportá-los para Goiânia. Uma viatura improvisada – a Tareca, misto de caminhão e ônibus – fazia o trajeto pela estradinha roceira, na lama ou na poeira. Era comum que tudo corresse bem até chegar à baixada do córrego Capim Puba, onde a Tareca empacava. Os zelosos funcionários (de paletó e gravata) tinham de cobrir a pé os três quilômetros que os separavam da sede improvisada do Governo, na Rua 20. Mais tarde, pequenos ônibus – as jardineiras – passaram a fazer o percurso.

Há um sopro de pioneirismo, de esperança e de determinação na narrativa de Armênia: não havia energia elétrica; a disponibilidade de gêneros alimentícios era precária; o abastecimento de água fazia-se em “minas de água pura”, nos bosques dos Buritis e do Botafogo. Homens e crianças costumavam banhar-se em ducha pública, na Rua 24. Um pequeno hospital em Campinas – do Dr. Laurindo de Souza – era o único existente.

Armênia, o marido e a filha pequenina foram depois transferidos para o Grande Hotel, em fase de acabamento. A água era fornecida por uma única torneira, localizada fora do edifício; ali perto, foi improvisada uma cozinha rústica - e nem mesmo um fogareiro a álcool estava disponível para preparar os alimentos! Na inauguração do Grande Hotel – em 27.01.1937 – a autora registra que houve “uma festa muito bonita”; quando o orador oficial discursava, a luz apagou! A tais contratempus, Armênia anotava tratar-se de “percalços de uma cidade nascente”.

Redemoinhos dificultavam a vida na cidade em construção, onde muito chão vermelho e poeirento ficava exposto. Assinala Armênia: “ (...) vinha o vento disfarçado e humilde e começava a rodopiar por ali e ia levantando a poeira, e ia se enovelando cada vez mais tomando força e ímpeto e já era um canudo vermelho de pós, que subia tão alto, a se perder de vista!”

Entretanto, registra a autora com toques de nostalgia: à noite, Goiânia era “um mundo de paz e tranquilidade (...) O silêncio envolvia tudo”; e, nas trevas, era possível ouvir “o canto dos grilos e coaxar dos sapos nos banhados, ou o grito de algum animal noturno”. Nos meses de frio intenso a neblina era densa, pelo que – em Campinas - “Não se avistavam as casas do outro lado da rua”.

Chão vermelho

Reportando-se à mesma realidade espacial e temporal, ou seja, a época da construção de Goiânia e seus protagonistas, destaca-se o livro “Chão vermelho”, da autoria de Eli Brasiense, que o escreveu na década de 1950, sendo publicado pela Livraria Martins Editora (1956).

A escritora e crítica literária, Nely Alves de Almeida afirma que nesse romance, ambientado em Goiânia, “o maior personagem é a cidade nascente, que reúne em torno de seu surgimento, toda a vida que a levanta e agita”. Em suas páginas, a nova capital “pode ser visualizada”: seja nos protestos do autor contra a exploração daquele tempo, seja nas críticas feitas aos novos ricos e aos políticos – quando se vê “como Goiânia pouco mudou intimamente, apesar de haver crescido e assumido o corpo de cidade grande”.

Nos heróis e anti-heróis que povoam a trama romanesca em “Chão vermelho”, são retratadas personagens imaginárias – como Joviano, Dr. Ferreira, Binduca – que simbolicamente recriam personagens reais dos anos iniciais de Goiânia. Elas são, entretanto, personas secundárias e não determinantes; até mesmo marginais, no sentido de estarem à margem da cultura moderna e sofisticada que se pretende transplantar para Goiânia, que eles nem sequer conseguem entender e da qual não compartilham.

Assim é que, no final da década de 1950 - de um ponto privilegiado e fora dos limites da cidade planejada - a personagem central do romance olha a nova urbe que se desdobra na campina:

Joviano ficou assuntando a cidade. Já não podia abarcar, como antigamente, as casas todas olhando para um rumo só. Essas casas desordenadas no mato ralo da campina, na terra vermelha. Havia ainda residências brotando do charravascal, em setores novos, naquela terra podre que desmoralizava os construtores apressados, rachando paredes e desconjuntando alicerces.

O surgimento de “setores novos”, impróprios para a construção e situados além dos limites da cidade planejada indica a perda de controle sobre a materialização da utopia mudancista. Do local de onde contempla Goiânia e reflete sobre

ela, Joviano conclui que a vantagem daquele bairro improvisado “era a paisagem”. Ao que filosofa: “(...) pobre não pode viver de panoramas”. E acrescenta: “Em redor, havia sujeira, doença, desamparo. Paisagem era para gente de casa arreada e gastos sem medida”.

A cada vez com maior intensidade, a cidade avança para regiões não planejadas. Isso se dá, sobretudo, em decorrência do crescimento populacional de Goiânia, que extrapolou as previsões oficiais: planejada inicialmente para 15 mil habitantes, em 1950, Goiânia chega a 40.333 habitantes; em 1960, serão 132.462.

Goiânia: convite e roteiro

Nas décadas subsequentes Goiânia continua a crescer em ritmo acelerado – mas ainda é possível nela encontrar traços da utopia, que a sensibilidade dos poetas consegue captar. Em 1963, Yedda Schmalz, acadêmica da AFLAG e uma das mais talentosas poetisas de Goiás, compõe um poema com vezo de balada: “Goiânia - convite e roteiro”, comovente declaração de amor e de carinho pela cidade que ela celebra:

(Estrofes selecionadas)

*vem a Goiânia em outubro
pois Goiânia é flor cidade.
onde existe uma alameda
cujo nome é feito a fogo
mas de fogo não tem nada
pelos cantos da alameda
as florzinhas amarelas*

*dão bons dias pra cidade
pelos cantos da cidades
nas tardinhas coloridas
os pardais fazem congressos
em dó ré fá sustenido*

(...)

*não direi dos nossos prédios
nossas colunas aladas
só direi dos nossos marcos
só direi da primavera
só direi dos nossos sonhos
e das nossas tradições
que goiana esta menina
encantada por balzac
a meus olhos de poeta
é mais sonho e argamassa
com perdão do boquady
e dos nossos engenheiros*

(...)

*a rua dez tem um cheiro
que fica e limita o mundo
o cheiro escorre do tempo
rosa flor de laranjeira
na rua quinze guardando
os flancos de um bom colégio
há sentinelas hirsutas*

*cujas folhas de tão grandes
ao caírem de caducas
ultrajam ruflando as pedras
a poesia passante*

*(...)
vem a goiânia em outubro
podes vir o ano inteiro
mas eu prefiro em outubro
que em outubro a costureira
natureza e silva só
(parente do meu irmão)
faz um vestido bordado
com estrelas matutinas
e florzinhas bem singelas
pra vestir o meu torrão
se não puderes em outubro
podes vir o ano inteiro*

Veias e vinhos

Anos passados (1981), Miguel Jorge – membro destacado da Academia Goiana de Letras – publica o romance “Veias e vinhos”. Tem como tema a chacina acontecida em Goiânia, em 1957, quando foi vitimada a família Matteucci, sendo única sobrevivente a menina Wânia, de dois anos de idade. O chefe da família, Wanderley Mateucci era comerciante, dono de um pequeno armazém.

A família Matteucci – pai, mãe e cinco filhos menores, a mais velha com 6 anos - morava em uma casa simples, no

Bairro Popular, dentro dos limites da cidade planejada por Atílio Correia Lima. O imóvel, de construção modesta, seguia o padrão dos demais destinados à classe operária. Localizado na Rua 74, este apresentava o aparato urbano padrão, com pequenas lojas e oficinas que serviam aos moradores das redondezas e também àqueles que os procuravam, vindos de setores centrais. O bairro era sossegado, dormia-se com portas e janelas abertas, não se registravam casos de furto, roubo ou assalto. A violência e aparente gratuidade do crime chocaram a opinião pública. Com efeito: o pai, a mãe e quatro dos filhos menores foram mortos a golpes de machado, deixando sinais e rastros de extrema violência.

“Veias e vinhos” dá voz aos protagonistas da tragédia e centra-se no processo instaurado contra Altino da Cruz, único acusado de ser o executor do crime, pelo qual foi condenado. Escrito na década de 1970, o romance é impregnado do clima político contestatório da época, acentuado pelos efeitos do crescimento caótico das cidades, que então se registrava. Agravavam-se as condições de vida e de trabalho dos moradores dos centros urbanos que se agigantavam, ocorrendo paralelamente mudanças nos valores e no comportamento coletivo.

Em Goiânia, na década de 1960, foram implantados loteamentos distantes do centro da cidade, sem a devida estrutura urbana. Com a explosão demográfica havida no período (1970/1980), a nova capital goiana desenvolveu-se de forma desigual. Acentuaram-se os problemas de infraestrutura urbana, bem como a violência - e estreitaram-se as relações da cidade com seu entorno. A essas questões, somou-se a influência da construção de Brasília, inaugurada em 1960.

Em “Veias e vinhos”, a despeito de o livro ter como foco narrativo fatos acontecidos na década de 1950, tais mudanças e

dificuldades estão presentes. Segundo Sabrina Alves da Silva, em trabalho acadêmico do curso de graduação em História da UFG (2006), a narrativa desenvolve-se como um romance-reportagem, então em voga: “gênero que resultou do entrecruzamento do gênero literário-romance, com o gênero literário-reportagem {...}.” O exemplo mais conhecido é o clássico “A sangue frio”, de Truman Capote (1965) versando sobre o assassinato da família Clutter (1956), nos Estados Unidos.

Utilizando-se de sofisticados recursos literários, mestre Miguel Jorge em “Veias e vinhos” denuncia o tempo em que escreve, mas também as mazelas de uma cidade que nasceu como utopia, mas, em algum momento, viu-se atropelada pelas imposições da realidade desgastante. Através de personagens que realmente existiram, cuja voz ele toma de empréstimo, são visíveis os problemas da urbanização e do crescimento demográfico, assim como o medo da violência e o despreparo da polícia para detê-la. De onde a conclusão: Goiânia “não é mais a cidade dos sonhos - talvez Brasília seja – mas a da realidade crua e nua” (SILVA, S. A. cit.).

Domingo em Goiânia

Como mensagem de esperança e de amor a Goiânia, volto à poesia e aos poetas, com o poema de autoria do escritor, historiador, geógrafo e ambientalista, Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado: “Domingo em Goiânia - de bicicleta”:

*É domingo em Goiânia
Um domingo qualquer que cai na eternidade
E, na infinidade dos dias,*

*Sobre a contagem do tempo na terra, nada é diferente.
Apenas uma lição muda, da paisagem, que muito revela...*

*A cidade agora é minha. Sou dono de tudo.
Sobretudo porque as ruas estão desertas!*

*E na ânsia das distâncias
O vento me traz rumores
Sons inaudíveis de vozes destoantes, desgarradas.
E, por sobre as rodas da bicicleta, eu avanço.*

*Vejo outra cidade. Como se brincasse de fantasia,
Com os olhos fechados das portas cerradas.
As casas, prédios, ruas,
Falam de si, muito dizem; caladas elas,
Das outras eras, na dissonância dos humanos passos.*

Goiânia já foi capital das bicicletas, nos tempos pioneiros!

*A amplidão da Avenida Goiás
Que me antevê os sonhos espaciais de outrora
Mostra-me a simetria dos bancos, o calçamento, os lampiões,
E os tantos prédios antigos, esquecidos.*

*Parecem tristes e solitários os prédios velhos com suas histórias
Que ninguém mais quer ouvir!
Na quebra da antiga Estação Ferroviária
Abre a sintonia de uma área (ária?)
Para outros espaços
De um novo norte.*

*A Anhanguera quase vazia abre-se em simetria,
Mostra, na fria paisagem,
Restos do dia que passou
Em papeis que são levados pelo vento.*

Lixo, plásticos, restos do sujo homem!

*E, nesse momento
Pelo viés do pensamento
Vejo as ruas como artérias cansadas
De uma cidade doente.*

*Há tempos precários
Da instabilidade humana
Na luta insana
De uma segunda feira que se anuncia no horizonte.*

*Eu vejo uma outra cidade
Na brisa que me chega por sobre essa bicicleta
E que completa as lacunas
De uma cidade impresentida,
Só por mim sentida
Na solidão desse domingo.*

*Alguns pássaros vadios
Fazem zigue-zagues perto do Mutirama.
O prédio da antiga Escola Técnica Federal
É uma marca singular
Dos áureos tempos da cidade
Agora, tão sem idade!*

*Vejo esse mundo pequeno
No vagaroso e despreocupado pedalar por Goiânia!*

*Fachadas, desenhos, arabescos
Escondidos por feias marcas
De nomes estrangeiros
Apagam a memória da tão jovem cidade.
Nomes de antigos prédios das ruas do centro*

*Sem o movimento cotidiano me surgem aos olhos.
Nomes de cidades, de mulheres, amores
Foram perdidos, na eternidade.*

É isto uma verdadeira cidade?

*Amanhã estas ruas estarão cheias
De pessoas apressadas, atrasadas
No cotidiano massacrante
Destoante,
Das ruas agora, nuas, tão minhas!*

*Sou parte desse espaço, dessa paisagem. Diluo-me.
A tarde chega de mansinho,
Na tristeza do horizonte;
Coadada pelo recorte dos prédios distantes.*

*Instante sereno e doce, de quase paz
Se a paz existisse nessa cidade
E no sombrio coração
De todos os homens!*

*Na solidão desse domingo de maio
Sobre as rodas de minha bicicleta
Nada vejo das dores da cidade
Com sua gente sofrida e cansada.*

*Não vejo o camelô, os ônibus lotados,
Os transeuntes aflitos, os labirintos urbanos
De gente nas calçadas a pedir,
Perdida num existir que se diluiu no vício de uma pedra.*

E nem mesmo é a pedra de Drummond!

*Meu Deus, não basta pedras atiradas pelo destino,
Buscamos outras, no desatino, de não saber para onde ir!*

*Preciso voltar, pois que a vida me chama com seus deveres.
Vejo, porém, uma Goiânia diferente daquela que amanhã
irá me trazer.*

*Vou devagar, a pensar no despertar dos sonhos coletivos
Numa cidade que se desmorona antes de terminar.*

*Vejo um céu rosáceo na fímbria do horizonte,
Sinal do frio, lá para os lados de Trindade.*

*Sigo na bicicleta, vendo as folhas secas na calçada.
Amanhã haverá gente também derramada nessas calçadas
Com seus universos estranhos
Na desigualdade
Das paisagens feridas dessa cidade.*

*Se, assim, na muda entrega, você é minha agora, Goiânia,
Eu te abraço.*

Muito mais haveria a ser dito em se tratando de *Goiânia na Literatura*. Peço desculpas por não haver abordado os cronistas, entre os quais há livros preciosos. Deixo para os jovens pesquisadores e literatos enfocar os autores mais recentes, com a observação de que, nas pesquisas feitas, não encontrei romance ou conto que tenha como cenário ou como protagonista a cidade de Goiânia dos dias atuais. Talvez porque eu esteja desatualizada; talvez porque realmente não existam. Vale a pena conferir.

Goiânia. 23 de abril de 2018.

Os primeiros Procuradores de Justiça de Goiás (1955-1968)

*Jales Guedes Coelho Mendonça**

Jaraguá, Estado de Goiás, Brasil. Ano: 1930. Diógenes de Castro Ribeiro, mais conhecido como coronel Castrinho, domina a cena política no município goiano. Vitoriosa a Revolução de outubro do mesmo ano, assume o seu lugar outro coronel, de nome Elias da Fonseca, que inclusive é nomeado prefeito. Daí por diante, cada um dos mencionados chefes locais alinha-se na esfera estadual a um respectivo grupo, ou seja, enquanto Elias apoia os revolucionários (vencedores), Castrinho mantém-se firme aos chamados decaídos (derrotados). Tal alinhamento perdura até 1934, quando Diógenes de Castro Ribeiro já escreve ao interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, na condição de correligionário, cobrando participação de seus aliados nos cargos federais e estaduais existentes na cidade ou, como sinceramente classificou, na “máquina compressora”.

Em certa altura da interessante missiva, o coronel Castrinho afirma concordar com a versão corrente em Jaraguá de que Elias da Fonseca detinha a exclusividade do apoio do governo de Goiás, lançando, na sequência, a seguinte indagação: “Sejamos francos. Falemos como bons amigos. Faz hoje precisamente 7

* Jales Guedes Coelho Mendonça é Sócio do IHGG, cadeira nº 5.

meses que nossa corrente se filiou ao Governo [estadual]. E neste lapso de tempo qual o prejuízo sofrido pelos contrários, nos quadros dos empregos públicos federais, estaduais ou municipais?”¹. Ato contínuo, ele escancara as entranhas do coronelismo:

Como se vê, até agora não nos foi dado nenhum cargo de ação eficiente e direta com relação ao povo. A *máquina compressora* (juizes, tabeliães, *promotor* e delegado de polícia) pertence totalmente a eles. E com ela funcionando integralmente contra nós, temos tido grande prejuízo. Ainda nestes últimos dias, por ocasião do alistamento eleitoral, várias pessoas que queriam alistar-se conosco, deixaram de fazê-lo, preferindo não requerer o alistamento, somente para não serem perseguidas pelas autoridades locais. Houve até um amigo nosso que, depois de qualificado, desistiu irrevogavelmente de pedir sua inscrição por causa das ameaças do coletor estadual e do advogado do município. (...) Agora, pergunto eu: somos ou não somos correligionários do Governo? E, se somos, por que os nossos amigos hão de viver sempre ameaçados e perseguidos pelas autoridades e outros funcionários locais?

Depreende-se da narrativa que a captura da “máquina compressora” representava a grande aspiração das facções municipais. Seu controle parecia ordenar a sorte dos grupos políticos em luta, sugerindo que os servidores públicos aludidos na carta representavam peças usadas para intimidar os adversários.

Mobilizado o exemplo de Jaraguá, não é difícil perceber o motivo pelo qual os detentores do poder, mesmo décadas após

¹ Cf. carta de Diógenes de Castro Ribeiro ao interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, datada de 09 de setembro de 1934, Jaraguá/GO. Datilografada. Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.

a proclamação da República, tenham relutado tanto em abdicar dessa ampla discricionariedade na nomeação e demissão da “máquina compressor”. Profissionalizar ou cercar de garantias determinada atividade do serviço público entrava quase sempre em choque com os interesses das engrenagens do coronelismo. Criar carreiras então, nem se fala.

Na vigente Constituição Federal de 1988, o vocábulo “carreira”, quando empregado para o setor público, retrata o conjunto de classes escalonadas cujos integrantes ingressam no degrau inicial, por meio de um único concurso, podendo alcançar o topo. Hoje, tal ideia soa quase como natural. Entretanto, por muito tempo, sua aplicação sofreu notável resistência. No caso específico dos Promotores de Justiça, por exemplo, eles permaneciam nos cargos apenas “enquanto bem servirem”... Por óbvio, bem servirem seus nomeantes, ou seja, os oligarcas (chefes políticos estaduais).

A carreira do Ministério Público de Goiás (MPGO) foi criada na esteira do advento, em 1.947, da primeira Lei Orgânica² da instituição, que estabeleceu a divisão dos Promotores de Justiça (PJs) em três entrâncias escalonadas, bem como a obrigatoriedade de ingresso nos quadros iniciais por meio de concurso público. Oito anos mais tarde, outro ato legal³ instituiu nova classe final na carreira, ao prever três cargos de Procurador de Justiça,⁴ acessíveis apenas aos Promotores da mais elevada entrância e providos unicamente pelo critério de promoção por merecimento, após a escolha do Governador.

2 Lei Estadual nº 76, de 22 de dezembro de 1947.

3 Lei Estadual nº 1.146, de 10 de novembro de 1955.

4 Grosso modo, os Procuradores de Justiça exerceriam as funções do MPGO na segunda instância, enquanto os Promotores de Justiça as tarefas ministeriais na primeira instância, tal como ocorre no poder Judiciário entre os Desembargadores e os Juizes de Direito.

A ventilada lei de 1.955 extinguiu o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça, aproveitando seu antigo ocupante, Leopoldo de Sousa, em um dos recém-criados postos de Procurador. As outras duas vagas seriam definidas pela chamada Comissão de Promoções, composta do Procurador-Geral de Justiça (PGJ) e dos presidentes do Tribunal de Justiça (TJ) e da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e que acumulava a tarefa de decidir as ascensões funcionais no MPGO e recrutar os melhores candidatos nos concursos.

Na manhã de 10 dezembro de 1.955, a dita Comissão de Promoções, em plena atividade desde 1.948, realizou sua 32ª sessão, nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, sediada na Praça Cívica, em Goiânia, sob a presidência de Aníbal Jajah (PGJ), presentes o Desembargador Jorge de Moraes Jardim (TJ) e o presidente José Bernardo Félix de Sousa (OAB), com o objetivo de confeccionar duas listas tríplexes para as posições de cúpula.

Após a seleção, em escrutínio secreto, dos Promotores de 3º entrância que poderiam ser votados, a primeira lista ficou assim constituída: a) José Joaquim de Sousa,⁵ 1º PJ de Goiânia, com três votos; b) Arquelau Augusto Gonzaga, 1º PJ da comarca de Goiás, com dois votos; e c) Manuel Onofre de Andrade, PJ de Pires do Rio, com dois votos. Eis a segunda relação: a) Darwin Rafael Antônio Montoro,⁶ PJ de Palmeiras de Goiás, com dois votos;

5 José Joaquim de Sousa foi nomeado Promotor no dia 10 de agosto de 1940. Removido para Goiânia em junho de 1952, foi promovido a Procurador de Justiça em dezembro de 1955. Assumiu interinamente a Procuradoria-Geral de Justiça algumas vezes. Aposentou-se em janeiro de 1962.

6 Darwin Rafael Antônio Montoro foi nomeado Promotor de Justiça em 21 de setembro de 1948, após ser habilitado no primeiro concurso público realizado pelo MPGO. Tornou-se Procurador de Justiça em dezembro de 1955. Assumiu interinamente a Procuradoria-Geral de Justiça algumas vezes. Foi o primeiro Corregedor-Geral do MP, designado em dezembro de 1964. Aposentou-se em fevereiro de 1968, quando passou a exercer a advocacia.

b) Nassif Bechara Daher,⁷ PJ de Jataí, com dois votos; e c) Antenor Gomes Ribeiro,⁸ 1º PJ de Anápolis, com dois votos.

Enviadas as duas listas ao Palácio das Esmeraldas, o Governador escolheu os nomes que as encabeçavam: Joaquim José de Sousa e Darwin Montoro. Estes, ao entrarem em exercício, ladeados por Leopoldo de Sousa, o antigo Subprocurador-Geral, tomaram assento na galeria dos primeiros Procuradores de Justiça do MPMGO.

Do citado trio pioneiro, Darwin Montoro, o primeiro Corregedor-Geral do MPMGO, percorreu a trajetória mais longeva na 2ª instância, por desempenhar seu ofício de 1.955 a 1.968. Por outro lado, Leopoldo de Sousa foi o mais efêmero, ao aposentar-se logo em 1.958.

Com o espaço deixado por Leopoldo de Sousa, assumiu seu lugar o 2º PJ de Goiânia, Domingos Juliano, nomeado pelo Governador após liderar uma lista tríplice.⁹ Domingos Juliano, tal qual seu antecessor, exerceu o novo cargo por menos de três anos, visto que na edição de 08 de fevereiro de 1962, o *Diário Oficial* já circulava com o decreto de sua aposentadoria. Coincidentemente,

7 Nassif Bechara Daher foi nomeado Promotor de Justiça no dia 26 de dezembro de 1947. Removido para Goiânia em novembro de 1959, foi promovido a Procurador de Justiça em janeiro de 1965. Exerceu, em substituição, as funções de Procurador Regional da República em Goiás algumas vezes. Foi PGJ em setembro de 1965 a janeiro de 1966 e exerceu a função de Corregedor-Geral do MPMGO, designado em fevereiro de 1967. Aposentou-se em agosto de 1978.

8 Antenor Gomes Ribeiro foi nomeado Promotor no dia 13 de dezembro de 1944. Atuou por muitos anos na comarca Anápolis, até ser promovido a Procurador de Justiça em 1967. Em 1956 foi designado Secretário de Segurança Pública. Assumiu interinamente a Procuradoria-Geral de Justiça algumas vezes. Aposentou-se em fevereiro de 1976.

9 Integraram ainda a lista tríplice Manuel Onofre de Andrade, PJ de Pires do Rio, e José Sócrates Gomes Pinto, 3º PJ de Goiânia. Participaram da 42ª sessão da Comissão de Promoções, realizada em 25 de novembro de 1958, Aníbal Jajah (PGJ), Moacir José de Moraes (presidente do TJ) e Ernani Cabral de Loyola Fagundes (vice-presidente da OAB). O presidente da OAB, Colemar Natal e Silva, cunhado de Domingos Juliano, estava impedido de participar da sessão.

por volta dessa mesma ocasião, o Procurador de Justiça José Joaquim de Souza igualmente solicitou sua inatividade.

Vagas as duas cadeiras de Procurador, a Comissão de Promoções, mais uma vez, foi convocada para preencher a lacuna. Na 56ª sessão, realizada em 12 de fevereiro de 1962, Cleomar de Barros Loyola (PGJ), Desembargador Elísio Taveira (TJ) e o presidente Rômulo Gonçalves (OAB) organizaram as listas necessárias. A primeira ficou assim: a) Antônio Druzo Rocha,¹⁰ PJ de Rio Verde, com três votos; b) Manuel Onofre de Andrade, PJ de Pires do Rio, com dois votos; e c) Carlos de Oliveira e Silva, 2º PJ da comarca de Goiás, com dois votos. A segunda contemplou os seguintes membros: a) Arinam de Loyola Fleury,¹¹ 2º PJ de Anápolis, com três votos; b) Nassif Bechara Daher, 1º PJ de Goiânia, com três votos; e c) Walter Seixo de Brito, PJ de Itaberaí, com dois votos.

Na sequência, o Governador promoveu Antônio Druzo Rocha e Arinam de Loyola Fleury, ambos oriundos de comarcas do interior. Dessa maneira, eles passaram, conjuntamente com o decano Darwin Montoro, a integrar o triunvirato dos Procuradores de Justiça por quase três anos (de março de 1.962 a janeiro de 1.965).

Cumpre assinalar que a Comissão de Promoções atuou, em regra, sem a presença de um integrante da carreira do MPMGO, porquanto o chefe da instituição (PGJ) quase sempre era um jurista estranho aos quadros ministeriais. Tal situação permaneceu até

10 Antônio Druzo Rocha foi nomeado Promotor de Justiça no dia 24 de junho de 1952, após ser habilitado em concurso público, embora anteriormente já exercesse o ofício interinamente. Tornou-se Procurador de Justiça em 1962. Em janeiro de 1964 foi designado PGJ, exercendo tal ofício até dezembro do mesmo ano. Aposentou-se fevereiro de 1965.

11 Arinam de Loyola Fleury foi nomeado Promotor de Justiça no dia 24 de junho de 1952, após ser habilitado em concurso público. Tornou-se Procurador de Justiça em 1962. Foi PGJ em 1968. Exonerou-se dos quadros do MPMGO para tornar-se Desembargador no final de 1968.

1.964, quando a segunda Lei Orgânica¹² inovou em vários aspectos, a exemplo do surgimento do Conselho Superior, composto do PGJ, seu presidente, e dos três Procuradores de Justiça mais antigos; da Corregedoria-Geral; além da vinculação do quantitativo de cargos de 2ª instância do *Parquet* a dois terços do número de Desembargadores, o que fez duplicar a cifra de Procuradores (de 3 para 6).

O ato fundacional do Conselho Superior, sucessor da extinta Comissão de Promoções (1.948 a 1.964), ocorreu no histórico dia 26 de novembro de 1.964 – mesma data da intervenção federal em Goiás que depôs o Governador Mauro Borges Teixeira. Logo de início, o Conselho, diante de sua composição legal, teve de superar um óbice para funcionar: como Antônio Druzo Rocha (PGJ) era membro da carreira e só haviam mais dois Procuradores de Justiça (Darwin e Arinam), a participação de um Promotor restava imprescindível.

Convocado Nidion Albernaz¹³ e, em seu impedimento, Clayrton Freitas Leão, para servirem na reunião inaugural do Conselho Superior, votaram-se as três listas de Procurador, ficando assim constituídas: 1ª lista: a) Nidion Albernaz, PJ de Rio Verde, com 4 votos; b) Nassif Bechara Daher, 1º PJ de Goiânia, com 3 votos; e c) Antenor Gomes Ribeiro, 1º PJ de Anápolis, com 3 votos; 2ª lista: a) Manuel Onofre de Andrade, PJ de Pires do Rio, com 4 votos; b) Holdrado da Fonseca,¹⁴ 2º PJ de Goiânia, com 3

12 Lei Estadual nº 5.555, de 11 de novembro de 1964.

13 Nidion Albernaz foi nomeado Promotor de Justiça no dia 15 de setembro de 1958, após ser habilitado em concurso público, embora anteriormente exercesse interinamente o ofício. Tornou-se Procurador de Justiça em 1965. Foi designado PGJ em 1969. Aposentou-se em fevereiro de 1981.

14 Holdrado da Fonseca foi nomeado Promotor no dia 1º de abril de 1943. Removido para Goiânia em 1961, tornou-se Procurador de Justiça em 1965. Foi o primeiro presidente da Associação Goiana do Ministério Público, criada em 1967. Aposentou-se em janeiro de 1968.

votos; e c) José Frausino Pereira Sobrinho, PJ de Morrinhos, com 3 votos; 3ª lista: a) Miguel Cirqueira,¹⁵ PJ de Jaraguá, com 4 votos; Deusdedit Dunigel Cardoso D'Ávila, 3º PJ de Anápolis, com 3 votos; e c) José Sócrates Gomes Pinto,¹⁶ 3º PJ de Goiânia, com 3 votos.

Em 06 de janeiro de 1.965, o Governador optou por Nassif Bechara Daher, Manuel Onofre de Andrade e José Sócrates Gomes Pinto. A partir daí, a instituição passou a contar com seis Procuradores de Justiça, a saber: Darwin Montoro (decano), Arinam de Loyola Fleury e Antônio Druzo Rocha, sem prejuízo dos três acima citados.

Em decorrência da aludida intervenção federal em Goiás, Antônio Druzo Rocha acabou exonerado da chefia do MPGO, assumindo-a José Sócrates Gomes Pinto. Essas impactantes mudanças políticas certamente desgostaram Druzo, que pouco depois pediu sua transferência para a inatividade, no que foi seguido, embora com motivações diversas, pelo recém-nomeado Manuel Onofre de Andrade.

Aproveitando a coincidência de vacâncias, o Conselho Superior, em 20 de março de 1.965, se reuniu para formar outras duas listas para Procurador. Os conselheiros José Sócrates Gomes Pinto (PGJ), Darwin Montoro, Arinam de Loyola Fleury e Nassif Bechara Daher, após as discussões de praxe, decidiram da seguinte forma: 1ª lista: a) Nidion Albernaz, PJ de Rio Verde, com 4 votos, em 1º escri-

15 Miguel Cirqueira foi nomeado Promotor de Justiça no dia 08 de maio de 1956, após ser habilitado em concurso público. Tornou-se Procurador de Justiça no final do ano de 1965. Foi Corregedor-Geral do MPGO em 1969. Faleceu em 19 de outubro de 1975.

16 José Sócrates Gomes Pinto foi nomeado Promotor de Justiça no dia 31 de dezembro de 1948, após ser habilitado no primeiro concurso público realizado pelo MPGO. Tornou-se Procurador de Justiça em janeiro de 1965. Foi designado PGJ no dia 26 de novembro de 1964. Aposentou-se em setembro de 1965.

tínio;¹⁷ b) Antenor Gomes Ribeiro, 2º PJ de Anápolis, com 3 votos, em 2º escrutínio; e c) Arlindo César Fleury,¹⁸ PJ de Inhumas, com 4 votos, em 3º escrutínio; 2ª lista: a) Holdrado da Fonseca, 2º PJ de Goiânia, com 3 votos, em 1º escrutínio; b) Miguel Cirqueira, PJ de Jaraguá, com 4 votos, em 2º escrutínio; e c) Deusdedith Kunigel Cardoso D'Ávila, 3º PJ de Anápolis, com 3 votos, em 3º escrutínio.

Em seguida, a edição do *Diário Oficial* de 12 de abril de 1.965 estampava o decreto subscrito pelo Marechal Emílio Ribas Júnior, Governador do Estado, promovendo pelo critério de merecimento Nidion Albernaz e Holdrado da Fonseca.

As interferências políticas que considerou indevidas em sua gestão à frente do MPMGO levaram José Sócrates Gomes Pinto a requer sua aposentadoria. Na dança das cadeiras, Sócrates foi substituído na Procuradoria de Justiça por Walter Seixo de Brito¹⁹ e este, poucos dias depois, por Miguel Cirqueira.²⁰

Em novembro de 1966, um novo Código de Organização Judiciária entrou em vigor,²¹ elevando o número de Desembar-

17 Neste sufrágio houve alteração na forma de votação.

18 Arlindo César Fleury foi nomeado Promotor de Justiça no dia 13 de março de 1959, após ser habilitado em concurso público, embora já exercesse função de escriturário desde 1949. Atuou como Diretor da Secretaria do MPMGO por vários anos. Tornou-se Procurador de Justiça em 1967. Aposentou-se em 23 de novembro de 1983.

19 Walter Seixo de Brito foi promovido a Procurador de Justiça pelo decreto do Governador do Estado de 30 de outubro de 1.965. Antes, o Conselho Superior, em sessão realizada no dia 27 de outubro do mesmo ano, formou a seguinte lista triplíce: a) Miguel Cirqueira, PJ de Jaraguá, com 3 votos, em primeiro escrutínio; b) Antenor Gomes Ribeiro, 1º PJ de Anápolis, com 2 votos, em segundo escrutínio; e c) Walter Seixo de Brito, PJ de Itaberá, com 2 votos, em terceiro escrutínio. Walter assumiu o cargo no dia 18 de novembro e requereu aposentadoria logo no mês seguinte.

20 Miguel Cirqueira foi promovido a Procurador de Justiça pelo decreto do Governador do Estado de 28 de dezembro de 1.965. Antes, o Conselho Superior, em sessão realizada em 21 de dezembro do mesmo ano, formou a seguinte lista triplíce: a) Miguel Cirqueira, PJ de Jaraguá, com 4 votos, em primeiro escrutínio; b) Deusdedith Kunigel Cardoso D'Ávila, 3º PJ de Anápolis, 4 votos, 2º escrutínio; e c) José Francisco Pereira Sobrinho, com 2 votos, em 3º escrutínio. Miguel assumiu o cargo no dia 29 de dezembro de 1965 e faleceu em 19 de outubro de 1.975.

21 Lei Estadual nº 6.400, de 22 de novembro de 1966.

gadores para 13, acarretando automaticamente o aumento de Procuradores de Justiça de 6 para 9, diante da já mencionada vinculação de 2/3 prevista na segunda Lei Orgânica do MPGO. Com base nessa interpretação, o Conselho Superior se reuniu em 28 de dezembro de 1.966, sob a presidência de Arinam de Loyola Fleury, presentes os demais conselheiros Darwin Montoro, Nassif Daher e Nidion Albernaz, para confeccionar três listas tríplices, que ficaram assim formadas: *1ª lista*: a) Antenor Gomes Riberio, 1º PJ de Anápolis, com 4 votos, em 1º escrutínio; b) Edison Alves de Castro, 2º PJ de Goiânia, com 2 votos, em 2º escrutínio; c) Joviro Rocha, 5º PJ de Goiânia, com 2 votos, em 3º escrutínio; *2ª lista*: a) Antônio Geraldo Ramos Jubé, 6º PJ de Goiânia, com 4 votos, em primeiro escrutínio; b) Arlindo César Fleury, 1º PJ de Goiânia, com 3 votos, em segundo escrutínio; c) Aziz Américo de Araújo, PJ de Piracanjuba, com 4 votos, em terceiro escrutínio; *3ª lista*: a) Carlos de Oliveira e Silva, 4º PJ de Goiânia, com 3 votos, em primeiro escrutínio; b) João Lacerda Jubé, 3º PJ de Goiânia, com 4 votos, em segundo escrutínio; c) Antônio Geofre Wanderley, 3º PJ de Anápolis, com 4 votos, em terceiro escrutínio.

Como o Governador entendeu que os cargos deveriam ser criados por lei específica e não automaticamente, foi publicada uma nova norma,²² gerando a ratificação do julgamento anterior do Conselho Superior.²³ De posse das três listas tríplices, o chefe do poder Executivo de Goiás promoveu João Lacerda Jubé, Arlindo César Fleury e Antenor Gomes Riberio. Este último, cumpre lembrar, integrara a primeira lista de Procurador de Justiça

22 Lei Estadual nº 6.531, de 16 de fevereiro de 1967.

23 Sessão do Conselho Superior do MPGO realizada no dia 10 de março de 1967.

confeccionada em 1.955 pela Comissão de Promoções, o que demonstra seu forte desejo de galgar o topo da carreira.

Assim, no início de 1.968, o MPMGO possuía nove Procuradores de Justiça, a saber: Darwin Rafael Antônio Montoro (decano), Arinam de Loyola Fleury, Nassif Bechara Daher, Holdrado da Fonseca, Nidion Albernaz, Miguel Cirqueira, Antenor Gomes Ribeiro, Arlindo César Fleury e João Lacerda Jubé.

Fruto de uma época, salta aos olhos que dos nomes até agora citados, inexistiu a presença da figura feminina, porquanto apenas em 1.977 Myrthes de Almeida Guerra Marques tornar-se-ia a primeira Procuradora de Justiça.

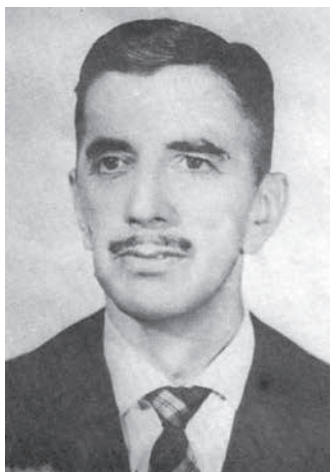
Em resumo, este breve estudo histórico, a par de tentar resgatar do anonimato alguns vultos que compuseram o acidentado caminho trilhado pelo MPMGO, buscou ainda jogar luz nos ritos adotados e nos órgãos incumbidos da função de promover os membros da instituição, sobretudo para a classe final da carreira a partir de 1.955. Descortinou-se parte da experiência da Comissão de Promoções e da fase inicial do Conselho Superior, período este anterior ao Colégio de Procuradores de Justiça, constituído apenas em 1.975. Além disso, restou evidente que a criação de carreiras no setor público significou na verdade um ganho civilizatório para a sociedade brasileira, ao soterrar a antiga “máquina compressor”, em operação não só em Jaraguá como também em todos os quadrantes desse imenso país continental.

Homenagem ao centenário de nascimento do escritor Humberto Crispim Borges (1918-2017)

*Geraldo Coelho Vaz**

A característica dominante dos escritos de Humberto Crispim Borges é a seriedade das consultas junto às bibliotecas, museus, arquivos para tirar do fundo das malas do tempo as verdades e fatos históricos, que muitas vezes jazem esquecidas pelos caminhos de uma época.

Nesses quase vinte anos de trabalho incansável na trilha da literatura, vamos encontrá-lo



Humberto Crispim Borges (1918-2017)

exercendo os mais variados gêneros nas artes de escrever, quer como contista, ou como pesquisador da história goiana sabendo ser respeitado, sendo um dos mais sérios escritores e portanto, orgulho de nossa cultura.

Disciplinado nos seus hábitos e também no ofício de escritor, adquirido pela formação militar, ocupando o posto de

* Geraldo Coelho Vaz, escritor, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e membro da Academia Goiana de Letras

Coronel do Exército estreou na literatura em 1967, com o livro de contos *Chico Melancolia*, agraciado com o prêmio *Bolsa de Publicação Hugo de Carvalho Ramos*. Depois dessa obra publicou ainda *Cacho de Tucum* e *Vale das Imbaúbas*, ambos de contos, onde predomina o regionalismo, num estilo todo próprio, a linguagem e os vocábulos simples do povo sofrido do Brasil Central.

Estudioso, pesquisador consciente, artesão das palavras, escreveu *História de Anápolis*, *História de Silvânia*, *Generais Goianos*, *Retrato da Academia Goiana de Letras* e um rico ensaio sobre a *Vida e Obra de Moisés Santana*, jornalista goiano com passagem por Catalão, Anápolis e outras cidades e que foi barbaramente assassinado na redação de um jornal na cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro.

No campo da pesquisa, foi premiado pela *Bolsa de Publicações José Décio Filho*, criada pelo Cerne, através do então Superintendente, contista e acadêmico Francisco de Brito, com o livro de ensaio *O Pacificador do Norte*, cuja comissão julgadora foi constituída pelos escritores Bernardo Élis, Regina Lacerda e Waldomiro Bariani Ortencio.

O Pacificador do Norte é a vida de um dos mais ilustres filhos das terras anhanguerinas, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que além de ser sacerdote, foi jornalista e Presidente da Província de Goiás. Nascido na antiga e tradicional Meia Ponte, em 21 de junho de 1793, seria mais tarde redator chefe de *A Matutina Meiapontense*, primeiro jornal goiano, que surgiu em sua terra natal, no ano 1830, tendo como proprietário o Comendador Joaquim Alves de Oliveira.

Para conseguir a documentação necessária, o escritor Humberto Crispim Borges descobriu a correspondência dos eventos

históricos daquela época no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Material doado por José Martins Pereira de Alencastro, em 1864, do roteiro do padre, quando de sua ida ao Norte para pacificar rebeliões e também de sua atribulada vida como político em Goiás.

Além da seriedade profissional, humanista convicto, Humberto Crispim Borges marca sua presença na vida literária como intransigente defensor de nosso memorial histórico-cultural, folheando documentos entregues às traças e levando-os à tona para dirimir dúvidas e controvérsias dos historiadores.

Seu livro é digno de respeito e o autor deve continuar sua busca nos guardados do tempo para que a nova geração possa conhecer e ter consciência histórica do passado glorioso do povo goiano.

A exemplo, publicamos neste espaço o conto *Lavador de defuntos*, do livro *Cacho de Tucum*, para que os leitores possam analisar a produção literária do escritor Humberto Crispim Borges, membro da Academia Goiana de Letras e Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Eis, então, o conto:

Lavador de defuntos

“Rabelo andava com precaução, evitando a enxurrada e as goteiras, alma borrifada de receio. Ao certo, quem podia adivinhar a resposta do Braz? Cuspia **sim** ou **não** com a mesma fleuma, bochecha mole acamada em obras adiposas. E no momento o caso se agravava por não ser ele muito xará do Teófilo. Pinimba antiga e nunca aplanada. Vinha a precisão, num chubaréu danado, e achava-se exposto a um não azedo.

Porta semicerrada. Enfiou a cabeça, explorando. Escurecido e mofo. Pudera! Dez dias de inverno. Clamou:

— Ó de dentro!

— Ó de fora! Entra.

Fechou o guarda-chuva e penetrou na morada. Avistou Braz na rabeira do fogão, escarrapachado em banquinho de madeira, calças arregaçadas. Cumprimentou:

— Bom dia!

— Bem, com este dilúvio?

— É mesmo. Como se gasta chuva.

— Um cafezinho?

— Obrigado. Quero esquecer o cigarro.

— Deixou?

— Há seis meses.

— Pois volta, garanto. E numa quinzena vai recuperar o tempo perdido, fumando como locomotiva.

Tico, filho de Braz, surgiu na cozinha. Viu o guarda-chuva vertendo água no chão e postou-se na espreita.

Rabelo, susto no estômago, ia lançar o bote. Nada de cacavo. Tinha que rodar, folhear ruas, bater portas variadas. Eia! Afagou a cabeça do menino e atirou bomba:

— O Teófilo esticou a canela.

Imperturbável, Braz retrucou:

— E já esticou tarde. Chato como ele, só filhote de chato, cruz! Se bem voou, no inferno já estourou.

— Quem morreu? — perguntou Anita.

— O Teófilo — informou o recém-chegado.

Anunciando algo, Rabelo pigarreou, tossiu. Falou:

— Vim pedir a você para lavar o morto.

— Você está é de gíria — declarou — o interpelado, firme nos tamancos. — Faça isso por amizade e nada me liga a aquele sacana. Que se afome!

Rabelo desdenhou: “Belo diplomata. Em vez de incensar, pintar o gajo como insubstituível, atropela tudo,

bestamente. Um desastro”. Mesmo assim, não entregou os pontos, retornando:

— Exato, compadre. Por ele nada e o homem é defunto. É por mim, que estou à testa dos arranjos. Se não contar com os amigos do peito, como você, o que é que vou arrumar?

Cheio de graveto, Braz sorriu. Tomou um tição e levou-o ao cigarro. Redarguiu:

— Companheiro, prezo a sua estima. Mas entre o alho e o bugalho é que a porca torce o rabo. Nem debaixo do rêlho quero lavar o pão-duro. Quero é deixá-lo no campo, estirado, para refugio de urubu.

— Fecha este bueiro – ordenou Anita. — Quer, vai. Não quer, fica. No mais, bico fechado.

Montado no carão, Rabelo estreitou o cerco:

— Vamos, meu velho. O bom cristão é o que serve com humildade, indiferente aos agravos. — Ofereceu o guarda-chuva ao pequeno e emendou: — Para o caso atual, deixemos de parte qualquer ação gratuita. Será trabalho e não favor.

Não se paga a mortalha, o caixão, o celebrante, a cova? Também você terá uma gratificação.

Braz, que se encontrava a zero, doido por forrar o bucho com uma carninha assada, entusiasmou-se:

— Por você, parente, corto orelha até de deputado, seja ele urso ou leão. E de mão beijada, dadinho da silva. Mas para esse boboca, só no **money**.

Escarrou na cinza, porcamente.

— É assim que se fala — proclamou Rabelo inebriado, dando-lhe uma palmada nas costas. — Então, para frente. O velho deve de ter morrido aí pela meia-noite e só deram com a coisa ao amanhecer. Está duro como cimento.

— Vou refrescar-me um bocado. Compre uma garrafa de pinga e leve para lá. De cara cheia o rendimento é outro. Rabelo saiu.

Braz apeou da fornalha e refestelou-se num canto, a namorar a chuva. Bando de aves, junto da parede azeitavam as penas. No calor da mãe pintinhos curiosos punham as cabeças de fora, admirando a librina.

Tico refugiou-se no colo do pai. Com olhos interrogativos, inquiriu:

— O homem morreu mesmo?

— Morreu.

— Outro dia a Zélia disse: “O Teófilo foi pro beleléu”.

— Era sapituca.

— Agora?

— Morte morrida, lisinha.

Estimulado por piscadela brejeira, o moleque enveredou-se por assunto abstrato:

— Por que tudo morre?

— Para não encher o mundo. Morre um, vem outro, morre um, vem outro.

Alojou o fedelho nas pernas e continuou: — Sabe, cada homem, cada moço, cada guri é semente de outra criatura.

— E nascem miudinhos?

— Nascem miúdos e vão até a semente. Se é semente de velho, vive bastante; se é de rapaz, metade da vida; e se é de criança, assim de seu porte, cedo bate as asas e azula para o céu.

— O senhor conhece a semente das pessoas?

— Mal-mal.

— Repara a minha.

Fiteiramente. Braz examinou-lhe a vista e o umbigo, os dentes e o sexo. Concluiu:

— Semente de velho, barba branca.

Radiante, o garoto escapou-se-lhe dos braços, a gritar pela mãe.

O lavador de defuntos é ser bondoso e prestativo, à cata de merecimento. Ouve falar em morte e vai ventando.

Compra o cadáver e só o deixa no cemitério, ao rojar a última pazada de terra.

Responsável por mais de crime e mau, misto de escorpião e cascavel, inexplicavelmente, após dobrar os quarenta, Braz dedicou-se à lavagem de defuntos. Uns diziam: “É pelos trocados”. Outros: “Pela cachaça”. O certo é que lava e bem.

Braz entrou constrangido e espichou a mão para dona Adelaide, ciclando:

— Meus pêsames!

A mulher começou a soluçar, lenço aberto no semblante. Depois de muita lágrima e caretas, murmurou:

— A roupa está na cama, passadinha. Vou esquentar a água.

— Não carece -- ponderou Braz. -- Morto vai lá saber o que é frio ou quente.

— Não, nem! Ele sempre gostou de banho esperto e não é agora que vou contrariá-lo.

Pediú licença embarafustou-se na cozinha.

Braz deslizou o quarto. Velas acesas e cheiro de morte a emprestar o ambiente. Volveu para a sala e enxergou a garrafa de aguardente. Agitou-a para ver o colarinho. Boa! Tomou meio copo: gute-gute-gute!... Na penumbra chuvosa distinguiu alguns conhecidos e acercou-se da roda. Sabia os temas de cor. Esquisitices do finado e pescaria, futebol e caçada, assuntos de todos os velórios. De vez em vez, política e mulher, combinação explosiva. Escutou, os lábios colados, e voltou a molhar a língua. Calibrado, tinha disposição.

Bacia grande, líquido morno, sabonete fino. E o velho desgrenhado, rígido, nu. Colocou o corpo nas bordas da bacia, reto como tábua, e iniciou a esfregação pelo peito e barriga. Empurrou a cabeça para o chão e lavou os cambitos. Para cuidar do rosto fez operação inversa. Sabão nos

olhos, na boca e na orelha, espuma sobrando. Virou-o de bruços e cascou-lhe um tabefe. Zombou:

— Nem carne leva para os corós, hem, malandro!

Botou o corpo em pé, encostado no leito, e engatinhou atrás do sabão. O soalho trepidou. Levou na nuca tremenda bordoadada e focinhou, vista coberta de estrelas. Encarou de lado, sangue fervendo, e deu com o cadáver pousando-lhe no dorso. Safado! Sempre a feri-lo. Saltou sobre o defunto, vibrando-lhe saraivada de tapas. O som cavo, surdo, oco encantava-lhe o ouvido... Endireitou-se, ofegante, mão no cachaço. Bebeu uma talagada e tornou ao serviço, puxando o morto pelo pé e enfiando-o na bacia, as pernas para o ar. Bicho feio, metido a besta!

Enxugou, vestiu, penteou. De quando em quando, ao se lembrar da falseta, mandava o braço. Tá-tá-tá!

Descerrou a porta e Adelaide avançou:

— Nossa Senhora do Muquém! Ele está roxo.

— Defunto não gosta de água quente.

— Que maçada! -- Espantou uma mosca e principiou a grunhir. Reclamou:

— Não encruzou os braços?

— Só se quebrar, quer?

— Deus me livre!

— É como frango, muito singelo. Procura-se a junta e aperta-se. Toque! Era uma vez um braço.

Alheio aos resmungos da mulher, encaminhou-se para fora. Disfarçadamente, Rabelo passou-lhe duas pelegas de mil. Oba!

— Até mais — gaguejou, de língua ensolarada.

Comprou um quilo de cupim, feijão preto e dois pirulitos. Dia feliz, com bela remuneração. Ia dormir, ouvindo a chuva e o galo índio. Marcou o rumo de casa e foi-se, alma em festa.

(Publicado no Jornal O Popular em 13/06/1985)

O centenário de Lúcio Batista Arantes, trindadense e pioneiro da justiça em Brasília.

*Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado**



Lúcio Batista Arantes em sua formatura em 1944, na Faculdade de Direito de Goiás e como Pracinha de Guerra. Um ilustre goiano, pioneiro do DF.

Há cem anos, no sertão de Goiás, nasceu um homem de bem. Vinha ao mundo na velha e querida cidade de Trindade, com sua história tão linda de fé e tradição.

Lúcio Batista Arantes estava predestinado a ser pioneiro de duas cidades na terra goiana: Goiânia e Brasília.

Ele nasceu na terra do Divino Pai Eterno em 03 de setembro de 1918, filho do coronel Octávio Baptista Arantes e da professora Maria Aurora da Conceição Arantes.

* Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado é sócio titular do IHGG.

Com apenas oito anos de idade ficou órfão de mãe, sendo criado por seus avós, o Coronel Antonio Francisco Ottoni e Bellarmina Magalhães Ottoni, que residiam no Largo da Matriz da velha cidade.

Fez seus estudos iniciais em Trindade, no Grupo Escolar Senador Ramos Caiado, quando foi aluno da mestra Laurinda Seixo de Britto de Oliveira Moura, e os secundários no Lyceu de Goiás, turma de 1937.

Secundarista, voltou a Trindade, onde, em 1938, aos 20 anos de idade fundou, juntamente com Zecchi Abrão, o jornal *Voz do Sertão*, um dos pioneiros da cidade, antecedido apenas pelo *A Crisálida*, feito pela professora Nila Chaves Roriz de Almeida, dois anos antes.

Mais tarde, Lúcio Arantes fez o curso de Direito. Ingressou na magistratura goiana, quando iniciou sua carreira como Professor, Delegado de Polícia, Promotor Público, Procurador Regional e Juiz de Direito.

Com o nascimento de Brasília, para ali transferiu residência no ano de 1960, depois de passar por Planaltina; sendo titular da Vara de Menores Órfãos e Sucessões, Juiz eleitoral, Juiz Corregedor; depois, Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça, quando galgou com seu esforço e inteligência, todos os cargos existentes por sua atuação ponderada, equilibrada e justa.

Realmente um homem admirável!

Lúcio Batista Arantes foi casado com a poeta Albertina da Cunha e Cruz Arantes, também já falecida, filha do bacharel Luiz Altino da Cunha e Cruz e Antonieta da Rocha Lima Cunha e Cruz; mulher notável pela sua inteligência e argúcia. Ela era uma admirável declamadora em eventos culturais.

Lucio Batista Arantes era irmão de Otavinho Arantes, grande nome do nosso teatro e de Elza Arantes Ludovico de Almeida.

Seu pai contraiu segundo matrimônio, após precoce viuvez, com a admirável professora Almerinda Magalhães Arantes, depois literata e Deputada Estadual por Goiás. Desse consórcio teve numerosos filhos, dez ao todo.

Homenageado pela Academia Trindadense de Letras no ano de 1994, quando usou da palavra a competente oradora Ana Braga, então Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás; em 2001, publicou, em parceria com o escritor Bento Fleury, o livro *Beco dos Aflitos*. Anos depois, em 2008 publicou, também com a mesma parceria, o segundo livro intitulado *Do Barro Preto ao Planalto*. Foi membro titular da Academia Trindadense de Letras.

Tinha grande amor por Trindade, sua cidade natal e sempre visitava a terra que lhe serviu de berço.

Lúcio Batista Arantes foi, de fato, o pioneiro da primeira hora brasiliense; desde quando as primeiras comissões adentraram o Planalto Central: General Polly Coelho, em 1951; Marechal José Pessoa, em 1953, e Dr. Israel Pinheiro, em 1956, criando a NOVACAP. Esteve de pé no cumprimento do sagrado dever.

Seus pés pisaram junto aos nobres homens, em busca do sonho da capital no interior, desde os dias do século XIX. Era a concretização de um ideal, ainda ele que, duas décadas antes, fora, como estudante, pioneiro de Goiânia, no coração do Brasil.

Sua atuação, como juiz, foi decisiva na desapropriação e legalização de toda a área; hoje ocupada pela Grande Brasília.

Como ele, homens ilustres passaram por aqueles majestosos planaltos, como o Visconde de Porto Seguro e os cientistas John Emanuel Pohl e Auguste Saint-Hilaire, sendo que este último demorou-se, em Luziânia, onde assistiu às cavalhadas e maravilhou-se com a elevada cultura do vigário local, padre João Teixeira Álvares. O ouro das lavras de Santa Luzia, hoje Luziânia, abarrotava as arcas do tesouro de Portugal.

Contam os historiadores que os soberanos Dom João V e Da. Maria I receberam de presente uma pepita de ouro pesando 46 libras e um cacho de bananas de ouro maciço, tudo vindo de Luziânia. Assim corria a lenda, tal a profusão do metal em terras planaltinas, no longínquo Goyaz.

Dessas paragens foi levado para o Rio de Janeiro o “Meteorito Santa Luzia” que ornamentava o saguão do Museu Histórico Nacional, ao lado do Bendengó, hoje tudo destruído pelo incêndio que fez desaparecer o rico acervo.

A velha fazenda do Torto fora propriedade de seu avô, que ali hospedou grandes personalidades, como Luiz Carlos Prestes, em 1926. Era assim o Planalto antes de Brasília.

Foi Lúcio Arantes um dos primeiros a tomar conhecimento e sobrevoar a região, no próprio dia da escolha do local destinado à edificação de Brasília. Em 1956, surgiu Brasília dentro da Comarca de Planaltina-GO, mas o Tribunal de Justiça do DF somente foi instalado em 1960.

Ele conviveu com os candangos, distribuiu justiça e participou de todos os acontecimentos ocorridos durante os seus vinte anos de Tribunal.

Desejou o destino que ele atuasse em processos que ficaram na história, como o da menina Ana Lídia; o do famoso diamante 007, que foi procurado, sem êxito, até na Grécia, e o do jornalista Mário Eugênio, motivo de grande batalha judiciária, e muitos outros. Um lutador ele foi, sempre com as mãos limpas.

Ele se recordava, também, dos fatos pitorescos dos primórdios de Brasília, quando as visitas oficiais constituíam problemas pela falta de hospedagem especializada. Quando ali esteve o general Charles de Gaulle, e Embaixada da França não tinha uma cama com as dimensões necessárias para acomodá-lo. A NOVA-

CAP providenciou, às pressas, uma cama de dois metros e meio, para o repouso do guerreiro.

Outra visita que movimentou o incipiente comércio local foi a do Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes. O ilustre visitante não dispensava um vaso noturno sob a cama. Depois de muita procura, a preciosa relíquia, o urinol, somente foi encontrado em Luziânia. Casos que dizia e ria das peripécias dos primeiros tempos.

Também, Berospé, um espanhol, inconformado com o processo de separação exigido por sua mulher, tentou assinar a ata com seu próprio sangue, que havia levado em um pequeno vidro. Era escrivão, na época, o doutor Irineu de Oliveira Filho, que conteve o afoito espanhol. Coisas da vida e da paixão.

No início de Brasília, ocorreu um fato que foi manchete nos jornais sob o título de “O impossível acontece”: Próximo de Planaltina ficava o antigo distrito de Mimoso de Goiás. O escrivão local foi chamado para atender a um doente terminal que desejava casar-se *in extremis*. Chegou atrasado. O doente agonizava. O escrivão perguntou aos presentes se era desejo do paciente casar-se com a mulher que ali estava. Todos responderam que sim. Em seguida, perguntou ao homem ali deitado se era esse o seu desejo. Não obteve resposta. Repetiu a pergunta. Silêncio absoluto. O escrivão decidiu: “Quem cala consente”. E lavrou a certidão.

Falava sobre isso o nobre amigo, na lembrança pitoresca do folclore brasiliense. Uma fala no alto de sua sabedoria de grande homem, mas profundamente simples e de coração atenuado.

Peluz era cronista do TJDF. Reuniu suas crônicas e publicou um livro: “A Justiça dos homens”. Citou um caso pitoresco acontecido em Rio Verde, Goiás. Um escrivão do Registro Civil registrou um menor com o nome de IMBECIL. Porque o pai

achava bonito. Peluz argumentou que Imbecil devia ser o escrivão. Também ele se lembrava em nossas palestras alegres na bela casa do Lago Sul.

Era essa a Brasília dos tempos pioneiros, quando o Dr. Inezil Pena Marinho, sempre elegante e muito culto, improvisou seu escritório de advogado em um trailler estacionado no bloco 6, dos ministérios, onde, então, funcionava o TJDF, e o Dr. Antônio Carlos Osório, grande poeta e escritor, depois Presidente da Academia Brasiliense de Letras, abriu seu escritório na Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante.

Duros e difíceis tempos de pioneiros arrojados e corajosos.

Lúcio Arantes acompanhou Brasília, desde os empoeirados tempos iniciais até ela se transformar em Capital da Esperança na definição de André Malraux, Cidade Céu, no belíssimo hino de Cid Magalhães, e agora Patrimônio Cultural da Humanidade.

No dia 03 de setembro de 1968, quando fazia 50 anos, o Desor. Lúcio Arantes tomava posse como Presidente do Tribunal de Justiça do DF. Em seu discurso, crivado de história e poesia, evocou, com saudade, a admirável Trindade.

Foi com a voz mais alta e a emoção mais forte que pronunciou as palavras rituais do compromisso, para ingressar naquele Concílio de Doutos. Emocionado e feliz, cumpria uma etapa significativa em sua vida.

Ele veio de longe, de ásperos caminhos percorridos, e suas palavras, sempre mansas, traduziram a satisfação de todos os momentos, ao se ajoelhar diante do altar da Pátria, com os olhos voltados para Deus e para a família; no desejo de poder continuar a servir à Justiça, com a mesma humildade e dedicação, que fez no decorrer da sua iluminada existência.

Serviu e serviu sempre, na alegria de ser útil.

Quando envergou as vestes talares, esteve sempre certo e afeito das responsabilidades assumidas. Na sua vida de Juiz, sempre teve como objetivo: viver honestamente; não prejudicar a ninguém; dar, a cada um, o que era seu.

Justo e sempre justo, seguiu ele o seu caminho de luz.

Sabia ele, porém que nem sempre os juízes foram compreendidos no fervilhar das paixões; pois, que, no exercício de suas funções, não podiam os mesmos ficar a favor, nem contra, precisamente porque são juízes, escravos da lei que juraram cumprir, e de acordo com a qual julgam imparcialmente.

Nunca se afastou ele do ensinamento de Claude du Pasquier, segundo o qual “o bom jurista alia ao conhecimento racional e científico do direito a nobreza moral, que, somente ela, confere valor à vida humana”. Lutou pela dignidade, pela justiça equânime, pela verdade.

Nasceu em Goiás e ali viveu os primeiros anos de sua preciosa vida. Trindade era, então, pequenina vila perdida nos chapadões do grande sertão. Goiás, mera ficção geográfica, encravado no coração do Brasil.

Depois, meio século decorrido, a vila, trasmudou-se em grande cidade, em Meca sertaneja e cabocla, onde, anualmente, milhares de peregrinos romeiros testemunharam sua devoção ao Divino Pai Eterno. Goiás cumpriu a sua missão histórica, ao oferecer Brasília aos brasileiros de boa vontade.

Brasília, “Cidade Céu”, na feliz definição do Desembargador Milton Sebastião Barbosa, surgida, nos altiplanos da terra goiana, foi bem a pujança de uma civilização que se vivificaria, haurindo energias na terra fértil, no ambiente e no clima saudável de uma região que foi a esperança de uma Nova Era, preconizada por São João Bosco, o Apóstolo da Juventude.

Em Goiás, iniciou sua vida pública, passando pelas funções de Delegado de Polícia, Professor, Jornalista, Prefeito Municipal, Promotor Público e Juiz.

Ainda acadêmico, em 1942, quando a fúria nazista inquietava o mundo, cumpriu o seu dever patriótico, integrando-me às fileiras do Sexto Batalhão de Caçadores, de Ipameri, que, então, patrulhava os mares do sul, e, assim, participou de operações de salvamento, recolhendo sobreviventes dos navios brasileiros torpedeados pelos submarinos alemães.

Era esse o mesmo batalhão que, sediado em Goiás, no século passado, tomou parte no episódio histórico da Guerra do Paraguai, eternizado nas páginas de Visconde de Taunay: “A Retirada da Laguna”.

Foi, então, que aprendeu, na dor, ser a democracia o grande ideal político do homem, desde que consciente de sua dignidade de pessoa humana feita à imagem e semelhança de Deus.

Compreendeu ser a democracia o sistema ideal de governo, em que todos se movimentam, com liberdade, na procura do bem comum, e o direito, uma regra de bem viver, um meio de assegurar os interesses de todos, sem prejuízo de ninguém, dentro dos limites da equidade e da justiça, que é a vontade firme e constante de dar, a cada um, o que é seu.

Direito e Justiça são o que buscam os povos nas grandes lutas em que se debatem as nações, cujo sentido pode ser resumido, nas palavras: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Foi em 1960 que, conduzido por mãos amigas, ingressou na magistratura do Distrito Federal, e recebeu o título de Pioneiro da Justiça, muito merecidamente.

Em Planaltina, recebeu o General Poly Coelho, em 1951, o Marechal José Pessoa, em 1954, e o Deputado Israel Pinheiro,

em 1956. Muito antes, porém, o seu avô, proprietário da Fazenda Torto, hospedava, ali, em 1892, o sábio Luiz Cruls.

Em Brasília, que então era sonho, surgiu no paralelo 13, desmembrando áreas das comarcas goianas, onde se estendia a sua jurisdição.

Foi essa a história do início de sua carreira na vida pública, banal como tantas outras, não menos emocionantes, porém, e que hoje, tantos anos decorridos, traz a lembrança saudosa carregada de respeito por esse grande homem da justiça; pequeno de estatura, mas imenso de coração.

Ao exercer, por longos anos, a Vara de Família, foi natural que considerasse esse ramo do Direito o mais atraente e o mais atual, porque identificava a pessoa do juiz com os problemas sociais, fazendo-o viver os mesmos dramas e as mesmas inquietações existentes, tanto nos lares pobres como nos abastados.

O homem busca, incansavelmente, o aperfeiçoamento de tudo que o cerca, mas o mundo atual é conturbado, tangido por toda sorte de sofrimentos, quer de ordem moral ou econômica; é marcado por uma profunda inquietação política e social. Lúcio Arantes, machucado pela realidade, soube sempre conduzir-se solidário, nos revezes dos destinos alheios.

O Direito, como ciência eminentemente humana, vem caminhando por meio dos tempos, acompanhando a marcha milenar da humanidade. Passou por concepções filosóficas e escolas várias, até se firmar como ideal jurídico, na sua aplicação como justiça social.

Lúcio Arantes procurou ser fiel e rigorosamente exato no cumprimento de seu dever de magistrado, exercido por dezenove anos, se não com saber e brilho, pelo menos com esforço e todo empenho de não deslustrar a investidura do cargo, colocan-

do, acima das contingências, o direito e a justiça. Ao certo muitas vezes, poderia ele ter errado, pois os juízes são homens e o erro é inseparável da condição humana. Mas, sua sabedoria sempre esteve acima das contradições da vida.

Muitas críticas injustas também ele deve ter recebido. Quanto a elas, responderia citando Napoleon Hill, psicólogo americano, que, na sua obra “A Lei do Triunfo”, ressaltou: “A única maneira de passar pela vida sem sofrer críticas desfavoráveis é não ser ninguém e não realizar coisa alguma”.

Foi um bravo, um batalhador, cuja luta era a inteligência.

Momentos ilustres ele viveu. A Deputada Ivete Vargas foi a fundadora do partido político PTB. Como Juiz de Brasília, coube-lhe a honra de realizar o casamento civil dessa ilustre Deputada, com a presença do Presidente da República, na ocasião, Pascoal Ranieri Mazzili, que, por diversas vezes, assumiu este cargo e que foi testemunha do ato.

A Deputada Ivete Vargas era amiga íntima de sua madras-ta Almerinda Magalhães Arantes. Teve uma irmã que recebeu o nome de Ivete em homenagem à deputada.

Foi numa tarde de chuva e de tristeza que recebi a notícia do falecimento de Lúcio Batista Arantes, meu amigo e meu irmão. Ele tinha a idade para ser o meu avô, mas era o meu irmão. A diferença entre nós era de 52 anos, mas nossa amizade tinha a vivacidade de antigos companheiros que amavam o mesmo ideal.

Com a partida do meu amigo e do meu irmão eu me senti muito mutilado. Um pouco de mim também se foi com ele e a minha alegria que já não era completa, se esvaiu mais um pouco como os frascos pequenos de um perfume que queremos conservar.

O meu amigo e meu irmão Lúcio viveu muito, porque para ele a vida era um doce encanto, mesmo no desgaste evidente que não

queríamos perceber, na sua muda despedida em que nos olhava com ares de nunca mais, e mesmo assim ele construiu eternidades.

E os fluidos de sua presença entre nós ficam na sua educação esmerada, na sua fala mansa, na sua segurança e nos seus gestos de bondade sempre renovados a cada encontro. Que saudades de você meu irmão e meu amigo Lúcio Arantes!

Nessa tarde de chuva e de tristeza, na sua velha Trindade, Lúcio, quando soube de sua passagem, revii os velhos telhados molhados e patinados pelo tempo na velha praça da matriz onde, há 100 anos, você veio ao mundo. Lembrei-me de sua infância como órfão de mãe, de seu devotado amor à avó Bellarmina Ottoni e de seus primeiros passos nas empoeiradas ruas da antiga cidade, Meca sertaneja e cabocla do Brasil Central, a sua terra, a nossa terra, meu amigo e meu irmão.

Sua vida, Lúcio, foi um devotado exemplo de amor e abnegação a tudo que sempre amou: nossas velhas cidades, nossas velhas histórias, nosso folclore, nosso passado, as histórias jocosas e engraçadas de nossa gente, os antigos livros, as músicas alimentando a alma e a família traduzida nos filhos amados que você se dedicou inteiramente.

Lúcio, irmão e amigo, falo-te ao coração, recordando nossas conversas na ampla varanda da antiga casa do Largo Novo, berço de minhas filhinhas. Recordo nossos planos, nossos trabalhos, nossos livros que nasceram do nosso ideal. Lembro a comida, o lombo de porco gostoso que você apreciava e tudo que constitui hoje um ramallete de saudades...

Você, meu amigo, soube ser bom cidadão, juiz íntegro e correto, que foi pioneiro no Planalto Central, esposo dedicado, pai exemplar e pioneiro entre tantos outros da capital no coração do Brasil.

Tantos títulos adornam a sua carreira de sucesso. Homem que ocupou cargos elevados como Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador em Brasília, mas sempre o Lúcio do Batista, de Trindade, que ria o bom rir e que sabia ser leal e justo em todos os momentos. Era eternamente o “Lucinho do Ottoni”, como fora conhecido na juventude em Trindade.

Nossos livros vão eternizar a nossa amizade, querido Lúcio. *O Beco dos Aflitos e o Do Barro Preto ao Planalto Central – caminhos e lembranças* são marcas de uma convivência fraterna e amiga que o futuro saberá reconhecer. Fico feliz em ter podido auxiliá-lo na realização dupla de seus sonhos de ser escritor. Meu nome fica engrandecido por estar ao lado do seu nos pórticos da eternidade.

Recordo-me o último lançamento do nosso último livro na data em que completei 38 anos e dois dias antes de você fazer 90 anos, em 31 de agosto de 2008. Foi a última vez que nos vimos e, com saudade, me relembro do sarau organizado para você. É assim que quero me lembrar de ti, meu amigo e meu irmão, na alegria das coisas nossas, na realização de nossos sonhos e nas festas com nossos amigos do coração, brindando a festa da vida.

A chuva continuou lá fora, naquela tarde de recordações pungentes, meu amigo e meu irmão Lúcio. Há um halo de tristeza e melancolia em tudo e uma sensação de vazio quando eu penso em você. Há entre nós agora um nunca mais nesse mundo. Mas, sei que, um dia, nós vamos nos encontrar num lugar mais bonito.

Haverá um belo sol e revoadas matinais de pássaros no horizonte. O sino plangente da velha matriz de Trindade estará tocando como nos tempos de outrora. E no retângulo luminoso de uma porta qualquer eu me encontrarei com você para dizer-lhe: amigo e irmão Lúcio, que saudades de você!

O principado da poesia no Brasil e em Goiás

Elizabeth Abreu Caldeira Brito*

RESUMO: A história do principado da poesia brasileira se inicia em 1907. Ao primeiro, Olavo Bilac, seguiram-se: Antonio Mariano Alberto de Oliveira, Olegário Mariano Carneiro da Cunha, Guilherme de Andrade de Almeida e o atual, Paulo Lébeis Bonfim. Goiás também tem o reinado da poesia brasileira feita por goianos, que se iniciou com Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira e depois: Cyllenêo Marques de Araújo Valle – Léo Lynce, José Xavier de Almeida Júnior e Gilberto Mendonça Teles, o atual Príncipe dos Poetas Goianos, *ad vitam*. A proposta desse estudo é traçar o perfil histórico e literário do principado da poesia no Brasil e em Goiás, enfatizando a força estética, a meritocracia e a literariedade dos textos poéticos desses poetas.

Palavras-chave: Poetas. Poesia. Títulos. História. Literariedade.

O principado da poesia brasileira tem início em um concurso promovido pela Revista Fon-Fon, do Rio de Janeiro, que circulou de 1907 a 1958, onde vários intelectuais de todas as regiões elegiam escritores / poetas, de notável reconhecimento, para receberem a honraria *ad vitam* (enquanto vida tiver). Ou seja: só após sua morte outro poeta é ‘empossado’.

O nome da revista, lembrando o som de uma buzina de carro, Fon-Fon!, sugere a chegada do século XX com suas mudanças e inovações, na então capital do país: Rio de Janeiro. As novidades eram visíveis em várias áreas, quais sejam: na industrial e tecnológica, com

* Elizabeth Abreu Caldeira Brito é Mestra em Letras e Sócia Titular do IHGG.

os automóveis alcançando velocidades incríveis à época; na urbanística: construções que modernizavam a paisagem da cidade, como a construção da Avenida Central pelo Prefeito Pereira Passos; na cultural e social: onde a irreverência e as mudanças de comportamentos e atitudes marcavam a época.

A Revista inovou com seus textos audaciosos, bem-humorados e irreverentes. A ela os créditos da criação e honraria ofertadas aos grandes poetas brasileiros, cujo título “*Príncipe dos Poetas*” perdura até os dias atuais.

Da publicação Cadernos de Comunicação (Série Memórias), da Prefeitura do Rio de Janeiro, sob o título: “Fon-fon businando a modernidade”, recortamos o texto a seguir:

O título da revista, inspirado no som de uma buzina de carro, Fon-Fon!, não poderia ser mais sugestivo para anunciar, na capital do país, a chegada do século XX com todas as suas mudanças, seja no campo industrial e tecnológico, com os automóveis alcançando velocidades incríveis para a época; seja no campo urbanístico, com ações que mudavam a paisagem da cidade, como a construção da Avenida Central pelo Prefeito Pereira Passos; seja no campo cultural e social, no qual fervilhavam a irreverência e a mudança de comportamentos. Editada pelos intelectuais Gonzaga Duque, Mario Pederneiras e Lima Campos, a Fon-Fon! surgiu no Rio no ano de 1907 e circulou até 1958. O Rio de Janeiro era o centro de uma modernidade que irradiava novidades para todo o Brasil, registrada nos textos irreverentes e bem-humorados da revista e nas ilustrações de J. Carlos, Raul Pederneiras e K. Lixto, que os acompanhavam. Seus idealizadores eram simbolistas na contramão do positivismo, que marcava a cultura brasileira da época. Discutiam a condição humana e se dedicavam a pesquisar novas linguagens artísticas. Álvaro

Moreira, um dos seus colaboradores, escrevia suas crônicas em versos que contavam os novos costumes e a vida nos cafés cariocas. Di Cavalcanti também marcou sua presença na Fon-Fon!, criando capas que marcaram época. Sem esquecer o envolvimento da revista em campanhas como a das “sufragistas”, que defendiam o voto feminino. Para comemorar o centenário do surgimento da revista, a Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu um encontro comemorativo, em abril de 2007..

O histórico do Principado da Poesia Brasileira teve início no mesmo ano do surgimento da Revista FON-FON!: 1907. À oportunidade foi eleito, por intelectuais de várias regiões, o poeta, “Ourives da Linguagem”, Olavo Bilac (1865-1918), em concurso divulgado pelo Magazine em várias partes do país. Assim o autor do poema “Via-Láctea” se tornou o mais popular dos poetas do seu tempo. Os leitores e a crítica enalteciam e enaltecem, até os dias atuais, a poesia que canta as estrelas. O poema foi musicado e gravado pelo cantor da MPB, Fagner:

Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...

E conversamos toda a noite, enquanto
A via-láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto. (...)

BILAC. *O Poesias, 1884/1887* (1888), p. 37

O segundo eleito foi Antônio Mariano Alberto de Oliveira, também em enquete promovido pela referida Revista, em 1924.

Com Bilac e Raimundo Correa, Alberto de Oliveira formou a tríade do parnasianismo brasileiro. O poeta foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Nasceu no Rio de Janeiro em 1857. Faleceu em 1937.

O título se deve ao fato de Alberto de Oliveira ser considerado o mais parnasiano dos poetas. Sua poesia era pautada em ricas descrições, que traduziam certa visão filosófica da vida e das coisas, além de possuir poemas impecáveis, dentro das normas da poética de sua época. Portanto o mais ortodoxo. O poema “Vaso chinês” é um modelo do Parnasianismo Brasileiro com a célebre descrição:

Estranho mimo aquele vaso! Vi-o.
Casualmente, uma vez, de um perfumado
Contador sobre o mármore luzidio,
Entre um leque e o começo de um bordado.

Fino artista chinês, enamorado,
Nele pusera o coração doentio
Em rubras flores de um sutil lavrado,
Na tinta ardente, de um calor sombrio. (...)

OLIVEIRA, A *Sonetos e poemas* (1886), p.83

O terceiro Príncipe dos Poetas Brasileiros foi Olegário Mariano Carneiro da Cunha (Recife, 1889 -1958). Eleito em 1938. Seu primeiro livro *Angelus* surgiu aos 22 anos, em 1911.

Sua poesia conseguiu realizar a tradução de um sincretismo parnasiano-simbolista de transição para o Modernismo. Seu texto poético chamava a atenção por apresentar os ares novos do modernismo e conservar a proposta do formalismo parnasiano com a sinestesia do simbolismo. O poema “Paganismo” expressa com

propriedade essa travessia da estética que, embora ainda radicada em alguns princípios Parnasianos e Simbolista, já prenuncia uma certa modernidade:

Sinto às vezes horror do modo diferente
Com que em louca emoção voluptuoso te espio,
Meu suave amor que tens a figura inocente
De um lírio muito branco, um lírio muito frio.

Ao meu olfato chega o perfume doentio
Do teu corpo mudado em corpo de serpente:
E através desse aspecto anêmico e sombrio
Meu desejo passeia alucinadamente (...)

MARIANO, O. *Angelus* (1911), p. 40.

O 4º Príncipe dos Poetas Brasileiros, Guilherme de Almeida (Campinas –SP, 1889 - 1969), em 1930 ingressou na Academia Brasileira de Letras. Foi o primeiro modernista a ocupar uma cadeira naquele sodalício. Era considerado o artista do verso. Para o poeta Manuel Bandeira foi o maior em língua portuguesa. Participou ativamente na realização da Semana de Arte Moderna em 1922.

Guilherme de Almeida, o mestre e precursor do Haikai no Brasil, foi eleito pelo jornal Correio da Manhã, em 1958.

Consolo

A noite chorou
a bolha em que, sobre a folha,
o sol despertou.

Os andaimes

Na gaiola cheia
(pedreiros e carpinteiros)
o dia gorjeia.

ALMEIRA. G. *O Anjo de Sal* (1951), p. 42

O 5º Príncipe dos Poetas Brasileiros é Paulo Lébeis Bomfim (São Paulo, 30/09/1926 – São Paulo, 07/07/2019). Seu primeiro livro *Antônio Triste*, de 1946, recebeu o Prêmio Olavo Bilac, concedido pela Academia Brasileira de Letras, em 1947. Bomfim é decano da Academia Paulista de Letras.

Sua poesia, vinculada à Geração de 1945, tem como um dos temas preferidos a cidade de São Paulo. Desde 1947 percorre longa e fértil caminhada no verso e na crônica, reinventando uma aliança feliz, entre dois gêneros literários que por vezes se completam. “Som Distante” elucida e sinaliza características de sua poesia, como em

SOM DISTANTE

Pela janela aberta para o céu de estrelas,
Penetrou, pelo meu quarto adentro,
O rumor de um corpo que é lançado ao mar!
A eleita de meus sonhos
Teve por última morada
O fundo do Oceano!

Seus cabelos loiros são agora
Mensagens da luz do sol
No abismo das águas.
Seu corpo, muito branco,

Quando livrar-se da mortalha
 Que os marinheiros rudes coseram,
 Será, na imensa noite oceânica,
 Um raio de luar a percorrer abismos.

(Do livro Antônio Triste, 1946 p. 82)

Paulo Lébeis Bomfim faleceu em São Paulo-SP, no dia 07 de julho de 2019. Deixa vago o título de Príncipe dos Poetas Brasileiros.

O PRINCIPADO DA POESIA NO BRASIL

ORDEM	POETA (NASCIMENTO E MORTE)	TÍTULO INÍCIO-FIM	INDICAÇÃO/ OUTORGA	DURAÇÃO DO TÍTULO
1º	Olavo Bilac (1865-1918)	1907-1918	Revista Fon-Fon	11 Anos
2º	Antonio Mariano Alberto de Oliveira (1857-1937)	1924-1937	Revista Fon-Fon	13 Anos
3º	Olegário Mariano Carneiro da Cunha (1889 -1958)	1938-1958	Revista Fon-Fon	20 Anos
4º	Guilherme de Andrade de Almeida (1889 - 1969)	1958-1969	Jornal Correio da Manhã	11 Anos
5º	Paulo Lébeis Bonfim (1926 - 2019)	1991-2019	Revista Brasília	28 Anos

O PRINCIPADO DA POESIA EM GOIÁS

Em Goiás, a história dos Príncipes dos Poetas se concretizou, ainda nos anos 1920 por meio da seleção, indicação e escolha

entre os intelectuais da época, na então capital do Estado, Vila Boa, atual Cidade de Goiás. Os poetas indicados eram votados. Os de maior destaque nas lides poéticas, eram eleitos por uma comissão de intelectuais. O pleito foi registrado e divulgado no jornal O Democrata, de Antônio Ramos Caiado, (o Totó Caiado), daquela cidade.

O primeiro goiano a ocupar o honroso título foi Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira (Cidade de Goiás, 1883 - Bonfim, atual, Silvânia, 1923), por sugestão do jornalista Gercino Monteiro Guimarães. Por narrar, poeticamente, as belezas de seu torrão, Goiás; era chamado “Casimiro de Abreu Goiano”.

Noites Goianas, um dos poemas mais conhecidos de Joaquim Bonifácio, tornou-se um hino de louvor a Goiás. Criado na década de 1930, foi musicado por Joaquim Santana; era cantado nos saraus e tertúlias promovidos no início do século passado. Nos dias de hoje é apresentando, com todo encantamento, nos eventos culturais, cuja versão é interpretada por cantores de renome: Marcelo Barra, Maria Augusta Callado, Eli Camargo, Maria Eugênia e tantos outros. É assim:

NOITES GOIANAS

Poema musicado por Joaquim Santana

Tão meigas, tão claras, tão belas, tão puras
Por certo não há!
São noites de trovas, de beijos de juras,
As noites de cá...

Em Nice, em Lisboa, na Itália famosa
Tais noites não há...

São noites somente da pátria formosa
Do índio Goiás...

As noites goianas são claras, são lindas
Não temem rivais!
Goianos, traduzem doçuras infindas
As noites que amais...

Goianos as sonham, da pátria saudosos,
Nas terra de lá...
São noites de risos, de afetos, de gozos,
As noites de cá...

SIQUEIRA. J. *Alguns versos*; em reedição na comemoração
dos 20 anos da Ed. Kelps. Goiânia-GO; 2003, p. 38

Cyllenêo Marques de Araújo Valle – o Léo Lynce (Piracanjuba, antiga Pouso Alto, 1889 - Goiânia, 1954), anagrama que escolheu como escritor, foi o segundo Príncipe dos Poetas Goianos. Seu livro *Ontem*, publicado em 1928, marca o início do modernismo em Goiás, cujos poemas livres, imagéticos, fortes e por vezes telúricos, rompiam com a lírica tradicional, vigente da época. Até sua morte, em 1954, aos 70 anos, foi o Príncipe dos Poetas Goianos.

O poema *No Banquete* marca, muito bem, sua imersão no modernismo.

NO BANQUETE.

Do alto dos seus bordados o General falou:
— Meio século, senhores, a serviço da Pátria.
Falaram depois o doutor e o magnata.
Outros mais falaram no banquete da vida nacional.

Só o roceiro miúdo não falou nada.
Porque não sabia nada.
Porque estava ausente,
Perrengando,
Indiferente,
Curvado sobre o cabo da enxada,
com o Brasil às costas.

LYNCE Leo. *Ontem* (1928), p. 46

O terceiro príncipe da poesia produzida em Goiás, José Xavier de Almeida Júnior, nasceu na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, no Palácio Conde dos Arcos, residência do governador (seu pai era governador do Estado em 1902. Nasceu no Palácio como predestinado a ser um príncipe). Foi médico pela Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Formado, em 1926, retorna ao Estado para clinicar em várias cidades e na capital. Poeta culto, sensível e conhecedor da literatura universal, revela, na poesia, suas influências das escolas parnasiana, simbolista e moderna.

O título de Príncipe dos Poetas Goianos a Xavier de Almeida foi outorgado 1973, 19 anos após a morte de Leo Lynce. A indicação foi feita pela Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás – AFLAG e referendada pelas instituições culturais de grande representação do Estado de Goiás: Academia Goiana de Letras e União Brasileira de Escritores – Sessão Goiás.

Foi o primeiro poeta a introduzir o Haicai em Goiás. Cantando sua aldeia que tanto amou, reverencia o Rio Araguaia no poema do mesmo nome:

ARAGUAIA

Plácido curso de água verde-clara,
Mar sem ondas e rio sem cachoeiras,
Quem seus matizes trêmulos pintara,
Do sol às lentas luzes derradeiras?

Se do leito surgisse alguma iara,
Lascivo o gesto e as formas feiticeiras,
Quem sabe, aos seus encantos se entregara
O índio que busca as ermas ribanceiras?

Dança a ubá sobre a tona, leve e esguia.
O índio, de pé na proa, o arco distende
E sonda o fundo com a mirada fria.

A emoção de ferir um peixe enorme
Sacode o corpo todo ao brônzeo duende.
E a noite desce... e o grande rio dorme.

JÚNIOR. A. *A Canção do Planalto* (1942), p. 84

O quarto poeta goiano, a receber o honroso título, foi o escritor que se vestiu de Luiz Vaz de Camões para falar de sua 'aldeia': o Estado de Goiás.

O poeta-critico Gilberto Mendonça Teles (Bela Vista de Goiás, 1931) percorre todo o mundo, em palestras, cursos, encontros, etc. Reside, há muito, na cidade do Rio de Janeiro, mas sua alma se aquieta e encontra guarida nos ermos goianos.

Gilberto Mendonça Teles é um dos maiores expoentes da literatura brasileira. No Livro *Sociologia Goiana*, o poeta demonstra todo seu lírico afeto por Goiás. São vários poemas que

percorrem as veias e artérias goianas, na geografia que transforma o nosso estado num tapete de verbos e versos no canto equilibrado, racional e poético, que só ao artista é capaz de produzir. Vejamos em Lira Goiana onde Gilberto se faz fragmento, margem, fronteira, localidades, fauna, flora, caminhos e hidrografia para derramar-se nos limites goianos:

LIRA GOIANA

Repertam meu corpo pelos rios de Goiás:
a mão esquerda acariciando as águas do Araguaia,
a direita desenhando os rumos do Paranaíba,
os pés brincando nas águas do Aporé e do Verdão,
a cabeça na junção de Araguaia e Tocantins
(quero governar daí as artimanhas e latifúndios),
os joelhos no Rio dos Bois e no Caiapó,
o sexo bem enterrado na lama do Meia-Ponte,
Mas deixem minha alma no Rio das Almas,
deixem meu coração batendo no Rio Turvo,
deixem minha língua nas areias do Corumbá
os meus olhos secando nalguma lagoa
para a alegria dos bagres, dos lobôs
e das piranhas traidoras.

Ah! Deixem também meu cachimbo fumegando
nos borrifos de luz da Cachoeira Dourada:
quero ser como um instante de arco-íris
nos olhos das mulheres de Goiás.

Teles, G. M. *Hora Aberta* (2004) p. 247

Professor – crítico – poeta Gilberto Mendonça Teles será o Príncipe dos Poetas Goianos *ad vitam*, ou seja, enquanto vida tiver. Que ele esteja por muito tempo em todos os lugares onde habita sua verve poética, especialmente na geografia goiana e nos corações dos goianos que aplaudem seu sucesso universal e acaalentam seu nome no berço, que se sente esplêndido, por ter emba-lado seu ilustre filho – o Príncipe Gilberto Mendonça Teles.

GOIÁS

Só te vejo Goiás, quando me afasto
e, nas pontas dos pés, meio de banda,
jogo o perfil do tempo sobre o rastro
desse quarto-minguante na varanda.

De perto, não te vejo nem sou visto.
O amor tem destes casos de cegueira:
quanto mais perto mais se torna misto,
ouro e pó de caruncho na madeira.

De perto, as coisas vivem pelo ofício
do cotidiano – existem de passagem,
são formas de rotina, desperdício,
cintilações por fora da linguagem.

De longe, não, nem tudo está perdido.
Há contornos e sombras pelo teto.
E cada coisa encontra o seu sentido
na colcha de retalhos do alfabeto.

E, quanto mais te busco e mais me esforço,
de longe é que te vejo, em filigrana,

no clichê de algum livro ou no remorso
de uma extinta pureza drummondiana.

Só te vejo, Goiás, quando carrego
as tintas no teu mapa e, como um Jó,
um tanto encabulado e meio cego,
vou-me jogando em verso, em nome, em GO.

Teles, G. M. *Hora Aberta* (2004) p. 247

O PRINCIPADO DA POESIA EM GOIÁS

ORDEM	POETA (NASCIMENTO E MORTE)	TÍTULO INÍCIO-FIM	INDICAÇÃO/ OUTORGA	DURAÇÃO DO TÍTULO
1º	Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira (1883-1923)	+/- 1920 1923	Jurista Gercino Monteiro Guimarães. Aprovação de intelectuais e divulgação no Jornal O Democrata	03 Anos (provavelmente)
2º	Cyllenêo Marques de Araújo Valle – Léo Lynce (1889 - 1954)	1924 1954	Indicação e aprovação de intelectuais. Publicação no Jornal O Democrata	30 Anos
3º	José Xavier de Almeida Júnior (1902 - 1979)	1973 1979	Pela Academia feminina de Letras e Artes de Goiás com apoio das Instituições Culturais	25 Anos
4º	Gilberto Mendonça Teles (1931)	De 1979 até os dias atuais	Pela Academia feminina de Letras e Artes de Goiás com apoio das Instituições Culturais	Até os dias atuais

Todos os poetas ditos Príncipes, cada um, em seu tempo, estilo literário e vivência poética, corroboram o ensaio de Giorgio Agambem sobre o que é contemporâneo: “Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo para nele perceber não as luzes, mas o escuro.” Os Príncipes deixam como legado o preceito clássico da Aretê (a Αρετή dos gregos): “fazer o melhor que se pode...” Sabem e demonstram que o ato criador é duplo: intuição e reflexão. E que a criação poética é mais que inspiração: é transpiração. Seguem o princípio de Edgar Allan Poe: “Num poema nada se deve ao acaso. Tudo funciona com a rígida precisão de um problema matemático”. Baudelaire solidário às angústias poéticas escreveu: “Tenho dó do poeta que não conhece a sua arte”.

Assim, esses Príncipes dos Poetas trazem um veio norteador: a consciência de que o poema pode conter ou não poesia. E que jamais, ou com raríssima exceção, nasce pronto. Por isso, a produção poética necessita ser *criada* e elaborada pelo artista da palavra, pois o poema, mais que sentimento, é um objeto verbal. O poeta da palavra tem a ideia do poema ou o tema do poema, mas é necessário expressá-la de maneira artística, da melhor forma que lhe aprouver (*Aretê*).

Por vezes um poema precisa de várias versões, olhares, revisões, ensaios e erros, até que o poeta se sinta traduzido, nos seus sentimentos, por palavras. Às vezes se surpreende com o surgimento de uma licença poética, inusitada, que não estava nos planos iniciais da criação.

A Poesia (com P maiúsculo) é uma linguagem especial, encantatória e lúdica. É também abstrata na sua essência e concreta na estrutura artística do poema. Uma de suas funções é trazer à lume o sentimento que, por muito simples (às vezes) e/ou pequeno, se torna invisível e insensível a muitos, diante do turbilhão, intensidade e exigências do cotidiano.

Por intermédio da língua e do conhecimento de sua arte, o poeta constrói sua linguagem no poema. A arte poética dos Príncipes dos Poetas está inserida na categoria da Poesia, com P maiúsculo: aquela que possui uma linguagem especial, encantatória, lúdica, abstrata na sua essência e concreta na estrutura artística do poema. Todos possuíam e possuem o preceito de *Aretê*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILAC, Olavo. *Obra reunida*. Org. e introd. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 117. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

OLIVEIRA, A. *Sonetos e poemas* (1886), p.83.

MARIANO, O. *Angelus* (1911).

ALMEIDA, G. *O Anjo de Sal* (1951), p. 42.

BOMFIM, Paulo. *Antônio Triste* (1946), p. 82.

Poemas de Joaquim Bonifácio (Cidade de Goiás – GO. 11/01/1883. Silvânia – GO. 17/11/1923), do livro “Alguns versos”; em reedição na comemoração dos 20 anos da Ed. Kelps. Goiânia-GO; 2003.

LYNCE, Leo. *Ontem* (1928).

JUNIOR, A. *A Canção do Planalto* Cãnone Editorial, (2002).

TELES. Gilberto. *Hora Aberta* Petrópolis, RJ: Vozes, (2002).

A fé de gerações se tornou cartão postal

*Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz**

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo resgatar a história da construção da Capela do Morrinho São João, situada em Catalão-GO, e desenvolvida na última década do Séc. XIX. Depois, o desenvolvimento dos festejos de São João bem como a reconstrução da Capela na década de 30 do século seguinte. De tal modo, busca-se preencher algumas lacunas da história deste município.

1 - RICARDO PARANHOS: POETA DO “MORRINHO SÃO JOÃO”

Situado no alto de uma colina, a sudeste da cidade de Catalão, e atualmente margeado pela rodovia que dá acesso à cidade de Ipameri¹, o Morro da Saudade, Colina dos Poetas, ou Morrinho do São João, como é mais conhecido atualmente, ao longo dos



Ricardo Paranhos

* Padre da Diocese de Ipameri, atualmente pároco de Cumari e Anhanguera-GO.

1 A rodovia cortou parte da encosta do morro, invadindo o terreno pertencente à Paróquia Mãe de Deus sem qualquer indenização.

anos tem sido cantado e declamado em prosa e verso por diversos poetas e autores catalanos. A velha Capela tem marcado gerações. Ricardo Paranhos talvez seja um dos mais antigos entusiastas e apaixonados por esse ambiente bucólico e aprazível que se tornou cartão postal de Catalão, um dos primeiros pontos a ser avistado quando se vem chegando a esta cidade e um dos últimos nas saudades despedidas.

O poeta Ricardo Paranhos², era filho do Cel. Antônio da Silva Paranhos, ex-Senador goiano, e de Belisária da Costa Paranhos. Seu registro de batismo realizado na Paróquia Mãe de Deus, em Catalão, traz as seguintes informações:

Aos dezoito de Dezembro de mil oito centos (sic) e sessenta e seis, baptisei solemnemente e pus os Santos Óleos ao inocente Ricardo, nascido em vinte e dois de Novembro deste anno, filho legitimo do Coronel Antônio da Silva Paranhos e de sua mulher D. Belisária Antônia da Costa Paranhos; foram padrinhos José Augusto da Silva Paranhos e D. Francisca Elmira da Silva Paranhos. / Do que para constar fiz esse assento. O Vig.^{rio} Cônego Luiz Antônio da Costa³

Nascido em Catalão em 22/11/1866 e falecido em 19/04/1941, na cidade de Corumbaíba, onde escolheu para seu

2 Ricardo Paranhos foi aluno do Padre francês Raimundo Henrique des Genettes em seu Colégio N. Senhor do Bonfim em Entre-Rios (Ipameri) e mais tarde em Paracatú-MG, quando o colégio migrou para lá. Em 1884, com apenas 18 anos, foi nomeado capitão da Guarda Nacional. Seguindo os passos políticos de seu pai, foi eleito Intendente Municipal de Catalão, deputado pela Assembleia Constituinte Goiana e mais tarde Senador Estadual. Ao mesmo passo que exerceu importantes cargos políticos, literato de vasta obra poética, contos e crônicas, foi também um dos 21 membros fundadores da Academia Goiana de Letras.

3 Livro de Batizados da Paróquia Mãe de Deus, 1869-1874, p. 94.

“exílio” e residência no fim de sua vida, devido às perseguições políticas que sua família sofreu em Catalão. De acordo com o texto de Nascimento (2014):

Ricardo Paranhos é o maior poeta goiano em todo o período literário que precede a aparição de Leo Lynce. Não foi sem razão que Malba Tahan abalou-se do Rio de Janeiro para Corumbáiba, a fim de conhecê-lo, na intimidade⁴.

Ricardo Paranhos, ao compor suas poesias, volta e meia cita a Capelinha do Morro, como se pode ver nesses trechos de suas obras, como é o caso da poesia que se apresenta a seguir, denominada Borboletas azuis⁵:

Quero, quando eu morrer, ser sepultado,
lá no cimo do monte,
ao pé da grande cruz defronte
da capelinha
onde me declaraste em tom de mágoa e dor,
que apesar de ser de todos execrado
o nosso amor,
tu me juravas que seria minha⁶.

Na poesia Despedida de Catalão, de 06 de março de 1904 (Jornal Goyaz e Minas), a Capelinha volta a ser mencionada:

4 NASCIMENTO, Raymundo Moreira. Ricardo Paranhos, poeta e cronista a ser descoberto e valorizado. In: <<http://www.dm.com.br/opiniaio/2017/04/ricardo-paranhos-poeta-e-cronista-a-ser-descoberto-e-valorizado.html>>, [Consultado em 01-04-2019].

5 PARANHOS, Ricardo. Obras Completas de Ricardo Paranhos. Goiânia: Gráfica e Editora Cerne, 1972.

6 PARANHOS, 1972, p. 22.

Lá no “Morro da Saudade”,
pousa a nívea capelinha
onde às tardes revoando,
chilram bandos de andorinhas!
Foi no cimo lá do monte,
foi no adro da capela,
que jurou ser ela minha,
que jurei ser sempre dela,
vê-se o triste campo santo⁷.

Em outra versão da mesma poesia, datada de 1910, traz algumas mudanças nesse verso:

E a ti, Morro da Saudade,
morro azul da capelinha,
onde sempre as tardes vinha
contemplar a soledade!...
Era aqui na branca ermida,
solitária sobre o monte,
à luz roxa do horizonte
que cismava em ti, querida⁸!

Na poesia Minha Terra volta a aparecer o mesmo local e é louvada a vista panorâmica que se tem dali:

Ao pé do lindo Morro da Saudade,
que fica apenas
a um quilômetro distante,
num fresco e extenso vale verdejante,
entre amenas

7 Id, ibid, p. 22.

8 PARANHOS, 1972, p. 21.

e esmeraldinas
colinas
estende-se a cidade.
(...) De que maravilhoso panorama
Não goza a vista, quando lá de cima
do monte, que é o mais belo adorno
dessa terra, se derrama
pela vastidão entorno⁹!

Belos e apaixonados versos redigidos, fé, histórias e romances ali vividos no entorno da pequena Capela. Mas quando foi construída a tão famosa Capela? Qual a sua origem, sua história? É o que essa pesquisa abordará e tentará tirar da poeira do esquecimento nomes, dados e datas.

2 - AS ORIGENS DA CAPELA: ALGUNS PERSONAGENS

O princípio de tudo de se dá quase na virada do século XIX, na sua última década. Era Pároco de Catalão o então Cônego Francisco Ignácio de Souza, que anos mais tarde receberia ainda o título de Monsenhor. Este padre foi importante benemérito das irmãs agostinianas e principal financiador para a vinda das mesmas e também para a construção do Colégio Mãe de Deus a partir de suas próprias economias e da herança que recebeu



Mons. Souza

9 Id, ibid, p. 33.

de seus pais. Em sua homenagem, seu nome foi dado ao bairro Mons. Souza.

Filho legítimo de João Ignácio da Silveira e Francellina Cândida de Jesus¹⁰, Francisco Ignácio de Souza nasceu na data de 22 de junho de 1850, em uma fazenda do Triângulo Mineiro, a cerca de 21km de Uberaba-MG, até aquele tempo território da Diocese de Goiás.

Quando Francisco nasceu sua mãe fez uma promessa¹¹ a Deus de que aquela criança nascida fraca e com problemas de saúde, caso “escapasse” da morte, se tornaria um sacerdote. Assim, tendo nascido no seio de uma família católica e de sincera devoção, desde a mais tenra infância o pequeno Francisco passou a admirar a figura do Sacerdote, mesmo sem saber do que se tratava tal ministério. Aos 17 anos, seus pais o enviam para estudar no Colégio de Campo Belo, administrado pelos padres lazaristas¹². Na mesma época havia estourado a Guerra do Paraguai, e o fato de estar estudando o livrou de ter sido convocado. Entretanto, o desejo de ser Padre era sincero e dali Francisco começou uma longa jornada de formação, passando por vários seminários, em estados diferentes, até atingir sua meta.

Coincidindo com seu dia natalício, foi ordenado presbítero, na data de 22 de junho de 1879¹³, aos 29 anos. Porém, levou um tempo até que retornasse à sua Diocese de origem; nesse meio tempo, atuou como professor em um colégio católico em

10 Cf. L. 52 – Posse do Clero, 1869-1895, p. 7-v. Arquivo do IPEHBC.

11 Cf. SOUZA, Monsenhor Francisco Ignácio de. Memórias de Monsenhor Souza. In: Santuário de Trindade, Nº 39, 15/12/1923, p.3. Arquivo do IPEHBC.

12 Id, ibid, Nº 40, 29/12/1923, p.3. Arquivo do IPEHBC.

13 L. 52 – Posse do Clero - 1869-1895, p. 7-v. Arquivo do IPEHBC.

Itu-SP. Ao voltar para a Diocese de Goiás, no final de 1880, a pedido de Dom Cláudio Ponce de Leão começou a dar aulas no Seminário localizado em Vila Boa, antiga Capital de Goiás, e essa missão seria desempenhada durante onze anos¹⁴. Nesse período na Capital, o Padre Souza tornou-se Capelão do 20º Batalhão de Infantaria.

Com a chegada do novo Bispo, Dom Eduardo Duarte Silva, em 28 de setembro de 1891, o Bispo tentou organizar o Santuário do Divino Pai Eterno da Santíssima Trindade do Barro Preto, atual cidade de Trindade-GO; para isso resolveu nomear o Padre Souza como Pároco Encomendado de Campinas e diretor da Romaria, por provisão de 5 de outubro¹⁵. Nessa Paróquia, ele fazia grandes obras sociais e ficaria à sua frente por quatro anos, até a chegada dos padres redentoristas que o sucederam naquele local.

Recebeu as honras de Cônego no dia 27 de janeiro de 1895. No início do segundo semestre daquele mesmo ano, foi provisionado Padre Cooperador de Catalão, auxiliando o pároco, o Côn. Luiz Antônio da Costa. Entretanto, pouco depois de sua chegada, o pároco faleceu na data de 23 de setembro, em meio a uma viagem à cidade de Paracatu. No ano seguinte, também faleceu o Pároco de Entre-Rios, atual cidade de Ipameri, e o Côn. Souza também foi provisionado pároco daquela localidade, em 19 de outubro de 1896¹⁶. Esse período do paróquiato do Côn. Souza foi um momento de profunda agitação política e banhos

14 Cf. SOUZA, Monsenhor Francisco Ignácio de. Memórias de Monsenhor Souza. In: Santuário de Trindade, Nº 43, 19/01/1924, p. 4. Arquivo do IPEHBC.

15 Cf. L. 41, Tombamento das Paróquias – 1920, p. 27-v.

16 L. 47, Atas, autos de posse, termos e todos os cadastros pertencentes à Freguezia do Vaim - Vem – 1847-1909, p. 77-v. Arquivo do IPEHBC.

de sangue entre os grupos partidários em Catalão¹⁷, além de ser pouco após a proclamação da República e ainda haver um ranço entre alguns grupos políticos anticlericais para com a Igreja Católica e seus ministros. Côn. Souza, como testemunha ocular dos fatos, deixou em sua autobiografia uma descrição desses conflitos com alguns pontos ainda inéditos e, tão importante e esclarecedora, que transcrevemos abaixo. Segundo ele:

Encontrei uma situação difícilíssima. Todos os parouquianos estavam envolvidos nas intrigas da política. Correu muito sangue. Durante três anos empreguei todos os meios para harmonizar os dois partidos e quando percebi que era fácil fazer o congraçamento, suspeitando a minha pouca autoridade e influência, supliquei ao Senhor Bispo D. Eduardo que, de volta de Paracatú para Uberaba, tivesse a bondade de passar por Catalão a fim de me prestar esse relevante serviço de caridade.

Nessa ocasião estava presente um dos mandões, o outro ausente no Rio de sua saúde abalada pelo tiro que tinha recebido há meses. O Sr. Bispo de boa vontade atendeu a meu pedido. Em chegando percebeu a boa disposição do povo; convocou-os sem distinção de partidos na respectiva Igreja; depois de uma bela alocução relativa a questão

17 Existia uma rixa entre os grupos políticos na cidade de Catalão, dividindo de um lado as famílias Paranhos e Sampaio, chamados de “papo roxo” devido a empunhadura de seus revólveres, e de outro as famílias Ayres, Andrade e Cunha, “chamados de papo amarelo” pelo mesmo motivo, bem como os apoiadores de cada lado. Com a proclamação da República, em 1889, o Coronel Antônio da Silva Paranhos (irmão de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco), até então eleito por duas vezes como deputado estadual, acabou ampliando o seu poder político, pois era do Partido Liberal. Com o advento da República, o presidente da Província era também do Partido Liberal e, logo em seguida, o Cel. Paranhos foi eleito Senador da República. Entretanto, com o crescimento de seu prestígio e de seu poder, bem como o de seu grupo político, entre 1892 e 1894 surgiram várias querelas e assassinatos entre os grupos políticos. As contratações de pistoleiros e de jagunços, realizações de tocaias e assassinatos em plena luz do dia eram coisa comum. Entre outros assassinatos desse período, em 30/11/1897, o próprio Senador Paranhos foi assassinado e, no ano seguinte, em 26/02, também foi torturado e assassinado Carlos Antônio de Andrade, um dos chefes políticos do outro grupo (Cf. SANT’ANNA, 2012, pp. 52-55; pp. 59-69).

pediu a todos o esquecimento e o perdão do passado e fê-los prometer viverem doravante em verdadeira paz e harmonia social conservando cada um a sua convicção política, e não contente com essa simples promessa fê-los jurar perante o crucifixo e beijá-lo um por um como penhor desse compromisso de sólida conciliação.

Poucos meses de tranquilidade se passaram. Parecia que tudo ia bem. Aproximaram-se as eleições federais. Apareceu inesperadamente o outro mandão que se restabelecia no Rio, afim de assistir as ditas eleições. Pressenti que surgiriam de novo as rixas, as intrigas políticas e ódio inveterado que já se supunha extinto.

E, com efeito, pela cabala política se prognosticava o incêndio da política. Sendo vencedor o mandão antigo, a intriga fervia e medrava por toda a parte. Os jagunços que auferem dela sua subsistência e lucro, estimulavam-na com suas denúncias caluniosa. Pelos boatos chegados aos ouvidos do antagonista vencido que ia ser assassinado em sua própria casa, julgou este conveniente prevenir-se colocando em sua casa dois jagunços. Estes aproveitaram o ensejo e assassinaram em plena rua o rival de seu patrão. Nos dias seguintes passou o terror pelas ruas de Catalão. A consequência foi o bárbaro assassinato do outro chefe depois de peripécias muito tristes que poderiam encher um livro¹⁸.

Percebendo a necessidade de uma nova Capela na cidade de Catalão, Côn. Souza obteve a provisão do Bispo para levar adiante esse projeto, na data de 19 de março de 1897, e começou as obras para a construção de uma Capela em honra de N. Sra. d'Abadia na praça chamada Eugênio Jardim. A tradição popular

18 Cf. SOUZA, Monsenhor Francisco Ignácio de. Memórias de Monsenhor Souza. In: Santuário de Trindade, Nº 47, 16/02/1924, p.3-4. Arquivo do IPEHBC.



MONSENHOR FRANCISCO IGNACIO DE SOUZA

faz memória de que, não respeitando um dia santo de guarda, os funcionários da obra continuaram a trabalhar e tendo acontecido um acidente com uma fatalidade gerou-se uma crendice de mau agouro. Sobre esse fato, o Côn. Trindade, autor do livro *Lugares e Pessoas – Subsídios Eclesiásticos para a história de Goiás*, relata em uma nota datilo-

grafada: “os operários dessa capela não respeitando um dia santo, um veio a morrer vítima de uma queda dos andaimes da obra e outro apavorado afastou e não mais quis voltar a trabalhar sob o protesto de que N. Senhora não queria¹⁹”.

No ano seguinte, em 1898, foram tomadas as primeiras iniciativas em prol da construção daquela que seria o cartão postal da cidade de Catalão: a Capela do Morrinho São João²⁰. Contudo, a comissão que iniciou a construção, de início, não contou com o apoio do Pároco, devido faltar os requisitos exigidos pelo direito canônico, como, por exemplo: a área patrimonial e a licença do Bispo Diocesano, além da inconveniência

19 SILVA, Côn. José *Trindade* da Fonseca e. Nota datilografada. Arquivo do IPEHBC.

20 Todos os dados a respeito da construção dessa Capela estão de acordo com o registro datilografado realizado pelo Côn. Trindade sobre a Paróquia de Catalão.

de se construírem duas Capelas ao mesmo tempo, pois ainda se tentava construir a Capela de N. Sra d'Abadia, que estava apenas no começo.

Entretanto, a contragosto do pároco, a comissão contou com o apoio da Intendência Municipal, tendo à sua frente o Intendente João de Cerqueira Netto, e deram continuidade às obras. Segundo Maria das Dores Campos: “A primeira igreja construída no morro, foi por iniciativa de três Joãos: João de Cerqueira Netto, João Patriarca, e João Antônio de Macedo, no início deste século²¹”. Ainda de acordo com a historiadora catalana: “Um outro João, enciumado por não ter sido convidado para a construção da capela, tomou a iniciativa de colocar três cruzeiros no morro oposto, à sudeste, que tomou ‘o nome de morro das três cruzeiros’²²”. Contudo, o Côn. Trindade aponta a data exata do princípio das atividades em prol da construção da Capela e cita os nomes dos elementos envolvidos na sua construção, no que se confirmam a presença de dois dos Joãos apontados por Maria das Dores Campos e aparecem outros nomes:

Teve seus começos em 19 de abril de 1899, conforme ata no livro próprio dessa Capela. / Foram os seus promotores os seguintes senhores: Antônio Gonçalves da Silva, Tenente Coronel João de Cerqueira Netto, Major Alfredo Augusto da Silveira Paranhos, Tenente João Patriarca, Manoel Faustino de Oliveira, Francisco da Silva Ribeiro. Primeira diretoria: Presidente: Tte. Cel. João de Cerqueira Netto, Tesoureiro: Antônio Gonçalves da Silva;

21 CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão: Estudo Histórico e Geográfico*. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1976, p. 113.

22 CAMPOS, 1976, p. 113.

Secretário: Francisco da Silva Ribeiro; Membros efetivos: Major Alfredo Augusto da Silveira Paranhos; Tte. João Patriarcha, Manoel Faustino²³.

Segundo o Côn. Trindade, em 9 de maio de 1898, com a presença de muitas pessoas, foi levantado o primeiro esteio da Capela em honra a São João Batista. Enquanto elementos do povo levantavam o esteio, tocava a banda de música do Maestro Joaquim Rodrigues Lopes, animando aquele momento. Como o Côn. Souza não esteve presente, quem fez a oração foi o Magistrado Dr. Manoel Dias Prates. A escolha do santo padroeiro influencia-se pelo nome dos idealizadores da construção da Capela, mas também se fundamenta na devoção a São João Batista e a forte influência da tradição portuguesa das festas juninas que, em Goiás, também tinha deixado sua marca no povo, na cultura e na religiosidade popular. Maria das Dores Campos diz que: “A festa de São João, celebrada em 24 de junho consistia num acontecimento todo especial para esta região, reunindo catalanos que residiam fora e não perdiam tão pitoresca e romântica festa”²⁴.

Desse modo, sem o apoio da Intendência Municipal e das lideranças locais, a construção da Capela de N. Sra. d’Abadia acabou não sendo concluída e, segundo o Côn. Trindade, só existe algo sobre ela “por escrito em atas e na consciência dos bons”.

23 Todos os dados a respeito da construção dessa Capela estão de acordo com o registro datilografado realizado pelo Côn. Trindade sobre a Paróquia de Catalão.

24 CAMPOS, 1976, p. 113.

3 - SANANDO CONTROVÉRSIAS

Mas de que adianta uma Capela sem a Santa Missa, sem um Padre? Os construtores da Capela correram atrás de regularizar aquela situação e suas pendências. Tendo o Côn. Souza conseguido pacificar os ânimos, como constam nos registros, em 20 de fevereiro de 1899, o Capitão José Bueno de Moraes doou o terreno onde se encontrava a Capela, além das adjacências do entorno do morro, e passou a escritura do Patrimônio da Capela como orientavam as normas da Igreja. Com a regularização, em 18 de junho, foi passada uma provisão assinada pelo Vigário Geral da Diocese de Goiás, o Côn. Ignácio Xavier da Silva, e pelo pároco, autorizando a criação da nova Capela de São João Batista. Todavia, a Capela só seria abençoada no ano seguinte.

A escritura que regularizou as pendências contém o seguinte teor:

Compareceram partes entre si contratadas de, uma como doador o Capitão José Bueno de Moraes e de outra como doado São João Baptista, representado pelo Reverendo Cônego Francisco Ignácio de Souza, moradores neste Distrito (...), em presença das quais por ele doador foi dito e declarado, que possuindo UMA PARTE DE TERRAS de culturas e campos dividida, na Fazenda do Ribeirão, limítrope com o Patrimônio desta cidade, da qual faz doação para patrimônio da Igreja de São João Baptista, o terreno seguinte: Principia do Patrimônio dessa cidade, por uma estrada que segue desta cidade flardeando o Morro de São João e que vai ter a Fazenda do Tenente Coronel João da Cerqueira Netto, seguindo pela estrada até uma outra estrada que atravessa e que segue para o Porto do Pedrão;

daí, voltando a direita por esta estrada do Pedrão até outra que atravessa e que da Cidade vai ter a casa do doador; daí, voltando outra vez a direita pela estrada abaixo até dividir com o Patrimônio desta cidade; ficando de hora em diante pertencendo o referido terreno, para o fim acima dito, a Igreja de São João Baptista; podendo dispor do mesmo terreno pela forma, que julgar necessária e a benefício da Igreja de São João Baptista²⁵.



Morro da saudade. Igrejinha de São João. Década de 1940

Como pode se vislumbrar ao longo dos atritos, durante os seus quatro anos de permanência à frente da Paróquia de Catalão, o Côn. Souza enfrentou e tentou apaziguar momentos tensos de violência e divisão política da população daquele município que, naquele tempo, era notoriamente conhecido pela violência e pela chamada “pistolagem”, havendo rivalidades, perseguições e, volta

25 Livro 3-C, Nº 1.447, fls. 11 do Registro de Imóveis Local. Arquivo da Paróquia Mãe de Deus.

e meia, assassinatos de chefes políticos de ambos os lados. Todavia, o Côn. Souza, sentindo-se impotente e incapaz de solucionar essa situação, como ele mesmo diz: “suspeitando a minha pouca autoridade e influência ”, por meio de cartas, entrou, então, em contato com Dom Eduardo, que se encontrava em Roma, para que conseguisse uma congregação religiosa para cuidar daquela Paróquia e pacificar os ânimos do povo.

Com o parecer favorável da Congregação agostiniana foram enviados cinco religiosos, que chegaram a Catalão em 2 de julho de 1899, os quais tomaram posse quatro dias depois. Em 20 de agosto, o Côn. Souza deixou a Paróquia.

Em 1º de junho de 1900, houve uma bela procissão com a imagem de São João Batista, da Matriz até a Capela no Morro, e, nesta data, a Capela de São João Batista foi abençoada pelo padre agostiniano espanhol Alfredo Carrocera Valdés (OSA). A partir de então, passou-se a celebrar as missas por ali. Assim começou a história desse



Pe. Alfredo Carrocera

lugar e toda a tradição que o rodeia. Maria das Dores Campos afirma sobre a devoção:

No dia da festa havia a tradicional alvorada com morteiros, foguetes, música e participação de muita gente com a missa das 9 horas lá na capela, quando se realizavam muitos casamentos e batizados. Antes do almoço a tiragem de esmolos; às 14 horas café e dança na casa dos festeiros e, à tarde, a procissão ao redor do morro, cuja estrada, todos os anos retocada, facilitava o trajeto. Os senhores disputavam o privilégio de carregar o andor de São João Batista, havendo anjos, virgens, cumprição (sic) de promessas,

subindo morro de joelhos e a distribuição dos cobiçados cartuchos de amêndoas pelos festeiros. Esta festa consiste um acontecimento importante do ano, em Catalão, um folclore dadas peculiares com que era celebrada e a participação em massa da população²⁶.

4 - NOVOS TEMPOS, NOVOS ARES: RECONSTRUÇÃO DA CAPELA

Quase quarenta anos após a construção da Capela, a antiga Capela construída em estilo colonial, feita em adobe, taipa e esteios de aroeira, encontrava-se degradada pelos anos e, no espírito da época, foi demolida pelos padres agostinianos para ser reconstruída. Segundo consta, um recibo foi emitido nos seguintes termos:

Pago a Basílio pela demolição da Capela de São João do Morro a quantia de duzentos e doze mil réis (212\$000).
20 de março de 1939 / A comissão (Nota N° 4)²⁷

O pároco da época era o padre agostiniano espanhol Ramon Peres, nomeado pároco em 5 de novembro de 1938, e que projetou e idealizou a reconstrução da Capela com uma nova arquitetura, a mesma que conserva até os dias atuais. Entretanto, poucos meses depois, no ano seguinte, foi nomeado outro pároco, o Pe. Epifânio Ibanez provisionado Pároco de Catalão em 29 de março de 1939²⁸ e seria ele a concluir a Capela e ganhar os louros. A respeito disso, o Pe. Ramon Peres escreve ao Bispo, Dom Emmanuel, queixando-se e manifestando sua decepção:

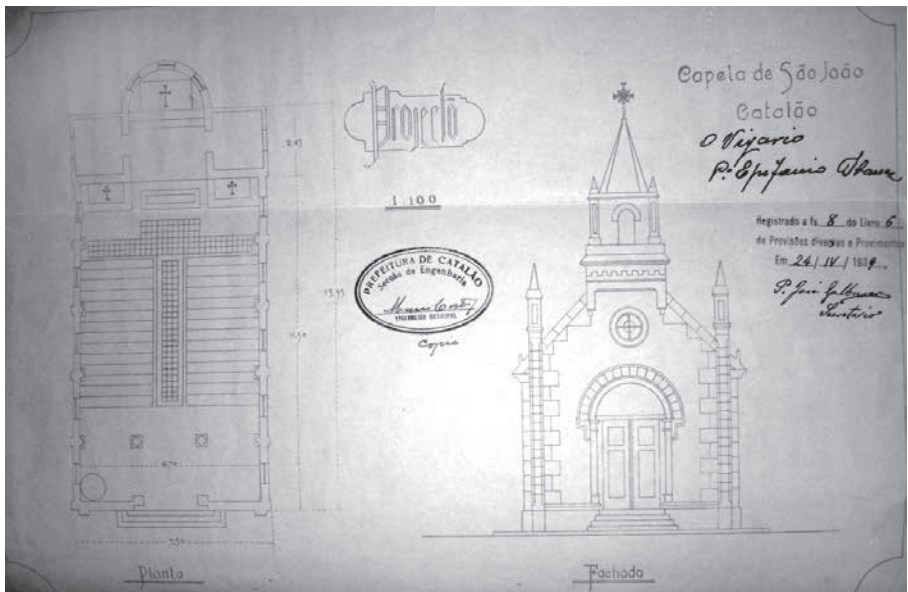
26 CAMPOS, 1976, p. 115.

27 Arquivo da Paróquia Mãe de Deus.

28 Jornal Brasil Central, N° 146, de 15 de dezembro de 1937. Esse jornal traz o registro das duas provisões.

Todo Catalão sabe que se tem Capela do Morro é devido à mim que derrubei a velha e consegui arrumar 11 contos, custando todo ela 20, de forma que quando chegou aqui o Pe. [Padre] tudo estava em marcha, de modo que não teve de pagar os serventes e pedreiros, pois tudo estava funcionando muito antes de vir ele. Bem, sendo isto assim, teve coragem de pôr uma chapa dentro da Capela e colocá-lo juntamente com a comissão por mim nomeada e que fez tudo, e o meu nome nem sequer (sic) aparece para nada. Justo que ele como Vigário apareça o primeiro, mas a justiça pede que o meu nome fosse em segundo lugar²⁹.

O projeto de construção da nova Capela foi aprovado pelo Pe. José Galbusera, Secretário do Bispado, em 24 de abril de 1939.



Planta da Igreja de São João Batista de Catalão

29 PERES, Ramon. Carta a Dom Emmanuel Gomes de Oliveira. 2 de setembro de 1939. Arquivada entre os documentos do Côn. Trindade no IPEHBC.

Antes do término da obra, o então Arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira veio fazer uma Visita Pastoral à paróquia e aproveitou para ver as obras da Capela. O livro tomo da Paróquia Mãe de Deus traz mais dados sobre esta visita:

A dois de maio sua Excia. comunicou desejar vir em caráter particular visitar esta Paróquia. Aqui foi recebido no dia oito. Dia nove visitou a Capela do Morro de São João, tecendo elogios pela construção da mesma (p. 43).

Com o empenho dos padres agostinianos e o apoio da população, no mês de junho de 1939 já estava pronta e celebrou-se a novena e festa em louvor a São João e também a primeira missa dentro da nova Capela em um altar provisório.

No dia quinze demos início às novenas em louvor de São João do Morro da Saudade. As cinco horas da tarde imponentemente procissão acompanhou a imagem do glorioso Precursor, desde a Matriz até ao Morro. Recolocada a imagem no altar provisório da nova Capela, tiveram início as novenas que durante os nove dias estiveram muito concorridas. No dia 24 foi celebrada a primeira missa na nova Capela pelo Rvmo. P. Vigário (p. 44).

No relatório paroquial do final daquele ano, padre Ângelo Cosgaya, recém empossado como pároco, ao destacar os principais momentos da Paróquia, ressaltou: “Merece especial menção a inauguração da Capella de São João Baptista, no Morro da Saudade, reedificada neste mesmo ano” (p. 46). No ano seguinte, os festejos de São João foram ainda mais concorridos. Assim relatou o novo Pároco:

E neste mês [de junho], com uma solenidade nunca vista e com afluência de fiéis que superou a da inauguração da Capela de S. João, celebrou-se a Novena e Festa de São João Batista na sua própria Capela do Morro. Administrando-se por primeira vez nesta festa e na Capela o Santo Chrisma que S. Excia. Revma., D. Emmanuel Gomes de Oliveira, delegou para tal fim o M. R. Pe. Teodoro Estalayo. D.D. Comissário Provincial dos Padres Agostinianos.

Ano a ano, os párocos trazem alguns dados sobre os tradicionais festejos de São João Batista na Capela do morro, como ocorre em 1943 quando o padre Rodolfo Ferreira da Cunha, padre diocesano que assumiu a Paróquia após a saída dos agostinianos, destaca a honestidade e o zelo dos festeiros:

Realizou-se com toda a solenidade a novena e procissão de S. João Batista, na Capela do Morro da Saudade. Os festeiros se desempenharam perfeitamente, não só liquidando todas as despesas da festa, como pagando 700 cruzeiros pela conclusão de um novo altar e ainda entregaram um saldo de 2.650 cruzeiros, com que foram comprados todos os ornamentos para a Capela: uma cômoda e 6 bancos, faltando apenas o missal, que não se pode obter antes do fim da guerra. Retifico: o saldo 2.565 cruzeiros. Praza a Deus que os futuros festeiros continuem a dotar a Capela de ornamentações necessárias e conveniente, por exemplo, um estandarte para as procissões, mais jarros para flores e outros ornatos indispensáveis (p. 65-v).

Mesmo após a chegada dos frades franciscanos³⁰, em 1944, permaneceu por um tempo o movimento religioso na festa de São João Batista:

De 15 a 24 de junho, na matriz, a festa de São João Batista. O festeiro era Sr. Maurillo Neto Carneiro, e a festeira, Sra. Felicidade Neto Gonçalves. De costume, a festa foi realizada no morro onde fica a capela de São João Batista. Reza todas as noites na Capela. Depois o leilão, no coreto em frente da capela. Bom movimento. Frei Paulo Seibert, o Comissários Provincial, estava na cidade nestes dias e ia a capela. Missa do encerramento na capela, e procissão em volta do morro na véspera (p. 68-v).

No ano de 1950, a renda da festa de São João tinha algumas metas: “Dia 15 iniciamos a Festa de São João Batista em benefício da Matriz e da Escola São Vicente de Paulo. Foi realizada a importância, depois das despesas, de vinte e três mil cruzeiros” (p. 84).

30 Os frades franciscanos americanos substituíram os padres agostinianos na Paróquia Mãe de Deus em Catalão após a sua retirada. Entre a saída dos agostinianos e chegada dos franciscanos a Paróquia esteve por um pequeno período entregue aos padres diocesanos. A saída dos agostinianos ocorreu devido ao duro golpe sofrido pela Ordem Agostiniana na Espanha com o regime comunista. Com a explosão da guerra civil espanhola, entre os anos de 1936 e 1939, houve uma verdadeira carnificina, com o triste saldo de um milhão de mortos. Muitos deles eram Padres e Freiras perseguidos pelo governo comunista da “Frente Popular das Forças da Esquerda Revolucionária”. A crueldade chegou a tal ponto que só da Ordem Agostiniana foram assassinados 198 Padres. Com essas graves perdas, tal foi a quantidade de Padres assassinados que não haviam Padres suficiente para repor os que estavam em missão. Ainda mais com a morte natural de alguns, como o Pe. Gabino Cabrera pároco de Ipameri e o Pe. Agostinho Camarzana pároco de Catalão, além de diversos outros nas demais localidades em que os Agostinianos trabalharam. De tal modo, no ano de 1940, a Ordem Agostiniana achou por bem dar por encerradas as suas atividades nas Paróquias de Ipameri e Catalão em Goiás, além das Paróquias de Torrinha, Itajubi, Taquaritinga e Jaboticabal em São Paulo. Tomaram a resolução de deixar a Diocese de Goiás em julho de 1940, em agosto deixaram a Paróquia de Ipameri, e em 25 de dezembro deixaram também Catalão.

Infelizmente, o choque cultural e a falta de cultura pôs a perder tão tradicional festividade. Maria das Dores Campos faz uma análise das causas do declínio da tradicional festa:

(...) chegam os padres norte-americanos da congregação Franciscana para substituir os antigos padres espanhóis, da congregação Agostiniana. Estes vindos de um país onde a religião dominante é o protestantismo e a católica não tem direito aos atos públicos e populares, estranharam tanta popularidade desta festa religiosa, não viram a piedosa devoção de todos e nem compreenderam a comovente alegria em festejar São João Batista, um santo tão querido nessa cidade. / Por isto, cortaram terminantemente esta festa, assim como as comemorações populares de todas as festas religiosas. Este ato dos recém-chegados franciscanos chocou profundamente a gente catalana a ponto de muitos se revoltarem lastimando a saída dos agostinianos que já se achavam integrados aos nossos costumes. / Ninguém se conformava com a proibição de se festejar São João com tanta popularidade e durante anos os catalanos lutaram contra esta atitude em considerar profana a devoção piedosa dedicada a São João Batista. / Assim, morreu a tradicional e tão querida festa e o morro da Saudade, tornou-se mais saudoso e solitário na quietude bucólica das tardes juninas. Uns 10 anos depois, Frei Inácio Donaghue, um norte-americano franciscano que teve a intuição de compreender a religiosidade de coração de nossa gente, tentou revivê-la, mas, apesar dos esforços feitos, não conseguiu³¹.

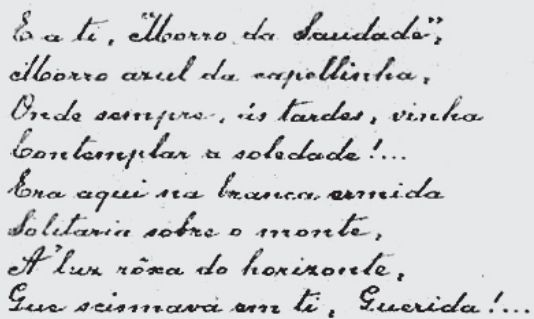
31 CAMPOS, 1976, p. 115.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo passa e já se foram 120 anos do lançamento do primeiro esteio da antiga Capela. Hoje, um pouco abaixo da Capela existe o bairro São João e lá surgiu um centro comunitário com o mesmo nome, onde por muitos anos se reuniu o antigo grupo de jovens “JOPA” e onde hoje é a atual Capela com o orago também dedicado à São João. O comércio catalano também absorveu a força da devoção e aqui e acolá existem os mais variados tipos de comércios com a mesma nomenclatura.

Conforme citava em uma de suas poesias, Ricardo Paranhos pedia para ser sepultado ao lado da Capela, no que o seu pedido foi atendido. Tempos depois de ter falecido em Corumbaíba, os restos mortais do poeta “exilado” foram trasladados e finalmente sepultados ao lado da velha Capela para enfim descansar à sua sombra.

Passam-se os anos, talvez hoje não se mantenha o mesmo entusiasmo religioso com a antiga e tradicional festa naquele local, mas continua a devoção em todo o povo catalano e dentro de seu território e permanece um imenso carinho para com a Capelinha do Morro, patrimônio material e imaterial, patrimônio religioso e cultural deste município que nos remete às suas origens, a uma herança de seus antepassados, integradora e atual, que nos lança em uma busca das raízes,



*É a ti, "Morro da Saudade",
Morro azul da capelinha,
Onde sempre, às tardes, vinha
Contemplar a solidade!...
Era aqui na branca ermida
Solitária sobre o monte,
À luz rósea do horizonte,
Que seismava em ti, Querida!...*

Trecho da poesia da despedida de Catalão de Ricardo Paranhos

mas que nos faz olhar para o tempo hodierno e também refletir sobre o que virá.

Queira Deus, continue a velha Capela a ser um sinal de esperança e ser a sentinela avançada que marca a religiosidade e fé do povo catalano e que é para todos nós cartão postal e sala de visitas desta cidade.

REFERÊNCIAS

1 - BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Maria das Dores. Catalão: Estudo Histórico e Geográfico. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1976.

NASCIMENTO, Raymundo Moreira. Ricardo Paranhos, poeta e cronista a ser descoberto e valorizado. In: <<http://www.dm.com.br/opiniao/2017/04/ricardo-paranhos-poeta-e-cronista-a-ser-descoberto-e-valorizado.html>>, Acesso em 01 de abril de 2019.

PARANHOS, Ricardo. Obras Completas de Ricardo Paranhos. Goiânia: Gráfica e Editora Cerne, 1972.

SANT'ANNA, Ivan. Herança de Sangue – Um Faroeste Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

2 - MANUSCRITOS E PERÍODICOS DE ARQUIVOS PESQUISADOS

A - IPEHBC - Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

Livro 41, Tombamento das Paróquias – 1920.

Livro 47, Atas, autos de posse, termos e todos os cadastros pertencentes à Freguesia do Vai-Vem – 1847-1909.

Livro 52, Posse do Clero, 1869-1895.

SILVA, Côn. José *Trindade* da Fonseca e. Documentos arquivados no IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

SOUZA. Mons. Francisco Ignácio de. Memórias do Mons. Souza, publicadas após a sua morte no Jornal “Santuário de Trindade”. Isso se deu de forma parcelada, no decorrer de vários meses, iniciando em 15 de dezembro de 1923 e indo até 1º de março de 1924. Coleção de jornais arquivados no IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

B - Paróquia Mãe de Deus.

Escritura Pública da Capela do Morro São João. Livro 3-C, Nº 1.447, fls. 11 do Registro de Imóveis Local. Arquivo da Paróquia Mãe de Deus.

Livro de Batizados da Paróquia Mãe de Deus, 1869-1874.

Livro Tombo da Paróquia Mãe Deus.

Projeto arquitetônico da nova Capela de São João.

3 - IMAGENS

Museu Cornélio Ramos.

Paróquia Mãe de Deus.

Colégio Mãe de Deus.

PALACIOS, Pe. Pelayo Moreno. Edição Comemorativa “100 anos de presença no Brasil” - Revista da Vice-Província Agostiniana do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, São Paulo: Margraf, 1999.

CRÔNICAS

Tempo risonho e franco

*Hélio Moreira**

Dias destes passados, conversava com um dos meus netos (11 anos) a respeito das suas atividades escolares; depois de ouvir a sua carga horária de afazeres diários, cheguei à conclusão de que estou vivendo muito folgado, colégio durante toda a manhã; período da tarde: natação – 4 vezes por semana; aulas de violão – 2 vezes por semana; aulas de inglês – 3 vezes por semana. Uma vez por semana, aula extracurricular de robótica, oferecida pelo colégio; tardezinha – quase noite, já no ambiente do local onde ele reside, futebol com os amigos na quadra do condomínio, volta para casa com a mesma condução que o levou, os adorados patins sobre rodas.

Ao chegar a casa, a mamãe já organizou seu banho, senta um pouco para assistir alguns programas de televisão, intercalado com o manuseio do “iPhone”, pela necessidade de colocar em dia sua correspondência com os amigos e amigas que lhes enviaram mensagens por intermédio do “whatsApp”.

Jantar sempre com a família reunida; após breve descanso e “papear” um pouco com o papai, com a mamãe e os irmãos, vai para o quarto fazer os deveres (tarefas) escolares e... dormir, para acordar no dia seguinte bem cedo para reiniciar a labuta diária.

* Hélio Moreira é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira nº 19.

Não fiz referência ao fato de que ele mora em um condomínio um pouco afastado de todos os locais dessas atividades, tendo que se deslocar (felizmente por automóvel, na companhia do irmão, dos primos e primas, em sistema de revezamento, tendo em vista que os outros têm atividades diferentes) de um lugar para o outro (ainda bem que o trânsito em Goiânia deslancha com real agilidade ... !).

Confesso que fiquei cansado só de ouvir o relato desta via sacra diária; será que ela seria capaz de fazer isto no meu tempo de criança? Observem que a pergunta já embute uma posição do autor deste texto: seria capaz? Para quem sabe ler, “um pingo é letra” como diziam os antigos: estou afirmando que no meu tempo de criança eu não fazia todas essas “estripulias”. Ou será que as fazia?

Lembro-me que me levantava bem cedo (6 horas); minha mãe já estava com o café, leite quente, chocolate e as quitandas prontas para serem levadas para nosso barzinho, localizado na estação da estrada de ferro de Gaspar Lopes, onde vendíamos (eu e meu “irmão” Sérvinho, filho do Sr. José Pedro, de saudosa memória) para os passageiros do trem da Rede Mineira de Viação que circulava naquela hora (06h30).

Era o tempo de o trem partir (07h00), correr para casa levando de volta o material que trouxera, pegar os livros (já estava uniformizado) e correr para a escola que se situava, não muito longe da nossa casa, mas tinha que “galgar” um morro e chegar antes do início das aulas (07h30).

Grande parte do período da tarde era ocupado na ajuda ao meu pai na capina do milho, feijão ou arroz, tratar dos porcos, galinhas, ou então atender minha mãe em alguma precisão doméstica (ela era proprietária da pensão). O tempo que sobrava

era dedicado a brincadeiras de crianças (pegar passarinhos, jogar bola, pescar e nadar no ribeirão que passava em frente da nossa casa e tantas coisas mais...).

Antes de deitarmos fazíamos os deveres da escola, lembro-me que não eram muitos; hoje consigo entender a razão desta folga; por vivermos em uma zona rural, as professoras sabiam que quase todos os alunos trabalhavam nas suas casas, portanto, aprendíamos o que se precisava no horário das aulas. Tenho a pretensão de dizer que aprendemos muito!

Recentemente tive a oportunidade de ler a autobiografia (El Mundo de Ayer – O mundo de ontem, 1942) do escritor austríaco Stefan Zweig, que viveu essa fase encantada da vida na cidade de Viena, no final do século 19.

Naquela época, a Áustria vivia sob a Monarquia dos Habsburgo, cujo imperador, Francisco José, se orgulhava em dizer que a educação ministrada às crianças do seu Império era superior a da maioria dos outros países da Europa.

Vejam, no entanto, o que pensava o escritor Zweig a este respeito:

Cinco anos de escola primária e oito anos de Ginásio, passávamos sentados em banco de madeira, todos os dias de cinco a oito horas por dia e no tempo livre havia os deveres de matérias gerais, francês, inglês, italiano, além do grego e do latim, não deixando espaço para os exercícios físicos, esportes e muito menos para diversões. Até quando me lembro, a atividade escolar era monótona, desalinhada e insípida, estragando a época mais formosa e mais livre da nossa existência.

Algumas páginas depois deste julgamento tão severo, ele acrescenta:

Era um frio esquema de ensino que nunca levava em consideração o indivíduo, que era tratado como um autômato e como tal era classificado: - “bom”, “suficiente” e “insuficiente”. Havia falta de afetividade humana, o que nos amargurava. Nunca um professor nos perguntou o que desejávamos aprender.

É difícil analisar essas considerações, se lembrarmos de que ele escreveu isto quando estava com 60 anos de idade, em plena II Guerra Mundial, amargurado pela sua situação de judeu perseguido, expatriado e, sobretudo sem esperança, fugindo da perseguição nazista suicidou-se, juntamente com a esposa, quando moravam no Brasil.

Tenho certeza de que meus netos, apesar do sacrifício atual terão, assim como eu tenho, gratas lembranças desse tempo.

Semana passada estive em uma festa cultural no Externato São José, colégio onde todos os meus filhos e a maioria dos meus netos estudaram ou estudam; comemorava-se o lançamento da “IX Feira de Livros do Externato” homenageando, nesta oportunidade, as “Mulheres na Literatura Brasileira”. Fiquei feliz ao encontrar quatro de meus amigos “globe-trotters”; um deles, o mais “sapeco” de todos, declamando poesia em homenagem à minha querida e saudosa Irmã Laura Chaer.

Ou Stefan Zweig estava enganado ou o colégio em que ele estudou estava longe da realidade do Externato São José, pois as crianças que vi naquela noite estavam todas felizes em participar da vida do Colégio, mesmo em horário fora das suas rotinas e com frequência não obrigatória!

A geladeira, os livros e o lixo

*Martiniano J. Silva**

A geladeira é velha, esquecida, menosprezada. Pintada pelo artista plástico Diogo Ferreira e guardando livros, é novinha, bonita! Representa o mais puro talento e inteligência. Vira o projeto “Geladeira Literária”, de estímulo à cultura e a arte, com o mais amplo apoio do povo e até de instituições educacionais como a nossa FAMP de Mineiros-GO. Lembra a sabedoria do escritor Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros”. Perante a inabilidade, filha da ignorância e do atraso, como é tratada a cultura e a arte no Brasil, vira o mais puro lixo. Fica suja e feia, desprezível, podendo ser levada pelo ainda discriminado caminhão de lixo.

Por incrível que pareça, o fato aludido, que não chega a ser inusitado no Brasil, aconteceu cá na urbe mineirense, onde a geladeira cheia de livros foi levada por um caminhão de lixo, perante o olhar crítico do povo; causando, oportunamente, o adequado repúdio da comunidade e de outras diásporas do Algarve. Os protestos foram os mais veementes. Faço aqui também o meu, típico de um retirante nordestino, certamente obstinado, que vem tentando colocar a Cidade na História através de livros, agora com um medo medonho de ver meus livros serem jogados na periferia das periferias por um caminhão de lixo. Que falta de

* Martiniano J. Silva é Sócio Titular do IHGG, cadeira nº18.

sorte a minha, a do Luciano, coordenador do Projeto “Geladeira Literária”; da FAMP, que incentiva; do inquieto artista plástico Diogo Ferreira, que pintou a geladeira; do vaticínio da escritora e vereadora Marta Brandão, em seus sonhos poéticos; da sociedade mineirense, que não quer mais viver, nem tolera mais o abuso dos que, sem o devido cuidado, inclusive jurídico, tentam inviabilizar as justas iniciativas em defesa da arte e da cultura.

Não sei em que filigrana ou bajulação se fundamenta um absurdo desses, poluindo a cidade. Insustentável. Desinteligente. Inoportuno e arbitrário. De todo modo reitero aqui o meu PROTESTO, COM TODAS LETRAS MAIÚSCULAS. Com base na Constituição Federal, que no Artigo 5º anuncia “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” e nos incisos II “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, IX “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e XVI “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.”

Não tenho outro argumento, a não ser reiterar o meu protesto. Decerto, o último que ainda faço contra os anacronismos, característicos da República das Bruzundangas, bem explicada pelo escritor Lima Barreto.

O que adiantaria as notas de repúdio do vereador Adão Lima, da presidente da Academia Mineirense de Letras e Arte, de tantas outras pessoas e segmentos e cá do escriba, se a inabilidade, congênita da ignorância, continuar?

Erico Curado

*Amália Hermano Teixeira**

Lépido, porte altivo, passos firmes, ele faz seu passeio diário. Admira aqui e ali as rosas dos jardins, olha o claro céu goianiense, fala ternamente aos amigos, eufórico, alegre comunicativo. Seus olhos, claros e perscrutadores, refletem muito da beleza e do encantamento que captam da prodigiosa Natureza. Ele deixa extravasar, de sua prosa cativante e estimuladora, filosofia própria, otimismo, entusiasmo. Às reuniões de jornalistas e escritores empresta o brilho de seu espírito; quando fala atrai todas as atenções; vibra intensamente quando aplaude. Vê-se logo que é poeta e feliz, perfeitamente sintonizado com os moços.

Sabe transmitir a todos a suave poesia que o envolve. Perto dele a vida como que se adoça, veste cores vibrantes, palpita, diferente.

Assim falam seus versos:

*Há rosas no horizonte
Rosas de ouro e de neblinas,
Rosas brancas nas campinas...
E rosas cobrindo os montes!...*

* Amália Hermano, (1916/1991), foi escritora, professora e Bióloga.

*Vejo rosas nos altares,
Rosas, signos dos martírios,
Que contemplo à luz dos círios
Rosas místicas dos mares.*

*Rosas de ouro – iluminuras
Dos céus de Maio – o! futuras
Rosas, vasos de alegria!...*

*E as rosas do meu rosário,
Em que ao pé do santuário
Canto as glórias de Maria.*

Nascido em Pirenópolis, tradicional cidade goiana, em Corumbá de Goiás passa o poeta muitos anos de sua vida, lendo, produzindo. Autodidata, adquire sólida cultura literária. Vai fazendo versos lindos, inspirados, e crônicas belíssimas; jornais e revistas do Rio e de São Paulo, Bahia, do Triângulo Mineiro e de Goiás vão-lhe publicando suas admiráveis produções: *Iluminuras*, eis o título sugestivo de sua primeira coletânea de poesias, vasadas em estilo original para a época em que apareceram.

Em 1956, a Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, da Prefeitura Municipal de Goiânia, sob a responsabilidade literária da Associação Brasileira de Escritores, Seção Goiás, lança seu segundo livro, *Poesia*, recebido festivamente pela crítica. *Poesia* está dividido em duas partes: Cavaleiros da Lua e Rimas em Lá Menor.

Representante lídimo da corrente simbolista, nascida na França, tal como os grandes do Brasil, do fim do século passado, e início pelas Escolas que integram poetas como Alphonsus de Guimarães, Saturnino Meireles, Pereira da Silva, Tristão da Cunha,

Cruz e Souza e o poeta das plagas goianas que compôs centenas de versos. Muito justamente ocupava uma das cadeiras da Academia Goiana de Letras.

De Corumbá transferiu-se com a família para a nova Capital de Goiás, saudando-a calorosamente:

*GOIÂNIA! cidade linda
Moderna, maravilhosa
Foi numa tarde formosa
De outubro, tarde bem-vinda*

*Que, de surpresa tocado,
Te vi, bela e imaginária,
Como a cidade lendária...
De algum país encantado!...*

*E ao ver-te, como um portento
Que hoje deslumbra o Brasil.
Indago, falando ao vento,*

*Que gênio bom, que prestígio,
Te fez mais bela entre mil
Cidade linda, oh prodígio?!*

Ao lado de sua querida Marieta, e da filha Elza, trocando ideias com o talentoso e consagrado escritor Bernardo Elis e com o Alberto, brincando com os netos, são, forte, nem parecia contar com mais de oitenta anos. Nascera a 18 de maio de 1880, ainda ao tempo da escravidão negra.

Pois, na fria madrugada de 12 de janeiro deste 1961, o homem simples, terno e humano, o nosso querido poeta, o poeta

Erico Curado, tranquilamente, se despedia de nós, nos deixava. A voz moça e sensível de outro poeta, o poeta Gilberto Mendonça Teles, se fez ouvir dando o seu, o nosso comovido e último adeus a Erico Curado. Falava em nome da Associação Brasileira de Escritores, Seção Goiás. Baixinho na hora derradeira, teria Erico Curado, repetido, aqueles seus serenos versos:

*Quando eu morrer, meu Amor,
Nada de pompa e escarcéus,
Nem sinos tocando os Céus
Nem um só gesto de dor.*

*Quero partir sem rumores
Em meu caixão verde mar,
Qual quem sai a passear
Por uma tarde de flores.*

*No êrmo frio de uma cova
Fique meu corpo dormindo!
Porém minh'alma há de vê-la*

*No cimo da Lua Nova,
Modulando um canto lindo
À janela de outra Estrela.*

Texto publicado na Revista da Educação – Ano XIX –
Janeiro/Março 1961, nº 47. Goiânia-GO.

ATIVIDADES DO IHGG

DATA	ATIVIDADES REALIZADAS / OUTROS – 2018
22/01/2018	Reunião com o produtor cultural Wolney Unes e Anabella, para tratar de assuntos referentes a projetos para o IHGG.
07/02/2018	Visita de representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará às dependências do IHGG.
09/02/2018	Reunião na SEDUCE com a servidora Neusa, Secretária de Marcos das Neves, para solicitar os PPP das escolas goianas.
19/02/2018	Visita de um grupo turístico vindo de Amsterdã, sobre a história do IHGG, de Goiânia e Goiás, para efeito de conhecimento e turismo.
20/02/201	Visita de Edson Almeida sobre o evento de Toniquinho JK no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, para lançamento do documentário acerca dele.
24/03/2018	Reunião com a assessoria da Secretária de Governo e com a presidência da Academia Goiana de Letras para homenagem ao Exmo. Governador Marconi Perillo.
27/03/2018	Homenagem ao Exmo. Governador Marconi Perillo, pelas ações em benefício da Cultura, pela valorização e apoio aos escritores e pelo estímulo às entidades que as congregam: IHGG, AGL, UBE, AFLAG, AGnL e AGI.
04/05/2018	III Sarau Literário do Colégio Estadual Roberto Cívita. Atividade do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG como participação.

17/05/2018	Seminário Migração Reino Unido.
22/05/2018	Visita de representantes das instituições culturais goianas à AGECOM – Agência Goiana de Comunicação.
11/06/2018	Seminário #culturagerafuturo, realizado pelo Ministério da Cultura, realizado na sede do IHGG.
12/06/2018	Homenagem ao advogado Antônio Soares Neto – o Toniquinho JK.
20/08/2018	Reunião da Comissão de Assuntos Culturais do IHGG, instituída pela presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para apresentar propostas aos candidatos ao governo do Estado.
28/08/2018	Sessão Magna da Saudade em memória dos associados: Ático Vilas Boas, Irmã Áurea Cordeiro, Humberto Crispim, José Fernandes, Mário Ribeiro, Ruy Rodrigues e Yvan Avená.
11/09/2018	Solenidade de Posse, nas categorias de Sócio Emérito e Titular.
13/09/2018	Lançamento do site cultural do repórter fotográfico Nelson Santos, nas dependências do IHGG, site intitulado Cultura Perene.
20/11/2018	I Simpósio Cidade Urbanismo e Arquitetura Goiânia: Ontem e Hoje.
28/11/2018	Visita do cineasta Taquinho ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para apresentar ideias no sentido de homenagear o ex Governador Ary Ribeiro Valadão neste ano, quando completa 100 anos de vida.

SÓCIOS DO IHGG

SÓCIOS DO IHGG

Presidente Perpétuo:
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:
Marconi Ferreira Perillo Júnior

Titulares

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão
Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau
Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal
Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: VAGA

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira n. 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: VAGA

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis
Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães
Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu
Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes
Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira
Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl
Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire
Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

- Cadeira n. 17
Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR MORAIS PESSOA
- Cadeira n. 18
Patrono: Couto de Magalhães
Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA
- Cadeira n. 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA
- Cadeira n. 20
Patrono: Luiz Gonzaga
Titular: AIDENOR AIRES
- Cadeira n. 21
Patrono: José Lobo
Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM
- Cadeira n. 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO
- Cadeira n. 23
Patrono: Cispriano Tavares
Titular: VAGA
- Cadeira n. 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA
- Cadeira n. 25
Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY MENEZES
- Cadeira n. 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES
- Cadeira n. 27
Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: VAGA
- Cadeira n. 28
Patrono: Bouyhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO
- Cadeira n. 29
Patrono: Salomão Vasconcelos
Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL
- Cadeira n. 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA
- Cadeira n. 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES
- Cadeira n. 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR
- Cadeira n. 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA
- Cadeira n. 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO
- Cadeira n. 35
Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA
- Cadeira n. 36
Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL
- Cadeira n. 37
Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES
- Cadeira n. 38
Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA
- Cadeira n. 39
Patrono: José Honorato da S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA
- Cadeira n. 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: VAGA

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires Cabral
Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ático Vilas Boas – falecido
Cristovam Francisco do Castilho
Elder Camargo Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles – falecido
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiochi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant’Anna de Moraes
Maria Terezinha Campos Santana
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão – falecido

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges – falecido

Gilberto Mendonça Teles

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado

Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castello Branco
Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Melo

José Luiz Bittencourt – falecido
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquádes Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues `Póvoa
Paulo Nunes Batista
Padre Ronaldo Silva
Ramir Curado
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena – falecido
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Acioli
Eliezer Penna – falecido
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Luiz José Bittencourt

Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS



Homenagem a Toniquinho JK Dr. Antônio Soares Neto: Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG, Toniquinho JK e Sócia Titular Nancy Ribeiro de Araújo e Silva



Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, Geraldo Coelho Vaz, Toniquinho JK, Maguito Vilella, ex-governador de Goiás e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva



Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, Geraldo Coelho Vaz, Bariani Ortencio, Edival Lourenço (presidente da UBE de Goiás), João Bosco Bitencourt (diretor da TV Brasil Central, Elizabeth Caldeira Brito e Brasigóis Felício



Presidente do IHGG Geraldo Coelho Vaz, Elizabeth Caldeira Brito, segunda vice do IHGG, Elizabeth Fleury, presidente da AFLAG e desembargador Ney Teles



Hélio de Brito Júnior, professor Licínio Leal, Bariani Ortencio, professor Getúlio Targino, Geraldo Coelho Vaz, Elizabeth Fleury, Aguinaldo Caiado Coelho, secretário da Cultura e desembargador Ney Teles



Aidenor Aires, Nelson Figueiredo, Getúlio Targino, Lamis Cosac (representando o governo de Goiás), Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG, desembargador Ney Teles, Elizabeth Caldeira Brito, Martiniano José da Silva e Antonio Almeida diretor da Editora Kelps



Diretora do Colégio Santa Clara, Maria Narcisa Abreu Cordeiro, Teresinha Santana, Elizabeth Fleury, Maria Abadia da Silva, Geraldo Coelho Vaz, professor Orlando Ferreira. Sentados: Luiz Augusto Sampaio, professora Lena Castello Branco F. de Freitas e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva



Edival Lourenço, presidente da UBE-GO e o empossado no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás Antônio Celso Ramos Jubé



Luiz Augusto Sampaio, Lêda Selma (presidente da AGL), Frederico Jayme, Elizabeth Caldeira Brito, Geraldo Coelho Vaz (presidente do IHGG), Jales Guedes Coelho Mendonça e Edival Lourenço



Discurso de posse do escritor Nilson Jaime, como Sócio Titular da Cadeira nº 6 do IHGG



Discurso de posse da professora Giovana Galvão Tavares, como Sócio Titular do IHGG. Vendo-se ainda a mesa diretiva da sua posse



Desembargador Itaney Francisco Campos e o recém empossado no IHGG Sandro Dutra Silva



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a EDITORA GRÁFICA/ KELPS declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da EDITORA GRÁFICA/
KELPS, no papel: Off-set 75g/m², composto nas fontes
Minion Pro, corpos 8, 10 e 11,5 e Aller, corpo 18
Julho, 2018

A revisão final desta obra é de responsabilidade da instituição